



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE
ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA (ILAESP)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS
PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO (PPGPPD)**

**AGROINDÚSTRIAS:
A INDÚSTRIA MOTRIZ QUE DESENVOLVE A REGIÃO OESTE DO PARANÁ**

EDUARDO CLEBER SANTANA DE ALMEIDA

DISSERTAÇÃO

Foz do Iguaçu
2020



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE
ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA (ILAESP)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS
PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO (PPGPPD)**

**AGROINDÚSTRIAS:
A INDÚSTRIA MOTRIZ QUE DESENVOLVE A REGIÃO OESTE DO PARANÁ**

EDUARDO CLEBER SANTANA DE ALMEIDA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Políticas Públicas e Desenvolvimento.

Orientador: Prof. Dr. Gilson Batista de Oliveira

Foz do Iguaçu
2020

EDUARDO CLEBER SANTANA DE ALMEIDA

AGROINDÚSTRIAS:
A INDÚSTRIA MOTRIZ QUE DESENVOLVE A REGIÃO OESTE DO PARANÁ

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Políticas Públicas e Desenvolvimento.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Gilson Batista de Oliveira
UNILA

Prof. Dr. Daniel Teotonio do Nascimento
UNILA

Prof. Dra. Roseli Bernardete Dahlem Pacheco
Externo à Instituição - IFPR

Foz do Iguaçu, 26 de março de 2020.

Catálogo elaborado pela Biblioteca Latino-Americana
Catálogo de Publicação na Fonte. UNILA - BIBLIOTECA LATINO-AMERICANA

A447a

Almeida, Eduardo Cleber Santana de.

Agroindústrias: a indústria motriz que desenvolve a região Oeste do Paraná / Eduardo Cleber Santana de Almeida. - Foz do Iguaçu, 2020.

114 f.: il.

Universidade Federal da Integração Latino-Americana. Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política. Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento.

Orientador: Gilson Batista de Oliveira.

1. Agroindústria - Paraná. 2. Indústria - economia. 3. Atividade agrícola. I. Oliveira, Gilson Batista de, Orient.
II. Título.

CDU 338.43:633.34(816.2)

Dedico esse trabalho a minha esposa que esteve sempre ao meu lado e aos meus filhos que tiveram compreensão em minhas ausências.

Agradeço ao mestre Jesus pela oportunidade de me aprimorar como pessoa, aos professores pelo compartilhamento de conhecimento e experiência, aos colegas por estarem nessa mesma caminhada e a minha família pelo apoio e compreensão.

*“Nascer, morrer, renascer ainda e progredir
sempre, tal é a lei.”*

Allan Kardec

RESUMO

A partir de meados da década de 1970 a tecnificação e mecanização no cultivo da soja consolida e acelera as mudanças, provocando uma alteração radical na base produtiva regional, com repercussão na estrutura fundiária e na distribuição da sua população. Entre os anos 1950 a 1970, a população total do Oeste paranaense salta de pouco mais de 16.000 para 760.000 mil habitantes. Com o passar dos anos e com novos investimentos em infraestruturas e grandes obras, trouxe ao Oeste paranaense constantes levas de imigrantes. Esses imigrantes em sua maioria produtores rurais se estabeleceram nesta região se dedicando à vida agrária. Com o desenvolvimento tecnológico, essa região, ao longo dos anos, tornou-se um grande produtor e exportador de grãos e animais. As diversidades regionais formadas pelas diferentes condições geográficas, econômicas, sociais e culturais propiciaram a heterogeneidade no desenvolvimento econômico e social da região. O Oeste do Paraná é composto por 50 (cinquenta) municípios com uma população atualmente estimada em mais de um milhão e trezentos mil habitantes. A atividade agrícola representa uma grande parcela da economia desses municípios, em números comparados ao estado do Paraná. A atividade agroindustrial da região Oeste do Paraná apresenta resultados e características que favorecem a percepção de um pólo agroindustrial. No entanto, necessitam-se estudos que aprofundem esse tema a fim de identificar elementos que possam explicar a existência de um pólo de crescimento ou desenvolvimento nessa região.

Palavras chaves: agroindústria, pólo, indústria motriz.

ABSTRACT

From the mid-1970s technologization and mechanization of soy cultivation have consolidated and accelerated changes, causing a radical transformation in the regional productive base, with consequences on the land structure and the distribution of its population. Between the years 1950 to 1970, the total population of the West of Paraná jumped from just over 16,000 to 760,000 inhabitants. Over the years and with new investments in infrastructure and major constructions, it brought to the West of Parana constant waves of immigrants. These immigrants, in their majority rural producers, settled in this region dedicating themselves to agricultural life. With technological development, this region, over the years, became a great producer and exporter of grains and animals. The regional diversities formed by the different geographic, economic, social and cultural conditions provided the heterogeneity in the economic and social development of the region. Western Parana is composed of 50 (fifty) municipalities with a population currently estimated at more than one million and three hundred thousand inhabitants. The agricultural activity represents a large portion of the economy of these municipalities, in numbers compared to the state of Paraná. The agro-industrial activity in the Western region of Parana presents results and characteristics that favor the perception of an agro-industrial pole. However, studies are needed to deepen this idea and to identify elements that can explain the existence of expanding and developing pole in this region.

Key words: agribusiness, polo, driving industry.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Atividade de abate de animais x emprego geral	88
Gráfico 2 – Atividade de abate de animais x emprego geral	91
Gráfico 3 – Empregos na agroindústria x emprego geral	93
Gráfico 4 – Empregos na agroindústria x emprego geral	96
Gráfico 5 – Empregos na agroindústria x emprego geral	99
Gráfico 6 – Empregos na agroindústria x emprego geral	102
Gráfico 7 – Empregos na agroindústria x emprego geral	105

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Mapa da região Oeste do Paraná e os municípios que a compõem.	18
Figura 2 - Estrutura do processo metodológico.	22
Figura 3 - Estrutura do processo de coleta de dados.	23
Figura 4 - Mapa de localização das Cooperativas na região Oeste do Paraná	59
Figura 5 - Mapa de Localização de abatedouro de bovinos na região Oeste do Paraná	60
Figura 6 - Mapa de Localização de abatedouro de aves na região Oeste do Paraná	61
Figura 7 - Mapa de localização de abatedouro de peixes na região Oeste do Paraná	62
Figura 8 - Mapa de localização de abatedouro de suínos na região Oeste do Paraná	63
Figura 9 - Mapa de localização de indústria de derivados de leite na região Oeste do Paraná	64
Figura 10 - Mapa de localização de indústria de pescados na região Oeste do Paraná	65
Figura 11 - Mapa de localização de indústria de conservas na região Oeste do Paraná	66

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Atividade agrícola na região Oeste do Paraná.	17
Quadro 2 - Estrutura do procedimento metodológico.	22
Quadro 3 - Resumo dos componentes do IFDM.....	85
Quadro 4 - Resumo dos componentes do IPDM	87

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – COMPARATIVO POPULACIONAL – POPULAÇÃO TOTAL DO PARANÁ VERSUS POPULAÇÃO TOTAL DA MESORREGIÃO OESTE.....	49
TABELA 2 – COMPARATIVO POPULACIONAL – POPULAÇÃO TOTAL DO PARANÁ VERSUS POPULAÇÃO RURAL DO PARANÁ	49
TABELA 3 - COMPARATIVO POPULACIONAL – POPULAÇÃO TOTAL DO PARANÁ VERSUS POPULAÇÃO RURAL DA MESORREGIÃO OESTE DO PARANÁ.....	49
TABELA 4 - COMPARATIVO POPULACIONAL – POPULAÇÃO TOTAL DA MESORREGIÃO OESTE DO PARANÁ VERSUS POPULAÇÃO RURAL DA MESORREGIÃO OESTE DO PARANÁ	50
TABELA 5 - INDICADORES DE COOPERATIVAS – QUANTITATIVO TOTAL DE COOPERATIVAS.....	53
TABELA 6 - INDICADORES DE COOPERATIVAS – QUANTITATIVO TOTAL DE COOPERADOS	54
TABELA 7 - INDICADORES DE COOPERATIVAS – QUANTITATIVO TOTAL DE EMPREGADOS EM COOPERATIVAS	54
TABELA 8 - ÁREA TOTAL DOS ESTABELECIMENTOS, ÁREA DE LAVOURAS PERMANENTES E TEMPORÁRIAS E ÁREA COLHIDA DE SOJA – MESORREGIÃO OESTE – PARANÁ – 1960/1995.	56
TABELA 9 – RESUMO DOS EMPREENDIMENTOS AGROINDUSTRIAIS NOS MUNICÍPIOS DA MESORREGIÃO OESTE.	67
TABELA 10 - TOTAL DE EMPREGOS GERADOS NO PARANÁ DE 2007 A 2011.	68
TABELA 11 - TOTAL DE EMPREGOS GERADOS NO PARANÁ DE 2012 A 2016.	68
TABELA 12 - TOTAL DE EMPREGOS GERADOS NAS MESORREGIÕES DE 2007 A 2011.....	69
TABELA 13 - TOTAL DE EMPREGOS GERADOS NAS MESORREGIÕES DE 2012 A 2016.	69
TABELA 14 - PERCENTUAL DE EMPREGOS GERADOS NAS MESORREGIÕES DE 2007 A 2011.	70
TABELA 15 - PERCENTUAL DE EMPREGOS GERADOS NAS MESORREGIÕES DE 2012 A 2016.....	71
TABELA 16 - TOTAL DE EMPREGOS GERADOS POR GRUPO DE ATIVIDADE ECONÔMICA NA MESORREGIÃO OESTE DE 2007 A 2011.....	72
TABELA 17 - TOTAL DE EMPREGOS GERADOS POR GRUPO DE ATIVIDADE ECONÔMICA NA MESORREGIÃO OESTE DE 2012 A 2016.	73
TABELA 18 - PERCENTUAL DE EMPREGOS GERADOS POR GRUPO DE ATIVIDADE ECONÔMICA NA MESORREGIÃO OESTE DE 2007 A 2011.	74
TABELA 19 - PERCENTUAL DE EMPREGOS GERADOS POR GRUPO DE ATIVIDADE ECONÔMICA NA MESORREGIÃO OESTE DE 2012 A 2016.	75
TABELA 20 – RESUMO DOS EMPREGOS TOTAIS GERADOS NA MESORREGIÃO OESTE X EMPREGOS GERADOS NA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO NA MESORREGIÃO OESTE DE 2007 A 2016.	76
TABELA 21 - TOTAL DE EMPREGOS GERADOS POR MUNICÍPIOS NA MESORREGIÃO OESTE DE 2007 A 2011.	77
TABELA 22 - TOTAL DE EMPREGOS GERADOS POR MUNICÍPIOS NA MESORREGIÃO OESTE DE 2012 A 2016.	79
TABELA 23 - MUNICÍPIOS COM GERAÇÃO DE EMPREGOS ACIMA DE 1% EM RELAÇÃO AO TOTAL GERADO NA MESORREGIÃO OESTE NO PERÍODO DE 2007 A 2011.	80
TABELA 24 - MUNICÍPIOS COM GERAÇÃO DE EMPREGOS ACIMA DE 1% EM RELAÇÃO AO TOTAL GERADO NA MESORREGIÃO OESTE NO PERÍODO DE 2012 A 2016.....	80
TABELA 25 – PRINCIPAIS MUNICÍPIOS COM GERAÇÃO DE EMPREGOS NA ATIVIDADE ECONÔMICA DE AGRICULTURA,	

PECUÁRIA, PRODUÇÃO FLORESTAL, PESCA E AQUICULTURA DE 2007 A 2016.....	80
TABELA 26 - PRINCIPAIS MUNICÍPIOS COM GERAÇÃO DE EMPREGOS NA ATIVIDADE ECONÔMICA DE INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO DE 2007 A 2016.....	82
TABELA 27 - MUNICÍPIOS QUE MAIS GERARAM EMPREGOS EM ATIVIDADE VINCULADOS A AGROINDÚSTRIA.....	83
TABELA 28 – COMPARATIVO DOS MUNICÍPIOS COM PERCENTUAL MÉDIO ACIMA DE 10% EM GERAÇÃO DE EMPREGOS NA AGROINDÚSTRIA NA MESORREGIÃO OESTE DE 2007 A 2016.....	84
TABELA 29 - DADOS POPULACIONAIS - MATELÂNDIA - 1970 A 2010.....	88
TABELA 30 - IPDM - ÍNDICE GERAL DE 2010 A 2016.....	89
TABELA 31 - IPDM - ÍNDICE RENDA E EMPREGO DE 2010 A 2016.....	89
TABELA 32 - IFDM - ÍNDICE GERAL DE 2010 A 2016.....	89
TABELA 33 - IFDM - ÍNDICE EMPREGO E RENDA DE 2010 A 2016.....	90
TABELA 34 - DADOS POPULACIONAIS - CAFELÂNDIA - 1991 A 2010.....	90
TABELA 35 - IPDM - ÍNDICE GERAL DE 2010 A 2016.....	91
TABELA 36 - IPDM - ÍNDICE RENDA E EMPREGO DE 2010 A 2016.....	91
TABELA 37 - IFDM - ÍNDICE GERAL DE 2010 A 2016.....	92
TABELA 38 - IFDM - ÍNDICE EMPREGO E RENDA DE 2010 A 2016.....	92
TABELA 39 - DADOS POPULACIONAIS – PALOTINA - 1980 A 2010.....	93
TABELA 40 - IPDM - ÍNDICE GERAL DE 2010 A 2016.....	94
TABELA 41 - IPDM - ÍNDICE EMPREGO E RENDA DE 2010 A 2016.....	94
TABELA 42 - IFDM - ÍNDICE GERAL DE 2010 A 2016.....	94
TABELA 43 - IFDM - ÍNDICE EMPREGO E RENDA DE 2010 A 2016.....	94
TABELA 44 - DADOS POPULACIONAIS – MARECHAL CÂNDIDO RONDON - 1970 A 2010.....	95
TABELA 45 - IPDM - ÍNDICE GERAL DE 2010 A 2016.....	96
TABELA 46 - IPDM - ÍNDICE EMPREGO E RENDA DE 2010 A 2016.....	97
TABELA 47 - IFDM - ÍNDICE GERAL DE 2010 A 2016.....	97
TABELA 48 - IFDM - ÍNDICE EMPREGO E RENDA DE 2010 A 2016.....	97
TABELA 49 - DADOS POPULACIONAIS – MEDIANEIRA - 1970 A 2010.....	98
TABELA 50 - IPDM - ÍNDICE GERAL DE 2010 A 2016.....	99
TABELA 51 - IPDM - ÍNDICE EMPREGO E RENDA DE 2010 A 2016.....	100
TABELA 52 - IFDM - ÍNDICE GERAL DE 2010 A 2016.....	100
TABELA 53 - IFDM - ÍNDICE EMPREGO E RENDA DE 2010 A 2016.....	100
TABELA 54 - DADOS POPULACIONAIS – TOLEDO - 1960 A 2010.....	101
TABELA 55 - IPDM - ÍNDICE GERAL DE 2010 A 2016.....	102
TABELA 56 - IPDM - ÍNDICE EMPREGO E RENDA DE 2010 A 2016.....	103
TABELA 57 - IFDM - ÍNDICE GERAL DE 2010 A 2016.....	103
TABELA 58 - IFDM - ÍNDICE EMPREGO E RENDA DE 2010 A 2016.....	103
TABELA 59 - DADOS POPULACIONAIS –CASCAVEL – 1950 A 2010.....	104
TABELA 60 - IPDM - ÍNDICE GERAL DE 2010 A 2016.....	105

TABELA 61 - IPDM - ÍNDICE EMPREGO E RENDA DE 2010 A 2016.....	106
TABELA 62 - IFDM - ÍNDICE GERAL DE 2010 A 2016	106
TABELA 63 - IFDM - ÍNDICE EMPREGO E RENDA DE 2010 A 2016	106

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ADAPAR	Agência de Defesa Agropecuária do Paraná
AMOP	Associação dos Municípios do Oeste do Paraná
CACIOPAR	Coordenadoria das Associações Comerciais e Empresariais do Oeste do Paraná
CAGED	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CAI	Complexo Agroindustrial
CI	Complexo Industrial
CNAE	Classificação Nacional de Atividades Econômicas
COOPAVEL	Cooperativa Agroindustrial de Cascavel
C. VALE	C. Vale Cooperativa Agroindustrial
COPAGRIL	Cooperativa Agroindustrial Copagril
FRIMESA	Frimesa Cooperativa Central
LAR	Cooperativa Agroindustrial Lar
PRIMATO	Primato Cooperativa Agroindustrial
COTRIGUAÇU	Cotriguaçu Cooperativa Central
FIRJAN	Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro
FUNDAÇÃO PTI	Fundação Parque Tecnológico Itaipu
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFDM	Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal
ILAACH	Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História.
ILACVN	Instituto Latino-Americano de Ciências da Vida e da Natureza
ILAESP	Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política.
ILATIT	Instituto Latino-Americano de Tecnologia, Infraestrutura e Território.
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
NORCOOP	Projeto Norte de Cooperativismo
OCEPAR	Organização das Cooperativas do Estado do Paraná
PIC	Projeto Iguaçu de Cooperativismo
PPGPPD	Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento
SULCOOP	Projeto Sul de Cooperativismo
UNILA	Universidade Federal da Integração Latino-Americana

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 REFERENCIAL TEÓRICO	24
2.1 CONCEITOS DE REGIÃO E TEORIA DOS PÓLOS	26
2.1.1 Conceito de Região.....	26
2.1.2 Conceito de pólo de desenvolvimento.....	31
2.2 COMPLEXO INDUSTRIAL (ci)	37
2.3 AGROINDÚSTRIA E COMPLEXO AGROINDUSTRIAL	40
2.3.1 Complexo Agroindustrial	40
2.3.2 Agroindústria no Brasil	42
3 FORMAÇÃO REGIONAL	45
3.1 TRANSFORMAÇÕES ECONÔMICAS DO PARANÁ	50
4 RESULTADOS E ANÁLISES DA PESQUISA	68
4.1 ANÁLISES DOS RESULTADOS	70
4.1.1 Conclusão dos resultados	84
4.1.1.1 Município de Matelândia.....	87
4.1.1.2 Município de Cafelândia	90
4.1.1.3 Município de Palotina	92
4.1.1.4 Município de Marechal Cândido Rondon.....	95
4.1.1.5 Município de Medianeira.....	97
4.1.1.6 Município de Toledo.....	100
4.1.1.7 Município de Cascavel.....	103
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	108
REFERÊNCIAS	111

1 INTRODUÇÃO

As décadas de 1950 e 1960 marcaram o início dos estudos das políticas regionais, nessa época o ambiente teórico era fortemente influenciado pelo keynesianismo, que questionava a existência de mecanismo automático de correção dos mercados, mesmo em hipótese. A principal consequência dessa abordagem era colocar a obtenção do pleno emprego como objetivo central da política macroeconômica (DINIZ; CROCCO, 2006).

Nesse mesmo período surgiram outras teorias que buscavam compreender o desenvolvimento regional, sendo elas: a análise dos pólos de crescimento de Perroux (1955) e Boudeville (1968) e a teoria da base exportadora de North (1955) e do potencial de mercado interno de Harris (1955), no entanto, a abordagem keynesiana também se fez presente, sendo que na primeira teoria pode ser observada ao combinar a existência de efeitos cumulativos de escala e aglomeração com efeitos da demanda induzida. Na segunda e terceira teorias esteve presente pelos mecanismos multiplicadores (DINIZ; CROCCO, 2006).

Com o surgimento de novas teorias que embora fossem distintas em suas derivações, partilhavam o mesmo entendimento de que o desenvolvimento regional não era garantido pelas forças de mercado, sendo necessária a intervenção do Estado para superar os desequilíbrios regionais (DINIZ; CROCCO, 2006).

Após o surgimento da teoria da base de exportação de Douglas North (1955 apud OLIVEIRA, 2008), houve um importante fortalecimento dos estudos regionais a partir da década de 1960 em função da interpretação apresentada pela teoria econômica neoclássica e por novos estudos em relação ao crescimento impulsionado por relações aduaneiras.

Ainda na década de 1960, houve uma aplicação da teoria Keynesiana na análise regional e o surgimento do trabalho de Myrdal sobre o processo cumulativo do crescimento regional (OLIVEIRA, 2008). Nessa mesma década temos a apresentação por parte de François Perroux de uma visão econômica do espaço e a construção da teoria dos pólos de crescimento.

Em seu trabalho Perroux separa o espaço econômico do campo da geografia e dá um novo ânimo para a análise econômica regional (OLIVEIRA, 2008). Outro ponto importante é a compreensão do desenvolvimento regional como um tema inter e transdisciplinar que procura analisar as relações entre espaços

geograficamente definidos, atividades econômicas e fenômenos sociais (BRAUN; BATISTA, 2012).

As diversidades regionais formadas pelas diferentes condições geográficas, econômicas, sociais e culturais propiciam a heterogeneidade no desenvolvimento econômico e social das regiões (BRAUN; BATISTA, 2012). Países como o Brasil apresentam grandes regiões em desenvolvimento com imensos recursos naturais disponíveis (YAMASHITA; ALMEIDA, 2014).

A formação populacional do Oeste do Paraná teve vários momentos de fluxos migratórios, a partir de 1920 com a construção das primeiras obras de estradas, teve-se a chegada de muitos trabalhadores que fixaram moradia na região, já nos anos 1930 tivemos o movimento de ocupação do território chamada “Marcha para o Oeste” implementado pelo governo de Getúlio Vargas (IPARDES, 2008).

Entre as décadas de 1950 e 1970 tivemos a chegada de um novo contingente populacional oriundo do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, em sua maioria pequenos proprietários rurais, em virtude de algumas características comuns que proporcionava certa homogeneidade, o que contribuiu para a conformação econômica e identidade cultural dessa região (IPARDES, 2008).

A partir de meados da década de 1970, com a tecnificação e mecanização no cultivo da soja, consolida e aceleram mudanças, provocando uma alteração radical na base produtiva regional, com repercussão na estrutura fundiária e na distribuição da sua população. Entre os anos 1950 a 1970, a população total do Oeste parananense salta de pouco mais de 16.000 para 760.000 mil habitantes (IPARDES, 2008).

Com o passar dos anos e novos investimentos em infraestruturas e grandes obras (construção da Itaipu, asfaltamento da BR 277, construção da estrada de ferro Ferroeste, entre outras) trouxe ao Oeste paranaense constantes levas de imigrantes.

Devido às origens da maioria dos imigrantes serem de produtores rurais, esta região se estabeleceu economicamente com base nessa atividade, e com o desenvolvimento tecnológico essa região ao longo dos anos tornou-se um grande produtor e exportador de grãos e animais.

A relevância desse estudo está concentrada na compreensão do recente papel das Agroindústrias como indústria motriz, e a contribuição para o desenvolvimento da região Oeste do Paraná. Jesus e Spinola (2015) definem-a

como a indústria que tem a propriedade e capacidade de aumentar as vendas e compras de serviços de outras indústrias ao aumentar as suas próprias vendas e compras de serviços produtivos. Atualmente esse seguimento econômico apresenta resultados expressivos que podem ser avaliados como características para a identificação de um pólo de crescimento.

No Brasil, o agronegócio tem atingido sucessivos superávits na balança comercial, o PIB dessa atividade corresponde a cerca de um terço do PIB brasileiro, os principais destinos são China, Países Baixos e Estados Unidos. Sob a superfície desses números temos o fenômeno de aumento da área de produção que no território brasileiro é compreendido como todo o espaço utilizado para a produção de um determinado produto, desde a produção até o consumo final (CASTILLO; FREDERICO, 2010).

A internacionalização dos circuitos espaciais produtivos mudou a qualidade da inserção do Brasil nos mercados internacionais, essa internacionalização dos capitais agrícolas agroindustriais não encontra fortes heranças espaciais nas áreas de fronteira agrícola no Brasil, com isso ocorrendo uma menor resistência das populações locais ao uso corporativo do campo e das cidades (CASTILLO; FREDERICO, 2010).

A região Oeste do Paraná, com presença forte do agronegócio é composta por 50 (cinquenta) municípios com uma população estimada em mais de um milhão e trezentos mil habitantes (RIPPEL, 2015).

Quadro 1 – Atividade agrícola na região Oeste do Paraná.

Itens	Região Oeste	Paraná	% Região Oeste
Rebanho de suínos	4,5 milhões	7,1 milhões	63,50%
Ovos de galinha	64,2 mil dúzias	288 mil dúzias	22,30%
Efetivo de galináceos	106,9 milhões	335 milhões	31,90%
Produção de leite	616,5 milhões de litros	2,74 bilhões de litros	22,50%
Produção de tilápia	52 milhões de kg	71,2 milhões de kg	73,00%
Produção de milho	4,9 milhões de ton.	13,8 milhões de ton.	35,00%
Produção de soja	3,6 milhões de ton.	17 milhões de ton.	21,30%
Produção de trigo	429,6 mil ton.	3,3 milhões de ton.	12,80%
Exportação das Cooperativas	US\$ 216,6 milhões	US\$ 2,3 bilhões	11,00%

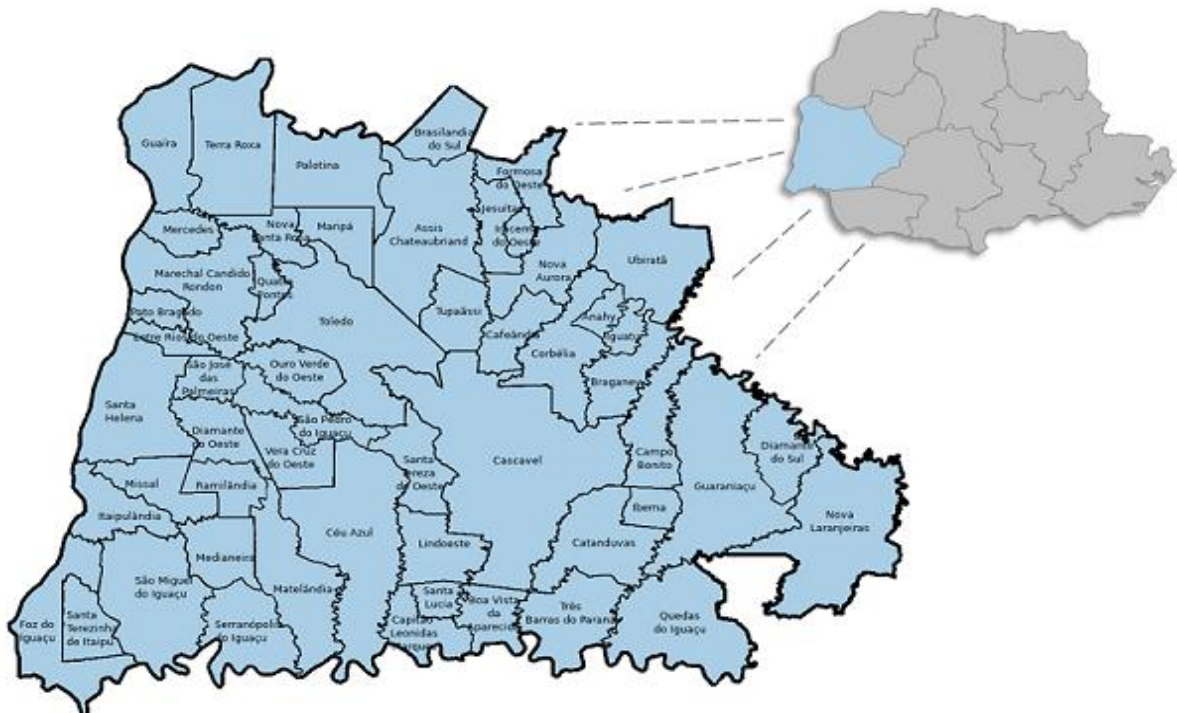
Fonte: Observatório território, 2018.

A atividade agrícola representa uma grande parcela da economia desses municípios, o quadro 01 apresenta em números comparados ao estado do Paraná os principais números da região.

A geração de empregos em 2016 foi de aproximada de 40.000 (quarenta mil) postos de trabalho alocados em 8 (oito) cooperativas agroindustriais que juntas atuam em 49 (quarenta e nove) municípios da região Oeste do Paraná sendo elas: Coopavel, C. Vale, Copacol, Copagrill, Frimesa, Lar Cooperativa, Prímato e Cotriguaçu, as exportações das cooperativas agroindustriais do Oeste do Paraná em 2016 corresponderam a 11% do que o estado do Paraná exportou, conforme dados apresentados na publicação Oeste do Paraná em números, elaborado pelo Observatório territorial ¹em 2018.

A figura 01 representa o mapa da região Oeste do Paraná e os municípios que a compõem.

Figura 1 - Mapa da região Oeste do Paraná e os municípios que a compõem.



Fonte: Elaboração do autor a partir do uso do software Autocad, 2020.

¹O observatório territorial está vinculado ao programa Oeste em Desenvolvimento, O Programa Oeste em Desenvolvimento é uma ação de Governança Regional que busca promover o desenvolvimento econômico da região por meio de um processo participativo, fomentando no território a cooperação entre os atores, públicos e privados, para o planejamento e a implementação de uma estratégia de desenvolvimento integrada. Fonte: <https://www.oesteemdesenvolvimento.com.br/institucional/o-programa>

No âmbito de interação entre a sociedade e os governos em suas esferas temos a presença da AMOP (Associação dos Municípios do Oeste do Paraná) que atua desde 1969 contribuindo para o desenvolvimento dos municípios integrantes da região e oferece suporte em áreas técnicas estratégicas que resultam em subsídios aos gestores municipais para a execução de ações voltadas a melhoria da qualidade de vida da população e desenvolvimento econômico.

Segundo Souza (2005), o pólo de crescimento tem grande identificação geográfica, ele é resultado das economias geradas pelos complexos industriais que são liderados pelas indústrias motrizes.

De acordo com Souza (2005), os complexos industriais são formados quando um conjunto de atividades de relação de consumo é liderado por uma ou mais indústrias motrizes, com isso temos a formação de um pólo de crescimento. E quando provocar transformações estruturais e expandir o produto e empregos tem a formação de um pólo de desenvolvimento, estimulando o surgimento de novas indústrias, serviços e comércio.

A ampliação dos circuitos espaciais de produtos agrícolas exige uma logística eficiente, envolvendo um número maior de regiões e agentes e torna necessária a proliferação de normas que facilitem e racionalizem a circulação das mercadorias, com isso temos a difusão de uma série de investimentos públicos e privados em sistemas técnicos vinculados à produção, sistemas de transporte, armazenamento, centros de pesquisa, revendas de maquinário agrícola, escritórios comerciais entre outros, e a difusão de um aparato normativo que visa proporcionar maior eficiência e fluidez à produção (CASTILLO; FREDERICO, 2010).

A atividade agroindustrial da região Oeste do Paraná apresenta resultados e características que favorecem a percepção de um pólo agroindustrial, no entanto necessitam de estudos que aprofundem esse tema a fim de identificar elementos que possam explicar a existência de um pólo de crescimento ou desenvolvimento nessa região.

Ao vislumbrar os resultados que a atividade agroindustrial do Oeste do Paraná representa dentro do estado, provoca uma reflexão em como está sendo planejado o desenvolvimento dessa região, como os agentes públicos e privados interagem para que seja possível melhorar as condições econômicas e de vida das pessoas que estão inseridas nela.

Instituições como Itaipu Binacional, Associação dos Municípios do Oeste do Paraná – AMOP, Coordenadoria das Associações Comerciais do Paraná – CACIOPAR e Fundação Parque Tecnológico de Itaipu – Fundação PTI desenvolvem, em conjunto, ações voltadas para o desenvolvimento regional por meio do Programa Oeste em Desenvolvimento, no entanto carece de estudos aprofundados que contribuam para uma melhor compreensão da interação existente entre os processos produtivos e os municípios em que estão localizadas as agroindustriais.

Dessa forma a pergunta que norteará esse estudo, será: a atividade agroindustrial presente nos municípios que compõem a região Oeste do Paraná permite a sua caracterização como um Pólo de Crescimento?

Como pressuposto tem-se que as agroindústrias que estão situadas nos municípios da região Oeste do Paraná podem ser consideradas indústrias motrizes e os resultados apresentados caracterizam essa região como um pólo de crescimento.

Para verificar a problemática, essa dissertação tem como objetivo geral identificar e analisar as agroindústrias que estão alocadas na região Oeste do Paraná, quanto a sua participação e importância como indústria motriz no desenvolvimento regional do oeste do Paraná. Como objetivos específicos pretendem-se: 1) Identificar a geração de emprego das agroindústrias instaladas na região Oeste do Paraná; 2) Verificar a importância da agroindústria como indústria motriz para o desenvolvimento da Região Oeste do Paraná.

Na busca de cumprir os objetivos levantados foi realizado um estudo exploratório com o intuito de proporcionar maior ligação com o problema, tornando-o mais evidente. Ademais esse estudo foi desenvolvido com a abordagem de investigação caracterizada por pesquisa qualitativa. Essa abordagem tem como característica a análise de dados oriundos de qualquer forma de comunicação humana, não há regras rígidas em relação ao modo de análise dos dados, no entanto, é necessária uma sistemática para análise de dados (PEROVANO, 2016).

O método de pesquisa escolhido para essa pesquisa foi o de Estudo de Caso. Segundo Gil (2010) estudo de caso consiste no estudo profundo exaustivo de um ou poucos objetos. Nessa pesquisa será investigado o conjunto de agroindústrias alocadas na região e os agentes públicos e privados que tem participação no processo de planejamento da região Oeste do Paraná

Para auxiliar no cumprimento dos objetivos específicos desse

estudo, foi realizada coleta de dados, por meio de análise de material documental (jornais de empresas e entidades associativas, relatórios e boletins, etc.) e material bibliográfico (teses, dissertações, artigos científicos, revistas, jornais, publicações organizacionais, etc.) esses materiais foram coletados em sites especializados, banco de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes e de Instituições de Ensino Superior – IES, site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES e Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro – FIRJAN.

A pesquisa, também foi fundamentada em revisão bibliográfica de materiais já elaborados (MARCONI; LAKATOS, 2003), que abordam o conceito de região, pólo de crescimento, complexo industrial, agroindústria e a formação regional.

Na sequência são apresentados os procedimentos metodológicos com a finalidade de apresentar os passos utilizados para cumprir os objetivos específicos.

Para o primeiro objetivo específico utilizou-se uma revisão de literatura, que ajudou a compreender a importância da indústria motriz e do complexo industrial e agroindustrial para o desenvolvimento da região Oeste do Paraná. Além disso, foi realizada coleta de dados nas bases estatísticas disponibilizadas pelo IBGE e Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED disponíveis nas plataformas digitais do Governo do Brasil e pelas agroindústrias.

Para o segundo objetivo específico foi realizada análise documental do Plano Nacional de Desenvolvimento – PND, Plano de Metas (JK) e projeto de desenvolvimento do Estado do Paraná proposto pelo Banco de Desenvolvimento do Paraná – BADEP.

O quadro 02 abaixo representa de maneira clara como está estruturado o procedimento metodológico da pesquisa dessa dissertação de mestrado.

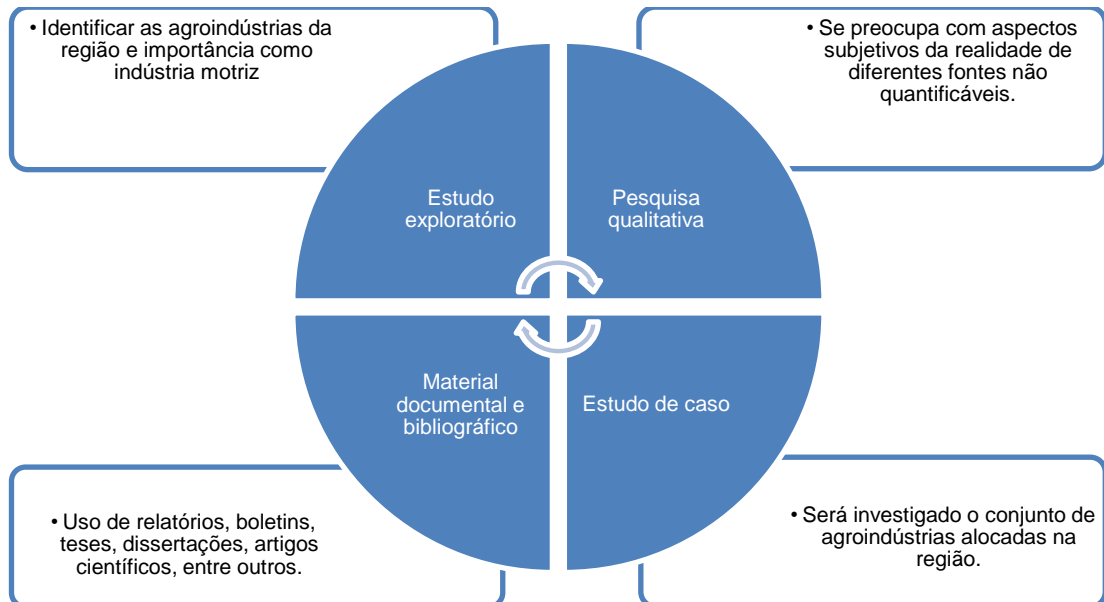
Quadro 2 - Estrutura do procedimento metodológico.

O que fazer?	Fundamentação teórica	Como fazer	Resultados esperados
Objetivo específico 1	Conceito de região; Teoria dos pólos; Complexo industrial e Agroindustrial.	Análise de dados das agroindústrias, CENSO/IBGE e RAIS/CAGED – MTE	Relação de agroindústrias por municípios, quantidade de empregados e desempregados.
Objetivo específico 2	Conceito de região; Causação circular; desenvolvimento regional; Influências da CEPAL no desenvolvimento; PND.	Análise documental do PND, Plano de metas (JK) e projeto de desenvolvimento do ESTADO proposto pelo BADEP.	Identificação dos fatores que influenciaram a instalação das agroindústrias e as ações que buscam incentivar a permanência delas na região.

Fonte: Elaboração do autor, 2020.

A figura 02 reflete o processo metodológico.

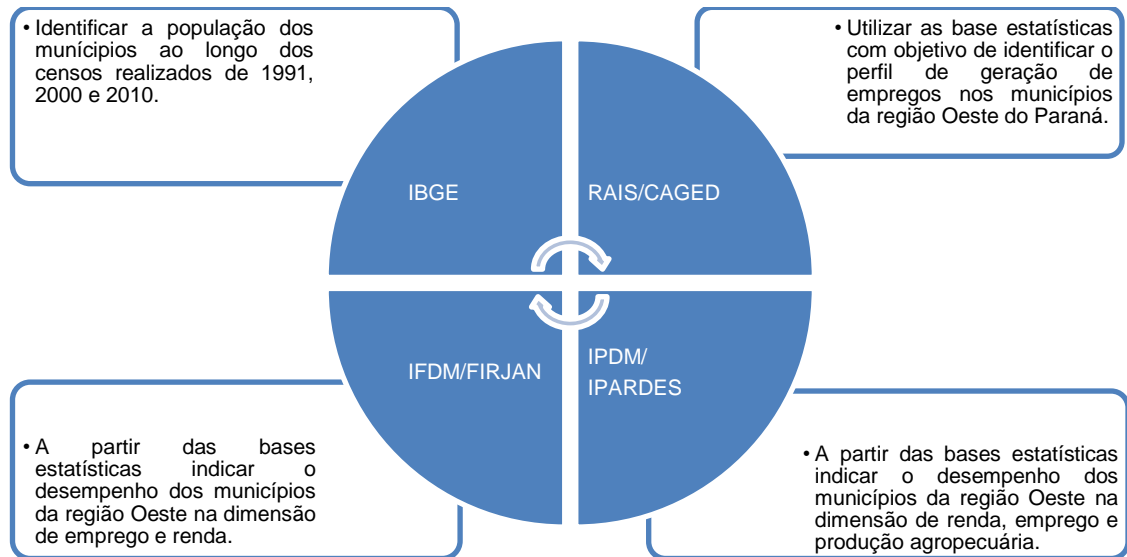
Figura 2 - Estrutura do processo metodológico.



Fonte: Elaboração do autor, 2020.

A figura 03 demonstra a finalidade de auxiliar a compreensão do processo de coleta de dados.

Figura 3 - Estrutura do processo de coleta de dados.



Fonte: Elaboração do autor, 2020.

Sistematizando a explanação dos resultados da pesquisa feita, essa dissertação foi dividida em cinco capítulos, além de **Introdução** e das **Considerações Finais**, trabalha-se no **Capítulo 2** o referencial teórico abordando os conceitos de região, teoria dos pólos, complexo industrial, agroindústria e complexo agroindustrial, no **Capítulo 3** foi abordada a formação da região Oeste do Paraná e suas transformações, no **Capítulo 4** foram apresentados os resultados obtidos e a análise desses resultados.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O estudo do conceito de região tem como grandes vertentes a escola alemã representada pelas teorias da Localização de Von Thunen², Teoria de Localização de Losch³ e Teoria do Lugar Central de Christaller⁴, a escola francesa representada pela Teoria dos Pólos de Perroux⁵ e Boudeville⁶ e ainda a teoria de Base Econômica de Exportação, esse conjunto de teorias representa os estudos com base em concepções convencionais sobre a região (BREITBACH, 1988).

As primeiras contribuições sobre a formação de regiões estão agrupadas nas teorias da Escola Alemã. A Teoria da Localização de Von Thunen se expressa através de um modelo de que consiste num estado isolado do resto do mundo, autônomo em relação à divisão internacional do trabalho, ou seja, que auto se abastece, trata-se de uma área circular plana, de homogeneidade física quase total, no centro da qual se localiza uma cidade que se constitui no único mercado para os produtos agrícolas (BREITBACH, 1988).

Segundo Breitbach (1988) Von Thunen ao formular seu modelo de localização agrícola, tornou-se o pioneiro das teorias de localização das atividades econômicas, antes dele, os estudiosos da economia não tinham preocupação com a dimensão propriamente espacial da produção relacionada ao custo de transporte, distância do mercado, etc.

O centro é circundado por faixas de terra, cuja produtividade é homogênea para todas as culturas, e as condições de transporte são similares em qualquer ponto. A localização das unidades produtivas em determinados pontos dos anéis concêntricos será, em função de dois fatores básicos que atuam em sentido contrário: a renda da terra e o custo de transporte.

Walter Christaller contribui para o entendimento de região em sua obra, apresentando conceitos bastante elaborados, como centralidade, região complementar e hierarquia que compõem os alicerces de sua Teoria do Lugar Central. Essa teoria se baseia na noção de centralidade que resulta da organização em torno de um núcleo (BREITBACH, 1988).

² Johann Heinrich von Thunen (1783 – 1850).

³ August Losch (1906 – 1945).

⁴ Walter Christaller (1893 – 1969).

⁵ François Perroux (1903 – 1987).

⁶ Jacques Raoul Boudeville (1919 – 1975).

A noção de centralidade está intimamente ligada à função da cidade, que é a de se constituir no centro de uma região. No entanto, o que caracteriza a centralidade não é unicamente uma posição geométrica no centro de um círculo, mas sim o conjunto de funções centrais. Trata-se de oferta de bens e serviços que tem a necessidade de se localizar centralmente, como comércios, serviços bancários, administração pública, etc.

Grande contribuição de Christaller consiste em resgatar o significado da noção de hierarquia na região, ele revela a existência de uma dominação de um lugar central sobre outro de ordem inferior.

Já August Losch ao formular sua teoria ele manteve as principais idéias de Christaller e complementou com uma formulação mais sofisticada, se apropriando de conceitos da teoria econômica (BREITBACH, 1988).

A principal contribuição de sua teoria consiste na interação de diferentes fatores, ao formulá-la ele introduziu a superposição de mercados múltiplos de diferentes bens e de tamanhos diversos, criou a rede de áreas de mercado, cujos centros de produção de bens estão interconectados entre si por meio da rede de transporte. A ideia de rede de áreas de mercado traz consigo a noção de aglomeração, ou seja, a superposição de diversas redes leva a coincidência dos núcleos de oferta com maior demanda, valorizando com isso alguns centros produtivos em detrimento de outros.

François Perroux foi um dos poucos economistas europeus do período pós-guerra que se dedicou a análise das atividades econômicas relacionadas ao espaço, tendo provocado, a partir de suas constatações sobre pólos de crescimento, um debate bastante amplo sobre esse assunto e seus desdobramentos que conduzem a abordagem da questão regional (BREITBACH, 1988).

Jacques Boudeville fez um desdobramento das ideias de Perroux e conseguiu avançar um pouco mais na conceituação de região, ponto em que Perroux não avançou muito com sua teoria de pólo de crescimento. Boudeville conseguiu explicitar uma tipologia de regiões a partir da tríplice noção de econômico apresentado por Perroux.

2.1 CONCEITOS DE REGIÃO E TEORIA DOS PÓLOS

Nesta seção são apresentados os principais conceitos em relação ao entendimento de espaço e região e a teoria dos pólos.

2.1.1 Conceito de Região

Os conceitos de espaço e de região não devem confundir-se, o espaço pode ser definido a partir de um conjunto de dados econômicos localizados, podendo as localizações serem dispersas, porque o que dá unidade ao espaço são as suas características e a natureza das relações de interdependências.

A região tem de ser definida de forma mais restrita, não resultando restrições de fatores associados à dimensão, mas a razão de contiguidade: os elementos que a compõem têm de localizar-se necessariamente de forma contígua. Para compreender as possibilidades e limitações de um espaço geográfico, é de grande importância compreender o conceito de região e sua importância para o entendimento das limitações que ocorrem no processo de análise regional. (LOPES, 2001, pg. 29).

O espaço pode ser visto por três aspectos: geográfico, matemático e econômico, segundo Souza (2009), têm as seguintes definições:

O espaço geográfico diz respeito às condições naturais do solo, clima e de acessibilidade aos homens, sem considerações técnicas ou econômicas; o espaço matemático compreende as relações técnicas de variáveis econômicas, independentes de considerações geográficas; o espaço econômico diz respeito à localização de tais relações técnicas em uma área geográfica, compreendendo também as relações de comportamento de produtores e consumidores (SOUZA, 2009, p. 13 e 14).

A superfície espacial nem sempre se apresenta de forma homogênea e contínua, seus elementos constitutivos possuem discontinuidades (terra/água, zona agrícola/zona imprópria para agricultura, área urbana/área rural), sendo assim, o território pode ser concebido também como um conjunto de lugares, ou pontos, como centros de produção diferenciados, onde se materializam custos e preços (SOUZA, 2009).

Em qualquer uma das acepções da análise regional, a região é o elemento básico. A região é um subespaço, uma parte de um espaço ou território, não passando de um conjunto menor do espaço integral, esse conjunto possui

elementos predominantes do espaço ao qual está inserida: nacionalidade, idioma, identidade cultural, entre outros elementos que identifique o subespaço com o espaço a que pertence (LIMA; SIMÕES, 2010).

Uma região forma uma identidade, apresentando características semelhantes. Ela se apresenta como um campo de forças, atraindo unidades econômicas e organizando todo o território à sua proximidade, ela se relaciona com outras regiões, incluindo o exterior do país em que está inserida (SOUZA, 2009).

A região é um conceito abstrato que se concretiza ao serem mapeados e delimitados os seus contornos geográficos, no entanto é conveniente afirmar que a análise e o planejamento regional deixam de ter subsistência se os limites geográficos, nos quais ocorrem tais relações, não são precisados ou delimitados (LIMA; SIMÕES, 2010).

O conceito de região se torna relevante justamente para permitir a diferenciação entre o âmbito de macro decisões que têm influência significativa sobre a região e das decisões que pertencem ao âmbito estritamente regional. O conceito de região se torna importante se ele for capaz de identificar um segmento intermediário entre os fenômenos globais, macroeconômicos e de âmbito nacional e os fenômenos estritamente micro locais (LIMA; SIMÕES, 2010).

A ideia de região não é aceita da mesma forma e também não tem sido utilizada com a mesma finalidade. Para alguns é uma entidade real, objetiva, concreta que pode ser facilmente identificada, quase que uma região natural, para outros não é mais do que um artifício para classificação, uma ideia, um modelo que vai facilitar a análise permitindo diferenciar espacialmente o objeto (LOPES, 2001).

Como método de classificação o conceito de região passou por ao menos duas fases que podem associar-se ao domínio das preocupações de análise e de planejamento. Na primeira fase houve a intenção de construir regiões formais, áreas geográficas dotadas de uniformidade relativa ou homogeneidade em face de determinado atributo ou variável que começou por se predominantemente físico para mais tarde ser de ordem econômica. E na segunda fase as preocupações orientaram-se para o funcionamento das regiões no sistema e procuraram-se as regiões funcionais, áreas geográficas dotadas de coerência funcional a serem avaliadas a partir das relações de interdependências (LOPES, 2001).

Os economistas não chegaram a uma definição precisa de região, mas uma noção centrada na restrição de contiguidade e na existência de um espaço

geográfico básico estabeleceu as noções de região homogênea, região polarizada e de região-plano (SOUZA, 2009).

Região homogênea – Para que uma região seja homogênea é necessário que a variabilidade dos elementos que a componham esteja dentro de um conjunto de limites (LOPES, 2001). Segundo Souza (2009) a região é caracterizada pela semelhança de elementos geográficos (topografia do solo, relevo, tipo do solo, clima), características econômicas indicadas pela uniformidade da renda per capita ou tipo de atividade econômica predominante, outro ponto de análise é a questão do tamanho desejado para a unidade de análise, o território pode ser decomposto em uma ou em muitas regiões de acordo com a sua homogeneidade.

Região polarizada – A região polarizada pode ser definida como uma área na qual as relações econômicas internas são mais intensas do que as estabelecidas entre regiões exteriores a ela (LOPES, 2001). Conforme Souza (2009) ela determina-se a partir de um pólo urbano-industrial que organiza sua área de influência, está implícita a noção de hierarquia entre o pólo principal, sede da região, e os centros ou pólos secundários subordinados de dimensões variadas.

Boudeville (1972 apud SOUZA, 2009, p.31) destaca que a região polarizada é um espaço heterogêneo, cujas diversas partes possuem um caráter complementar e mantêm de maneira principal, relação com um pólo dominante e volume maior de trocas do que com qualquer outro pólo de mesma ordem dominando uma região vizinha.

Lopes (2001) também destaca que ao conceito de polarização fica inerente uma noção de dependência, podendo se dizer que um espaço polarizado é um conjunto de unidades ou pólos econômicos que mantem com um pólo de ordem imediatamente superior mais trocas e ligações do que com outros pólos da mesma ordem.

Segundo Souza (2009) um tipo particular de região polarizada é o de região metropolitana, com características e problemas específicos, as atividades industriais tendem a emigrar para a periferia da região urbana e os serviços especializados concentram-se no centro urbano tradicional.

Região-plano – Procura aproveitar as vantagens que a região homogênea e polarizada pode trazer, orientando-as no sentido de estabelecer um quadro regional mais adequado para que os objetivos de natureza política sejam

atingidos (LOPES, 2001). De acordo com Souza (2009) a característica fundamental da região-plano é ser objeto de políticas regionais de desenvolvimento, visando reduzir a disparidade de sua renda em relação a outras regiões, criar novos empregos, aproveitar melhor a disponibilidade local de recursos naturais, melhorar os indicadores sociais, atacar diretamente os bolsões de pobreza, etc.

Ao analisar o conceito de região encontramos algumas dificuldades, a primeira dificuldade reside na delimitação precisa das fronteiras regionais, que não coincidem, necessariamente, com as fronteiras administrativas adotadas pelo setor público. Em muitos casos, o conceito de região depende da escala e do tipo de questão a ser estudado, de outra parte, o tamanho da região vai definir o número de regiões de estudo e planejamento, conforme o objetivo pode ser mais conveniente trabalhar com um número limitado de regiões (SOUZA, 2009).

Ao longo do século XX o Brasil teve três propostas de divisão regional elaboradas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, sendo consideradas oficiais. A criação do IBGE se dá em um período de transformações do estado brasileiro, desde a década de 1930 acelerou-se o processo de desmantelamento do estado oligárquico predominante até o momento e inicia-se o processo de burocratização e centralização do poder político, sendo materializados por meio da criação de Conselhos, Comissões, Institutos, Companhias, Fundações entre outras medidas que influenciaram a história do Brasil (CONTEL, 2014).

De acordo com Contel (2014) a primeira divisão regional oficial do Brasil foi realizada no final da década de 1930 e institucionalizada em 1942, Fabio Macedo Soares Guimarães foi o principal articulador e teórico dessa proposta de divisão, na prática ele dividiu o Brasil nas regiões Norte, Nordeste, Leste, Sul e Centro Oeste.

A configuração territorial do país muda significativamente após a segunda guerra mundial, as redes rodoviárias alcançam o território como um todo, transformando – se nas bases para um mercado interno mais coeso e uma rede urbana efetivamente nacional. Segundo Contel (2014) o golpe militar de 1964 e a decorrente re-centralização do poder nas mãos do governo federal aumentaram a capacidade do estado de realizar políticas de planejamento econômico e de organização do território brasileiro.

As regiões naturais, base utilizada para a divisão regional da década de 1940, não mais explicava um território cada vez mais urbanizado e tecnificado,

com isso a partir de 1967 o IBGE começa a trabalhar na confecção do plano decenal de desenvolvimento econômico (1967 – 1976), que previa uma nova regionalização do território.

Para a formulação da proposta da divisão regional da década de 1970, três importantes influências devem ser consideradas, a primeira influência é a chamada “New Geography” de matriz anglo-saxã, que em grande parte se constitui em uma retomada da teoria dos lugares centrais de Christaller e de todo instrumental analítico que ele apresenta. A segunda influência foi o trabalho de François Perroux e Jacques Boudeville, sobretudo a teoria dos pólos de crescimento, que mostravam que as regiões poderiam ser definidas como homogêneas, polarizadas e região – programa e que a atividade industrial seria a chave para promover o desenvolvimento econômico das nações por meio das políticas de polarização regional. A terceira influência foi à metodologia desenvolvida por Michel Rochefort para o estudo das cidades e regiões.

Em novembro de 1970 foi oficialmente publicada a nova divisão regional do Brasil e que consistia em 5 grandes regiões: Região Norte, Região Sul, Região Nordeste, Região Sudeste e Região Centro Oeste e Microrregiões Homogêneas. Em 1976 é incorporada a divisão regional as Mesorregiões Homogêneas.

Para a divisão regional de 1990 o território brasileiro possuía grande semelhança ao que era encontrado no final da década de 1970, mas com novas fronteiras agrícolas que se abriam nas partes mais distantes da região concentrada, do ponto de vista industrial, os novos arranjos produtivos permitiram que pontos do território se integrassem a cadeias produtivas globais com pouca ou nenhuma integração com o entorno regional onde as unidades produtivas estão instaladas, inicia-se uma desconcentração industrial.

A divisão regional de 1990 trouxe como contribuição a mudança de mesorregião e microrregião homogênea para a denominação de mesorregião e microrregião geográfica, essa alteração teve como influência o entendimento de “totalidade nacional”, com isso tendo as unidades da federação como principal recorte inicial e através do método de divisão sucessiva destes espaços.

A divisão regional proposta pelo IBGE no ano de 1990 ainda que tenha mantido em grande parte alguns dos paradigmas da divisão de 1970, ela aprimorou a metodologia para a definição efetiva das micros e mesorregiões, como

se preocupou em incorporar conceitos e categorias dinâmicas nestas definições.

A segunda dificuldade para analisar o conceito de região é a restrição da contiguidade: o território regional deve ser contínuo e não intercalado pelo território de outras regiões, sendo assim, seguindo determinadas características homogêneas ou de subordinação, uma área será alocada a uma determinada região desde que seu território seja contíguo a tal região.

Uma terceira dificuldade está na determinação das fronteiras regionais e diz respeito a sua dinâmica, as rendas per capita das regiões mudam, cada território geralmente apresenta crescimento diferenciado, a estrutura urbana e os meios de transporte modificam-se no processo de desenvolvimento, enfraquecendo a importância da região (SOUZA, 2009).

São variáveis, os fatores que levam as pessoas e as atividades econômicas a concentrarem-se em determinados lugares ou se dispersarem. Disponibilidade de recursos naturais, crescimento ou redução demográfica, fatores econômicos, etc., podem provocar flutuações de demanda inovações tecnológicas.

2.1.2 Conceito de pólo de desenvolvimento

O processo de crescimento não é regular, ele não surge em todo o lugar ao mesmo tempo e com a mesma intensidade. O crescimento pode surgir em pontos ou pólos em um espaço geográfico ou econômico, propagando-se por vias diferentes e com efeitos variáveis no contexto econômico, seus principais aspectos consistem no surgimento e desaparecimento de industriais e em taxas de crescimento variadas ao longo do tempo (BREITBACH, 1988).

A compreensão do conceito de pólo de crescimento e desenvolvimento necessariamente passa pela análise dos estudos propostos a partir da década de 1950 por François Perroux e Jacques R. Boudeville, economistas franceses, que se destacaram por seus estudos em relação à teoria de pólos de crescimento e uma reaproximação da geografia com a economia.

A teoria dos pólos de crescimento foi desenvolvida por François Perroux, em 1955, ao observar a concentração industrial na França, em torno de Paris e Alemanha, ao longo do vale do Ruhr. Os pólos industriais de crescimento surgem em torno de uma aglomeração urbana importante (Paris), ao longo das grandes fontes de matérias primas (Vale do Ruhr), assim como nos locais de

passagem de fluxos comerciais significativos e em torno de uma grande área agrícola dependente (São Paulo). O pólo de crescimento tem uma forte identificação geográfica, porque ele é produto das economias de aglomerações geradas pelos complexos industriais, que são liderados pelas indústrias motrizes (SOUZA, 2012).

O crescimento econômico conduz a mudanças estruturais que se caracterizam por três quesitos relevantes: o começo e o fim de empresas; desenvolvimento incompleto dos fatores de produção; crescimento discrepante e desequilibrado dos setores e regiões, ocasionando uma corrente distinta entre setores e regiões (SOUZA, 2009).

O isolamento geográfico e econômico do pólo em relação ao resto da economia nacional, em regiões afastadas impede naturalmente o crescimento do pólo, não ocorrerá à difusão dos efeitos de encadeamento na economia local e entre os subespaços do sistema regional. Pólos encravados em regiões isoladas podem ter maiores vinculações com o resto do mundo do que com o mercado interno, local e nacional (SOUZA, 2009).

Segundo Perroux (1977 apud SOUZA, 2009, p. 147) enfatiza ao afirmar que a economia subdesenvolvida não está interligada pelo entrelaçamento de preços, fluxos e expectativas. Ela tornar-se-á articulada somente quando forem implantados vários pólos de crescimento, ligados por vias e meios de transportes que compõem pouco a pouco a infraestrutura da economia de mercado.

As noções de pólo e de região polarizada estão intimamente associadas com as ideias de urbanização e de industrialização, essa região contém vários centros urbanos e industriais secundários relacionando-se com o pólo central dinâmico, com isso fica evidente as noções de funcionalidade, hierarquia e heterogeneidade nas relações do pólo no interior da região polarizada.

A teoria do crescimento polarizado, objetiva identificar as razões do crescimento acima da média de determinadas indústrias e regiões. Nesse sentido, as taxas de crescimento das atividades, nas diferentes áreas também tendem a ser distintas (SOUZA, 2009).

O que determina as vantagens locais de cada região, tendendo ao crescimento em ritmo distinto das demais, é sua estrutura produtiva e disponibilidade interna de recursos, ocasionando o crescimento econômico de maneira concentrada, por meio de pólos, gerando expansão e também drenagem de recursos das áreas periféricas (SOUZA, 2009).

Segundo Boudeville (1972 apud SOUZA, 2009, p. 32) existe uma hierarquia no poder de encadeamento dos setores de atividades, como existe uma hierarquia na irradiação das cidades. Essas duas hierarquias, uma técnica, outra geográfica, são independentes e formam duas dimensões distantes.

François Perroux conceitua o espaço como um local em que se situam meios materiais e pessoais e pode ser subdividido em três espaços econômicos: a) espaço econômico definido por um plano ou programa de ação, que consiste em um conjunto das relações entre as empresas, seus fornecedores e seus compradores; b) espaço econômico definido como um campo de forças, que consiste em centros de forças centrífugas e centrípetas, cada centro tem seu próprio campo de força que é invalidado pelos campos de outros centros. A zona de influência econômica é determinada pela capacidade de atrair elementos econômicos e pode ou não estar relacionado à sua zona de influência topográfica; c) espaço econômico definido como agregado homogêneo, nesse espaço as relações de homogeneidade dizem respeito às unidades ou às relações entre estas unidades (empresas), determinar estes espaços econômicos é muito complexo, pois ele não é o território da nação, mas o domínio abrangido pelos planos econômicos do governo e indivíduos (SOUZA, 2012).

O surgimento de uma nova indústria ou grupo de indústrias ou o crescimento de uma já existente possui efeitos de propagação na economia através de preços, fluxos e antecipações, para analisar esse tipo de crescimento é fundamental avaliar o papel desempenhado pela indústria motriz, o complexo industrial e o crescimento dos pólos de desenvolvimento (LIMA; SIMÕES, 2010).

As indústrias motrizes são aquelas que têm desenvolvimento antes das demais indústrias na região econômica, Perroux contextualiza as regiões em subespaços dos espaços abstratos e sem corresponderem às áreas geográficas pré-determinadas, sendo subdivididas em regiões polarizadas, regiões homogêneas e regiões plano-programa.

O conceito de indústria motriz é mais amplo do que o de indústria chave. Ela possui índices de encadeamento para frente e para trás do processo produtivo acima da média da economia, envolvendo certo número de setores (SOUZA, 2009). Toda indústria motriz é uma indústria chave, mas nem sempre toda indústria chave é uma indústria motriz, a primeira além de possuir efeitos de encadeamento superiores à unidade, caracteriza-se pela efetiva dimensão de seus

efeitos de encadeamento, exercendo, impulso motores significativos sobre o crescimento local e regional (SOUZA, 2012).

A indústria motriz é a atividade destaque no interior do setor industrial de acordo com a teoria da polarização, lidera o crescimento econômico, passível de impulsionar à difusão setorial e espacial dos efeitos do encadeamento conduzido as atividades polarizadas, na região ou fora dela. Essa indústria deverá conduzir o progresso técnico do espaço, gerando novas tecnologias, podendo diminuir a mão de obra, porém, empregando mão de obra especializada e melhor remunerada (SOUZA, 2009).

Essa indústria apresenta as seguintes características: a) cresce a uma taxa superior à média da indústria nacional; b) possui várias ligações de insumo-produto, através das compras e vendas de insumos que efetua em seu meio, sendo também uma indústria-chave; c) apresenta-se como uma atividade inovadora, geralmente de grande dimensão e de estrutura oligopolista; d) possui grande poder de mercado, ou influenciando os preços dos produtos e dos insumos; e) produz geralmente para o mercado nacional e, mesmo, para o mercado externo (SOUZA, 2009).

Um complexo industrial é um conjunto de atividades ligadas por relações de insumo-produto, ele se torna um pólo de crescimento quando for liderado por uma ou mais indústrias motrizes, e ele se tornara um pólo de desenvolvimento quando provocar transformações estruturais e expandir o produto e o emprego no meio em que está inserida (SOUZA, 2012).

O efeito de encadeamento vem em primeiro lugar, seguido do dinamismo de crescimento da indústria motriz. Quanto maior for sua taxa de crescimento, tanto mais ela desencadeará, nas atividades polarizadas efeitos indutores de crescimento, esses encadeamentos variam de intensidade em função do grau de interação interindustrial e espacial (SOUZA, 2009). Os efeitos de encadeamento se manifestam pelas compras e pelas vendas da atividade em questão, por ser de rápido crescimento, geralmente de grande dimensão, ela exerce impulsos dinâmicos no interior dos complexos industriais em que se inserem (SOUZA, 2009).

As indústrias motrizes apresentam taxas de crescimento acima da média por período determinado, elas exercem ações específicas sobre as demais indústrias instaladas e ainda sobre a economia como um todo, tendo o seu lucro

influenciado pelas inter-relações industriais em decorrência do volume de produção e compra de serviços de outras empresas (LIMA; SIMÕES, 2010).

As indústrias motrizes atraem as empresas satélites, fornecedoras ou compradoras de insumos, desencadeando o crescimento local e regional. Com isso os governos têm atraído empresas como montadoras de automóveis que tradicionalmente formam complexos industriais aglomerando em um mesmo local mais de 20 (vinte) empresas prestadoras. Utilizam incentivos fiscais, empréstimos subsidiados, treinamento de mão de obra e instalação de infraestruturas para motivar a vinda de grandes empresas para determinadas áreas (SOUZA, 2012).

Segundo Souza, a indústria motriz exerce sua ação sobre o produto global da economia pela:

a) própria participação no produto global; b) produção adicional na economia via relações de insumo-produto (polarização técnica); c) expansão da renda e do emprego (polarização pelas rendas); d) criação de uma atmosfera favorável aos negócios (polarização psicológica ou geográfica) (SOUZA, 2009, p. 58 e 59).

No interior de um Pólo, existem diferentes graus de poder de mercado, as empresas concorrenciais ajustam-se ao domínio das empresas líderes, enquanto essas utilizam a prestação de serviços das empresas satélites dominadas, provocando o crescimento das empresas motrizes e polarizadas. A teoria da polarização ao aceder uma política regional baseada em uma hierarquia de pólos de crescimento integrados presume que os efeitos da reação em cadeia da produção e do emprego, oriundos das indústrias motrizes desses pólos de crescimento, neutralize os efeitos negativos que os centros urbanos e industriais perpetram sobre as áreas periféricas (SOUZA, 2009).

A variedade de indústrias, formadas pelos efeitos do encadeamento da produção impulsionam também o desenvolvimento de indústrias produtoras de bens de consumo final e de atividades de serviços, portanto, a polarização pelas rendas, a partir do desempenho do pólo e das atividades polarizadas, resume-se na geração de emprego e renda na economia local.

Um exemplo objetivo é o crescimento da produção agrícola, que é impulsionado pelo crescimento da renda e pelas compras das indústrias processadoras de matérias primas. As políticas governamentais podem acelerar a concentração econômica na região central favorecendo o crescimento do centro

urbano industrial deixando a periferia agrícola em desvantagem.

Como as atividades de um pólo geram um processo de imitação, ocorre então uma polarização psicológica ou geográfica, resultando em concentração de atividades secundárias produtoras de bens e serviços, pois, geram expectativa de encontrar ligações técnicas e econômicas externas. Nesse sentido formam-se centros urbanos secundários, associando os maiores centros aos menores e a zona rural.

Com o desenvolvimento dos maiores centros, empresas acabam instalando-se também em pólos secundários, devido à proximidade e também devido a oferta de terrenos maiores e mais baratos, muitas vezes até com incentivos fiscais e facilitação de transportes. Com a ligação tecnológica das atividades, geram-se economias externas, que baixam os custos com transporte de insumos, aumentando a oferta de mão de obra e facilitando os contatos com clientes e fornecedores.

Para que ocorra a polarização técnica, é necessário que haja a difusão Inter setorial do encadeamento vertical e horizontal perceptível quando as empresas ampliam sua produção e realizam investimentos. A magnitude dos índices de encadeamento e do tamanho das empresas e do pólo definirá a importância desses efeitos e para retê-los na região será necessária à existência de atividades polarizadas, para que as mesmas não vazem para outras áreas, devido ao aumento das importações.

Na teoria dos pólos, a polarização técnica ganha destaque, pois, influencia as decisões de investimentos por parte das empresas, proporcionando o desenvolvimento de outras formas de polarização. A polarização gera inovação, atraindo outros grupos de empresários, por meio de um processo de imitação dos pioneiros (SOUZA, 2012).

É importante destacar que para Perroux a noção de pólo só tem valor a partir do momento em que se torna instrumento de análise e meio de ação de política, ou seja, o mesmo só pode ser entendido como uma visão abstrata do espaço (LIMA; SIMÕES, 2010).

A combinação de conjuntos relativamente ativos (indústrias motrizes, pólos de indústria e de atividades geograficamente concentradas) e de conjuntos relativamente passivos (indústrias movidas, regiões dependentes dos pólos geograficamente concentrados). Os primeiros induzem nos segundos fenômenos de

crescimento. Isto gera duas consequências para a análise do crescimento: 1) possibilidade de conflito entre espaços econômicos de grandes pólos e os espaços politicamente organizados dos Estados Nacionais; e 2) políticas nacionais ultrapassadas podem gerar desperdícios que prejudicam o desenvolvimento (LIMA; SIMÕES, 2010).

Também é preciso destacar que a implantação de um pólo de desenvolvimento provoca uma série de desequilíbrios econômicos e sociais, pois distribui salários e rendimentos adicionais sem aumentar necessariamente a produção local de bens de consumo, concentra o investimento e a inovação sem necessariamente aumentar a vantagem de outros locais, nos quais o desenvolvimento pode ser retardado.

De acordo com Perroux (1967 apud LIMA; SIMÕES, 2010) o desenvolvimento territorial só pode ser alcançado através da organização dos meios de propagação dos efeitos dos pólos de desenvolvimento e da realização de transformações de ordem mental e social na população, o que possibilitaria o aumento cumulativo e duradouro do produto real.

2.2 COMPLEXO INDUSTRIAL (CI)

A noção de complexos industriais, surgida a partir da preocupação de Perroux (1967) com as noções de espaço econômico e de poder de dominação, o levou a desenvolver o conceito de complexo de indústrias, por meio do papel de liderança exercido por algumas indústrias em determinado setor, seja pelo seu tamanho, pelo valor adicionado gerado ou pela natureza de sua atividade. O conceito de CI não mostra apenas a relação entre as indústrias, mas também apresenta um instrumento que pode assimilar e classificar as variações e instabilidades econômicas (GRAZIANO DA SILVA, 1991).

O complexo industrial é composto por três elementos: 1) Indústria chave ou motriz são as que têm a capacidade mediante o aumento do seu volume de produção ou de compra de serviços, influenciar e aumentar o volume de produção e compra de serviços de outras indústrias; 2) Regime não concorrencial resulta da combinação de forças oligopolísticas responsáveis por elevar a produtividade da indústria e pela realização de acumulação de capital superior à de uma indústria que em um contexto de maior concorrência; 3) concentração territorial,

o fato de estar em processo de expansão em um espaço geograficamente concentrado, registra-se efeitos de intensificação das atividades em razão da proximidade e da concentração urbana (LIMA; SIMÕES, 2010).

Para caracterizar um complexo industrial, alguns elementos além do poder industrial, são importantes: Alta tonelagem de produção, valor absoluto da tonelagem e mão de obra empregada, pode evidenciar uma região industrial em relação a um complexo industrial, pois esses complexos muitas vezes desempenham função econômica importante com uma ou várias grandes indústrias (CHARDONNET, 1965).

O complexo industrial se distingue de um centro especializado em uma indústria de base, a relação de dependência caracteriza as principais indústrias chaves, uma em relação às outras, ou uma em relação aos seus fatores comuns e estas relações de dependência podem ser de técnica, econômica, relação ao mesmo fator comum, atração por osmose e concentração relativa.

Chardonnet (1965) descreve as características de cada relação de dependência:

- Dependência técnica: Ocorre quando uma indústria fornece matéria prima a certas indústrias e conseqüentemente é gerado um produto que servirá de matéria prima para outro conjunto de indústrias e que buscarão se situar próximo para reduzir o custo com transporte.
- Dependência econômica: Ocorre quando uma indústria concentra ao seu redor, para assegurar seus equipamentos ou acabamento de seus produtos, outras indústrias independentes, sem que as matérias primas sejam extraídas das indústrias que a suscitaram.
- Dependência em relação ao mesmo fator comum: Ocorre quando várias indústrias pela natureza de sua produção e suas técnicas podem derivar de um mesmo item de composição do processo produtivo, como por exemplo, a utilização de uma mesma fonte de energia: disponibilidade de energia hidrelétrica a baixo custo proporcionará a fixação de indústrias próximas com alto consumo de energia. Outro

exemplo seria a instalação de indústrias que fazem o tratamento da massa da madeira para produção de papel, o que gera dependência comum dessas indústrias em relação à extração carbonífera.

- Atração de uma indústria por osmose: Ocorre com bastante frequência quando um complexo industrial atrai certas indústrias que não parecem ter elos de econômicos, técnicos ou mesmo humanos muito nítidos, no entanto isso pode ocorrer por haver disponibilidade de infraestrutura de transporte, certo número de organismos de crédito e bancos, uma organização de comercial para compra e a importação de matérias primas, a venda e a exportação dos produtos fabricados, disponibilidade e qualificação da mão de obra, entre outros.
- Concentração relativa das indústrias sobre um espaço restrito: Ocorre quando se estende por uma vasta superfície na escala de região ou até mesmo em uma pequena nação, ela pode ser do tipo muito concentrado, onde as indústrias se tocam porque uma imperiosa necessidade impôs o agrupamento em um espaço restrito, ou do tipo frouxa caracterizada pela relativa dispersão de instalação da indústria.

É importante distinguir um complexo industrial de uma região industrial e de um centro industrial, sendo que as características desses últimos são: centro industrial – é apenas o complemento industrial de um centro urbano, suas indústrias não têm necessariamente nem o poder, nem a diversidade, nem o caráter de indústrias de base do complexo industrial; região industrial – em muitos casos ela não possui a concentração no espaço, nem a diversidade industrial, nem a dependência das indústrias, uma em relação as outras, que caracterizam o complexo propriamente dita.

Os complexos industriais podem ser classificados em quatro possíveis critérios: 1) indústria dominante no complexo é comum que uma indústria domine as outras, porém é muito delicado determinar a predominância pelo valor da

produção, mão de obra empregada, capital investido, entre outros; 2) poder industrial permite distinguir entre os complexos maiores, comportando uma grande força industrial e complexos menores; 3) concentração financeira, complexos de grande concentração de capital privado ou estatal e complexos de dispersão financeira; 4) fator de base de criação e desenvolvimento do complexo, três fatores são essenciais para determinar a criação e o desenvolvimento: extração de recursos do subsolo, fontes de energia e matérias primas minerais e existência de uma natural de comunicação, elementos humanos e elementos políticos (CHARDONNET, 1965).

Os complexos industriais são considerados tipicamente fenômenos urbanos, no entanto há casos em que não se encontra nenhuma fonte de energia, nenhum minério essencial, nenhum nó de comunicação natural e onde o complexo não é mais ligado a cidade a qual está ligado, e as vezes, ele mesmo suscitou, por suas necessidades próprias o desenvolvimento de uma cidade que é a consequência, não a causa (CHARDONNET, 1965).

2.3 AGROINDÚSTRIA E COMPLEXO AGROINDUSTRIAL

Nesta subseção é apresentado o conceito de Complexo Agroindustrial e uma contextualização da agroindústria no Brasil, abordando a sua origem e suas transformações no decorrer dos anos.

2.3.1 Complexo Agroindustrial

O surgimento dos Complexos Agroindustriais (CAIs), após a II Guerra Mundial, decorre de um processo de desenvolvimento do setor industrial que alcança o setor agrário que estava em busca de novas alternativas para superar a queda da lucratividade e a depreciação da renda da terra.

Assim como ocorreu com a indústria no final do século XIX, a agropecuária passou por um processo de concentrações horizontal e vertical. Para Johnston; Kilby (1977 apud ERTHAL, 2006, p. 51) a especialização foi o mecanismo do processo econômico na agricultura da mesma forma que ocorre nos demais setores da economia. Ocorreu grande dificuldade para entrada da agricultura no complexo industrial, haja vista que muitos problemas surgiram como exemplo à

elevação dos custos produtivos, sem a equivalência de aumento da rentabilidade, bem como a perda do caráter competitivo do mercado, adentrando em um círculo monopolista.

Os setores agrícolas básicos de exportação, como o café, cana de açúcar e algodão, foram os que mais adotaram inovações técnicas e de relação de trabalho no passado, pois tais mudanças ligadas a inovações do campo ocorreram sobre o prisma do capital, no início comercial, logo industrial e por último financeiro (ERTHAL, 2006).

Segundo Fajardo (2008), o conceito de Complexo Agroindustrial caracterizou um modelo de relações intersetoriais indústria-agricultura-comércio-serviço, baseado num padrão agrário moderno, que passou a integrar o setor agropecuário à indústria. Os estudos de Perroux (Teoria dos Pólos de Crescimento) e Hirshman (Estratégia de Desenvolvimento Econômico) são considerados os que originaram a conceituação “Complexo Agroindustrial”, apresentando um entendimento de desenvolvimento econômico como determinante nas particularidades de cada região, que condicionavam ou não como centro dinâmico ou como periferia.

O processo de desenvolvimento é impulsionado por setores e atividades produtivas articuladas, não podendo haver vazios, pois setores vazios ao serem ocupados gerariam outras atividades indo e voltando, formando uma cadeia produtiva (FAJARDO, 2000).

Quando se fala em industrialização da agricultura é primordial lembrar os seus limites, pois diferentemente da indústria, a agropecuária possui especificidades (ritmos, ciclos naturais etc.) que não se conforma com o método industrial. Nesse entendimento, Kageyama *et al.* (1987) acrescenta que, conectada com outros ramos da produção, está agricultura para produzir: “depende dos insumos que recebe de determinadas indústrias, e não produz mais apenas bens de consumo final, mas basicamente bens intermediários ou as matérias-primas para outras indústrias de transformação”.

De acordo com Erthal (2006) para diferir a modernização e industrialização da agricultura temos 3 (três) transformações básicas:

- Mudanças nas relações de trabalho - ocorre a divisão do trabalho dentro da família, o trabalho coletivo ultrapassa o individual;

- Mudanças qualitativas na mecanização - quando se introduzem as máquinas em todo o processo de produção (da preparação do solo ao transporte do produto);
- Internalização da indústria - no Brasil isto correu com a instalação da indústria de base que passou a produzir máquinas e insumos ao campo.

Dois setores integrados – agricultura (industrializada) e o industrial, pressupõe a existência dos CAIs., representados por indústria de insumos e processadoras que detém a maior ascendência sobre a agricultura. Os CAIs mais completos trabalham nas esferas de estocagem, comercialização e transporte de produtos, bem como financiamento e os CAIs incompletos só apresentam relações mais adiante com as indústrias processadoras. Dessa forma cada CAI tem o seu nível de integração intersetorial (ERTHAL, 2006).

2.3.2 Agroindústria no Brasil

Nos debates que envolveram a definição dos rumos do Brasil, a questão agrária sempre esteve presente, ora assumindo posição de destaque, ora secundária e às vezes estratégica nos projetos nacionais de desenvolvimento econômico. O papel do Estado no setor agrícola não pode ser dissociado da economia, pois sempre busca atender os múltiplos interesses interno e externos, tão pouco dos interesses da sociedade, nesse sentido ele buscou criar condições e meios para promover a geração do capital na agricultura (DAVID; CORRÊA, 2002).

A estrutura fundiária brasileira nasceu sob o domínio da grande propriedade rural. No período colonial o acesso à propriedade era por meio de doação da Coroa, no período entre 1822 a 1850 foi promulgado a Lei de Terras, possibilitando o crescimento de propriedade com posse de pequenos agricultores de subsistência, no entanto não afetou a estrutura agrária da cultura do café. A partir de 1930 temos a ascensão da burguesia urbano industrial, mesmo com a queda da oligarquia cafeeira a estrutura agrária vigente não teve mudanças, no entanto essa questão começou a ser colocado como obstáculo para o desenvolvimento econômico, para compensar a demanda por terras, o Estado buscou colonizar novas terras nas áreas de fronteira (DAVID; CORRÊA, 2002).

As transformações ocorridas a partir da década de 1960 no Brasil, período em que foi implantando um setor industrial produtor de bens destinados a agricultura, a modernização e desenvolvimento do mercado de produtos industriais para o sistema agroindustrial, significativas mudanças no processo de produção agrícola, foram o impulso inicial para o desenvolvimento e formação dos primeiros complexos agroindustriais.

A modernização tecnológica da agricultura no Brasil ganhou força e intensidade a partir da década de 1970, acarretando significativas transformações no espaço agrário e urbano, nos meios de produção e na forma de exploração da agricultura e daqueles envolvidos nessa atividade. Por mais que não seja sinônimo de mecanização no campo, ela se caracterizou pelo uso intensivo de máquinas e implementos, gerando um importante indicador de mudança na produção agrícola. Nas áreas de fronteiras, recém-expandidas, a propriedade privada latifundiária monopolizou os recursos naturais e financeiros, inserindo-se na moderna produção agrícola (DAVID; CORRÊA, 2002).

De acordo com Delgado (1985 apud SILVA, 2015), a política nacional de crédito rural, através da introdução de incentivos, alavancou o processo para que a agricultura se tornasse consumidora de insumos modernos, produzidos pelo setor industrial. Na década de 1970, a política agrícola formou a estrutura agrária, através de um projeto de modernização da agricultura brasileira, que buscou alterar a base técnica sem modificar a estrutura agrária, então alguns proprietários agrícolas, médios e grandes, receberam 60% do crédito distribuído (DELGADO, 1985).

A agricultura expandiu-se e em paralelo houve uma modificação nas formas de produção agrícola, bem como uma ampliação e transformação dos complexos agroindustriais, gerando efeitos no meio ambiente. Como as políticas de desenvolvimento rural dão prioridade e insere determinada classe da sociedade no que existe de mais moderno na agricultura e pecuária, deixando a maioria dos agricultores rurais longe de tais inovações e desenvolvimento, as transformações no campo ocorrem de maneira desigual (SILVA, 2015).

Para Silva (2015), o novo modelo de desenvolvimento econômico exclui o homem do campo da geração de emprego com diminuição da renda, causando uma desigualdade no espaço rural: a propriedade da terra foi subordinada ao capital, por isso, a modernização ocorreu de forma parcial, beneficiando alguns

produtos, algumas regiões e algumas fases do ciclo produtivo.

Para Balsan (2006 apud SILVA, 2015), houve uma reorganização do espaço geográfico, reflexo das alterações no padrão de produção e organização da produção agrícola, que acabou adaptando-se às novas condições de produção baseada nos interesses do Estado e dos grupos econômicos capitalistas.

Já o conceito de agroindústria é abordado de diferentes maneiras, ele engloba diversos ramos industriais e gera vários níveis de abrangência, só é possível definir um conceito puro em âmbito teórico, mas que em estudos de casos concretos e principalmente aqueles que utilizam dados secundários, ele perde sua funcionalidade (BRAUN *et al.*, 2012).

Para que possa se enquadrar no conceito de agroindústria, ela precisa utilizar matéria prima advinda da agricultura ou agropecuária, por mais que exista indagações em relação a quantas etapas de transformações da matéria prima devem ser consideradas para que possa ser classificada nessa categoria, é consenso que ela seja considerada como aquela que faz o primeiro beneficiamento da matéria advinda do setor agrário ou pecuário (BRAUN *et al.*, 2012).

O autor Lauschner (1995), propõe uma definição de agroindústria em que se destacam dois aspectos, de maneira geral na condição de que como unidade produtiva transforma a matéria prima agrícola na condição in natura ou manufaturada para um estágio final ou intermediário. E de maneira específica em que consiste em transformar a matéria prima agrícola in natura e seus subprodutos para o estágio final.

Segundo Silva (2015) a agricultura brasileira passou por um processo radical de transformação, devido à integração a dinâmica industrial de produção, incentivo à constituição do CAI. Essa transformação alterou a produção industrial, trazendo maior consumo de insumos modernos, produzidos pelo setor industrial.

O padrão, inclinado ao consumo do capital e tecnologia, com grupos que começaram a fornecer insumos como máquinas, sementes, adubos, fertilizantes e agrotóxicos, aumentou a dependência da agricultura relacionada aos setores econômico, industrial e financeiro, causando grande desequilíbrio social e ambiental (SILVA, 2015).

3 FORMAÇÃO REGIONAL

Neste capítulo é apresentado o contexto histórico da formação da mesorregião Oeste e as transformações que moldaram essa região.

O estado do Paraná de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), está dividido em 9 (nove) mesorregiões e 39 (trinta e nove) microrregiões e 399 (trezentos e noventa e nove) municípios, sendo que a mesorregião Oeste está localizada no terceiro planalto, sua paisagem é bastante uniforme com extensas várzeas do rio Paraná, na maior parte da região temos a incidência de clima subtropical úmido mesotérmico, de verões quentes, geadas pouco frequentes e com chuvas concentradas nos meses de verão (IPARDES, 2003).

A formação populacional da região Oeste do Paraná pode-se dizer que inicia no século XV, pouco tempo após a descoberta da América e início do processo de desbravamento do continente, pelos termos do Tratado de Tordesilhas firmado por Portugal e Espanha, a atual região Oeste estaria localizada em território espanhol, sendo palco de disputas entre portugueses, espanhóis e indígenas por longos anos (IPARDES, 2008).

Após 1824, temos a chegada à região dos primeiros imigrantes europeus, principalmente alemães que dão origem as pequenas propriedades rurais, atuando com produção de subsistência, tempos depois em uma política de expansão o governo imperial autoriza a concessão de terras a companhias colonizadoras estrangeira, dando início ao sistema de “obrage” (IPARDES, 2008).

Segundo Wachowicz (2010), a obrage foi um tipo de exploração ou propriedade que se desenvolveu no Paraguai e Argentina, o obragero era o proprietário desse latifúndio. Era típico nas províncias paraguaias e argentinas que faziam fronteira com o estado do Paraná no final do século XIX.

O estado do Paraná apresentou crescimento econômico e industrial bastante lento principalmente nos ciclos de exploração e beneficiamento de produtos naturais para exportação até meados do século XX.

De acordo com Migliorini (2006), o primeiro produto de exportação do Estado foi à erva-mate, tornando-se o principal em pouco tempo, seu primeiro ciclo no início do século XIX, propiciou um grande crescimento de atividades relacionadas ao seu suporte, alavancando a economia até o início do século XX

(década de 1920), quando declinou o ciclo do mate e conseqüentemente as atividades de suporte.

A partir de 1920, com a conclusão das primeiras obras de estrada ligando essa região a capital do Estado, um novo contingente populacional ocupa as terras da região, nos anos 1930 ocorre o início do movimento denominado “Marcha para o Oeste”, implementado com o intuito de adensar a ocupação do território brasileiro (IPARDES, 2008).

Em 1930 inicia-se o ciclo da madeira substituindo o da erva-mate, e impulsionando o setor econômico paranaense. Segundo Migliorini (2006), a extração da madeira e as indústrias correlatas, como o papel, mobiliário, etc., começaram a movimentar a economia de vários municípios paranaenses, empregando a maioria dos trabalhadores do setor industrial, distribuindo a industrialização por todo interior do Paraná, em paralelo a colonização das terras das regiões Norte e Sudeste do estado.

Os intelectuais que apoiavam o governo Getúlio Vargas, buscavam encontrar uma inspiração para resolver o problema da ocupação da “fronteira guarani”, região que representava terras do oeste de Santa Catarina, sudoeste e oeste do Paraná, com um pretense espírito bandeirante que deveria fornecer inspiração para um novo sentimento de fronteira. Silvio Romero, Cândido Rondon, Tristão de Araripe, Paulo Prado, Cassiano Ricardo, entre outros, foram nomes que estimularam a “marcha para o oeste” (WACHOWICZ, 2010).

A partir da década de 1940, houve a colonização do chamado Norte Novo, o café passou a ser o produto de maior importância da economia paranaense, desbancando outros itens de exportação do Estado, com a prosperidade do setor cafeeiro o setor industrial perdeu o espaço que detinha no Estado, com a expansão da cafeicultura paulista houve também a aceleração do crescimento dos cafezais paranaenses entre 1947 e 1959. Imigrou de São Paulo um contingente grande de mão-de-obra e capital necessário à implantação da atividade cafeeira no Paraná (MIGLIORINI, 2006).

Na década de 1940, essa região teve algumas iniciativas governamentais para impulsão da ocupação e exploração econômica regional, a criação do Território Federal do Iguaçu em 1943 e logo extinto em 1946 contribuiu para esse objetivo. Sendo destacadas correntes migratórias, uma delas formada por agricultores de origem alemã e italiana provenientes da região serrana do Rio

Grande do Sul e Santa Catarina (IPARDES, 2003).

Outra corrente teve relação com a chegada das companhias gaúchas colonizadoras de terras dedicadas à exploração da madeira e ao mercado imobiliário, outra formada por fluxos oriundos das plantações de café da região norte do Paraná, à medida que estas iam sendo substituídas por outras culturas e pecuária (IPARDES, 2003).

A empresa imobiliária Madeireira Colonizadora Rio Paraná S.A (Maripá) é considerada a mais importante imobiliária do oeste paranaense desse período, o controle acionário dela era dividido em dois grupos: 33% (trinta e três por cento) com um grupo de origem italiana e 66% com um grupo de origem alemã, ambos oriundos do Rio Grande do Sul, tendo como característica marcante uma dicotomia italiano-alemão e católico-protestante. Durante a gestão dessa empresa pelo grupo teve a criação do município de Toledo com uma mistura de italianos e alemães oriundos do Rio Grande do Sul, com a gestão do grupo alemão teve mudança do direcionamento étnico e religioso das cidades, sendo Marechal Candido Rondon um reduto de colonos de origem alemã com religião protestante predominante (WACHOWICZ, 2010).

Nessa dinâmica de colonização outras empresas também participaram, Pinho e Terras Ltda.; Industrial Agrícola Bento Gonçalves; Colonizadora Gaúcha Ltda.; Colonizadora Matelândia; Colonizadora Criciúma; Sociedade Colonizadora União D'Oeste Ltda.; e Colonizadora Norte do Paraná. Essas empresas, juntamente com outras de menor relevância, colonizaram uma área superior a dois milhões de hectares do território.

Essas empresas fizeram um acordo com o Estado, onde elas deveriam se dedicar às atividades relacionadas à madeira, à indústria, ao comércio e à venda das terras. Dentre elas, a empresa Madeireira Colonizadora Rio Paraná S.A (Maripá) foi a que obteve maior destaque, empreendendo construções de casas, hotéis e estradas, além da venda de lotes de terras.

O caso do Oeste paranaense se destaca pelo fato de a área ter sido a última no Paraná a ser ocupada e por conjugar uma situação na qual o seu desenvolvimento se deu fortemente conectado à dinâmica migratória nacional. Ademais, na área cuja formação socioeconômica é recente, a dinâmica demográfica pode ser percebida no elevado crescimento do tamanho da população total regional que em 1940 era de 7.645 habitantes e apenas um município; e que chega a 2010

com um total de 1.219.558 de habitantes e 50 municípios. O acelerado crescimento demográfico local é evidente nas décadas de 1950 e 1960 e ocorreu em função de grandes fluxos imigratórios internos que para lá se deslocaram, advindos de vários Estados brasileiros, especialmente de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e São Paulo (RIPPEL, 2015).

Entre os anos de 1950 e 1970, algumas características comuns conferiram homogeneidade à ocupação dessa região, sendo um importante fator para a conformação econômica e de identidade cultural, em sua maioria eram oriundos do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, de origem rural, sendo trabalhadores ou pequenos proprietários dedicados à agropecuária. O fato de serem oriundos do Rio Grande do Sul conferiu a esse grupo uma espécie de territorialidade, com traços culturais distintos dos que estavam presentes na região (IPARDES, 2008).

No final da década de 1950, devido aos esforços anteriores para implantação de um sistema viário que interligasse a região ao restante do estado, impulsionou a integração e dinamização da região, de maneira que houvesse a produção de excedentes para comercialização. A atividade agrícola, baseada na boa qualidade do solo e em uma razoável capacidade técnica dos produtores, propiciou um incremento de renda e expansão do comércio. Diante disso, as áreas rurais tiveram incrementos de população e foi sendo formados os núcleos urbanos para dar suporte a agricultura (IPARDES, 2003).

Em um processo de crescimento populacional, a mesorregião Oeste Paranaense alcançou no início da década de 1970 uma concentração de cerca de 750 mil habitantes, sendo uma das áreas mais populosas do Estado, principalmente em área rural, tendo nesse período uma urbanização muito baixa.

A construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu na década de 70 na cidade de Foz do Iguaçu provocou uma intensa corrente migratória e mobilidade espacial da população entre rural e urbana.

Entre os anos de 1970 e 1980, a população rural da região decresceu e a urbana apresentou um crescimento médio de 12,5% ao ano, sendo o mais elevado das mesorregiões do estado e o dobro da média das cidades paranaenses, estimulado pelos efeitos da construção do megaprojeto da Usina Hidrelétrica de Itaipu, nas décadas seguintes a perda de população rural e aumento da urbana se mantiveram (IPARDES, 2003).

A tabela 01 – Comparativo populacional apresenta um quadro comparativo populacional do estado e da mesorregião Oeste com base nos dados do censo IBGE.

Tabela 1– Comparativo populacional – População total do Paraná *versus* população total da mesorregião Oeste

Ano	População Total do Paraná	População Total do Oeste do Paraná	Percentual
1980	7.629.849	960.775	12,59%
1991	8.448.713	1.016.481	12,03%
2000	9.563.458	1.138.582	11,91%

Fonte: IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Na tabela 02 é apresentado um comparativo populacional entre a população total do Paraná e a população rural, demonstrando em percentual a redução da população rural total no estado.

Tabela 2 – Comparativo populacional – População total do Paraná *versus* população rural do Paraná

Ano	População Total do Paraná	População Rural do Paraná	Percentual
1980	7.629.849	3.157.343	41,38%
1991	8.448.713	2.250.760	26,64%
2000	9.563.458	1.777.374	18,58%

Fonte: IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Na tabela 03 é apresentado o percentual da população rural da mesorregião Oeste do Paraná em relação à população rural total do estado.

Tabela 3 - Comparativo populacional – População total do Paraná *versus* população rural da mesorregião Oeste do Paraná

Ano	População Rural do Paraná	População Rural do Oeste do Paraná	Percentual
1980	3.157.343	476.114	15,08%
1991	2.250.760	288.033	12,80%
2000	1.777.374	209.490	11,79%

Fonte: IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Na tabela 04 identificamos que a população rural da mesorregião Oeste representava quase 50% do total da população da mesorregião em 1980 e que no ano de 2000, esse percentual já estava em pouco mais que 18%,

demonstrando uma grande mudança do perfil populacional da mesorregião.

Tabela 4 - Comparativo populacional – População total da mesorregião Oeste do Paraná *versus* população rural da mesorregião Oeste do Paraná

Ano	População Total do Oeste do Paraná	População Rural do Oeste do Paraná	Percentual
1980	960.775	476.114	49,56%
1991	1.016.481	288.033	28,34%
2000	1.138.582	209.490	18,40%

Fonte: IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Com a urbanização ocorrendo de forma abrupta na região Oeste, temos algumas cidades se destacando como pólos. Desde o ano de 1970, Foz do Iguaçu já se destacava nesse processo, com um percentual acima de 60% de população urbana, enquanto que Cascavel com 39% e Guaíra com 34% de população urbana, bem diferente da média estadual de 36% de população urbana.

Na década de 1970 temos mais de 90% dos municípios que compõem essa região com 50% ou mais da população vivendo no meio rural, nos 2000 havia reduzido para 26% dos municípios, enquanto que no estado esse percentual chegava a 29% (IPARDES, 2008).

Outro fator que influenciou a formação da região foi o movimento mais amplo de expansão da agricultura moderna que se instaura no Paraná, marcado pela introdução maciça, no campo, de avançadas tecnologias de cultivo, de substituição de culturas alimentares pela produção de commodities e de alterações radicais nas relações de trabalho, todos estes elementos altamente poupadores de mão-de-obra, com isso ela entra em um intenso processo de urbanização e agroindustrialização (IPARDES, 2003).

3.1 TRANSFORMAÇÕES ECONÔMICAS DO PARANÁ

Na região Oeste do estado do Paraná o processo de desenvolvimento agrícola iniciou em meados da década de 1940, época em que a região recebeu muitos imigrantes oriundos dos estados do Sul, no entanto uma característica que chamava bastante à atenção era que em sua maioria esses imigrantes eram de origem rural, pequenos produtores que incentivados pelo

programa Marcha para o Oeste, viram nessa região uma nova oportunidade.

Para Fajardo (2006), a economia paranaense teve na agroindústria seu mais importante eixo de industrialização. Desde os primórdios de sua colonização a agroindústria se fez presente, inicialmente com o processamento da erva mate, da madeira, mais tarde, com o café e atualmente com a soja e milho.

No entanto, essa antiga agroindústria tratava-se, na realidade, de um beneficiamento de produtos primários, de forma rústica, não tendo vínculo com o setor agroindustrial moderno.

A partir dos anos 1950 no estado do Paraná teve o início da diversificação da agricultura, com o plantio em escala comercial de algodão, milho, feijão, arroz, cana de açúcar, amendoim, fumo, soja, entre outras, sendo mais intensificadas em algumas regiões do estado (norte, noroeste, oeste e sudoeste) e a criação de bovinos e suínos. A soja representou um caso à parte, pois a sua expansão foi admirável a partir do início da mecanização, utilização de novas tecnologias e novos produtos como sementes mais resistentes a pragas, adubos e agrotóxicos mais eficazes.

De acordo com Fajardo (2008), em um breve histórico sobre a agroindústria paranaense e sua modernização afirma que o Paraná sempre acompanhou o crescimento no conjunto do País. Nesse crescimento a agricultura brasileira apresentou na década de 1970 elevada taxa isso se deu em decorrência da abertura de novos mercados externos, com o aumento da demanda internacional por produtos agrícolas e expansão do mercado interno.

A ação estatal foi um dos meios que promoveram a modernização do campo, com disponibilização de créditos, incentivos fiscais e políticas direcionadas para produtos, exemplo disso é a soja. Essas ações não atingiram todos, porém a modernização agrária provocou um impacto em âmbito geral (FAJARDO, 2008).

O modelo de modernização agrária utilizado foi o de aliar os interesses dos capitais nacionais, internacionais e do Estado, colocando em prática um processo em que são escolhidas as áreas onde a demanda agroindustrial das exportações e dos centros urbanos é mais forte e mais interessante, situação que ressaltava a condição de dependência do setor agrícola de insumos industriais (FAJARDO, 2008).

As cooperativas agropecuárias na década de 1970 participaram

significativamente no processo de reestruturação produtiva do espaço regional, de longe, elas representaram o setor mais importante dentro das iniciativas de investimentos agroindustriais. A produção agropecuária foi modernizada e diversificada, sendo direcionada e conduzida pelas cooperativas.

Outro fator que impulsionou, foi à organização em torno da implantação dos projetos de integração cooperativa, eles buscavam discutir a forma de atuação das cooperativas, reordenando-as de maneira estratégica, pensando de forma organizada e que prevalecesse a harmonia, evitando concorrência direta entre elas, sendo delimitadas áreas de atuação de cada cooperativa (FAJARDO, 2006).

Em 1971, essa reestruturação foi concretizada com a instalação dos Projetos de Integração Cooperativista, nesse mesmo ano teve a criação da Organização das Cooperativas do Estado do Paraná – OCEPAR, que por decisão das 34 (trinta e quatro) cooperativas existentes teve o papel de apoiar a execução dos projetos. O estado foi dividido em três grandes regiões, sendo: Projeto Iguazu de Cooperativismo (PIC) de 1974, com abrangência nas regiões Oeste e Sudoeste; Projeto Norte de Cooperativismo (NORCOOP) também de 1974, atuando na região norte e parte do centro do Estado e em 1976 teve início o Projeto Sul de Cooperativismo (SULCOOP) com atuação na região centro-sul (FAJARDO, 2006).

A expansão das agroindústrias na década de 1970 tem forte relação com a expansão das cooperativas desse setor, grandes investimentos e empreendimentos impulsionaram a atividade agroindustrial. Nesse mesmo momento elas iniciavam a dispor de esforços para desenvolver e participar da cadeia completa de produção, conquistando espaço e destaque nesse mercado extremamente competitivo, dominado por grandes organizações, havendo uma multiplicação de cooperativas na década de 1970 e 1980, caracterizando como o período mais dinâmico delas (FAJARDO, 2006).

A modernização da agropecuária no Paraná e a estrutura produtiva das áreas rurais do estado migraram das atividades iniciais de bovinocultura, café, erva mate e madeira para as de avicultura, suinocultura, soja, milho e trigo. Os ganhos de produtividade foram garantidos pelos investimentos em equipamentos, implementos, agroquímicos e políticas de incentivos e desenvolvimento. Esses processos tiveram reflexos no avanço do desenvolvimento dos espaços rurais possibilitando uma melhor qualidade de vida e condições de emprego, bem como a

modernização da agropecuária, e as cooperativas agrícolas tiveram uma grande participação nesse processo, principalmente após a década de 1970 (LIMA; ALVES, 2011).

O marco inicial das cooperativas no Estado do Paraná remonta a década de 1940, principalmente nas comunidades de origem alemã e italiana, pois eles já eram conhecedores do Sistema Cooperativista Europeu, no entanto é a partir da década de 1960 que esse movimento ganha força e temos o surgimento das primeiras cooperativas agropecuárias com base nos princípios que nortearam a primeira cooperativa do mundo, conhecida como Cooperativa de Rochdale em 1844. As cooperativas pioneiras no estado foram a de Witmarsum, de Palmeira; Agrária, de Entre Rios; Batavo e Castrolanda, em Castro e Capal, em Arapoti (LIMA; ALVES, 2011).

Em sua concepção, a cooperativa seria um instrumento para eliminar intermediários entre aquele que produz e o consumidor, permitindo aumento das margens de lucros e redução de preços finais para os consumidores, dessa forma a cooperativa contribuiria para emancipação dos trabalhadores, que deixariam de atender a terceiros e passariam a produzir para si mesmo, tornando-se donos do resultado final do seu trabalho (LIMA; ALVES, 2011).

Na tabela 05 é apresentado o quantitativo de cooperativas no estado do Paraná no período de 2007 a 2018.

Tabela 5 - Indicadores de cooperativas – quantitativo total de cooperativas

Ano	Número de Cooperativas
2007	234
2008	238
2009	238
2010	236
2011	240
2012	236
2013	231
2014	223
2015	220
2016	221
2017	220
2018	215

Fonte: Relatório de atividades e prestação de contas – OCEPAR, 2018.

Na tabela 06 é apresentado o quantitativo de cooperados no estado do Paraná de 2007 a 2018, demonstrando o contínuo crescimento de pessoas com relacionamento cooperativista.

Tabela 6 - Indicadores de cooperativas – quantitativo total de cooperados

Ano	Número de Cooperados
2007	496.251
2008	513.389
2009	548.812
2010	641.460
2011	735.437
2012	900.000
2013	1.000.000
2014	1.000.000
2015	1.300.000
2016	1.415.666
2017	1.516.574
2018	1.768.253

Fonte: Relatório de atividades e prestação de contas – OCEPAR, 2018.

Na tabela 07 é apresentado o quantitativo de colaboradores a serviço das cooperativas no estado do Paraná de 2007 a 2018.

Tabela 7 - Indicadores de cooperativas – quantitativo total de empregados em cooperativas

Ano	Número de Empregados
2007	51.621
2008	55.319
2009	60.649
2010	63.407
2011	62.595
2012	67.000
2013	63.000
2014	65.000
2015	82.000
2016	84.092
2017	93.638
2018	101.228

Fonte: Relatório de atividades e prestação de contas – OCEPAR, 2018.

As cooperativas têm a tendência de concentrar os ativos produtivos, tal como ocorre com empresas de capital privado e controle acionário restrito, elas buscam marcar posição ao longo da cadeia produtiva principalmente na área de

commodities, substituindo os monopólios privados, no estado do Paraná a nacionalização dos complexos industriais ocorre em favor dos produtores rurais e do capital local (LIMA; ALVES, 2011).

O complexo agroindustrial oriundo das cooperativas é formado pelos setores produtores de insumos e máquinas agrícolas, de transformação industrial dos produtos agropecuários, distribuição, comercialização e financiamento para custeio da produção, ele envolve ainda a transformação da matéria prima em produtos derivados.

Economicamente esse processo de transformação é viável desde que haja integração das cadeias de produção, explicando assim a necessidade das cooperativas paranaenses buscarem ampliar a participação ao longo da cadeia produtiva. Caso elas atuassem apenas na comercialização e transferência de grãos e fibras *in natura* para as processadoras, o retorno para os produtores rurais seria muito baixo.

Sendo assim, a criação de plantas de processamento e sua dispersão na região, fortalecem o desenvolvimento regional, bem como garante o controle da cadeia produtiva (LIMA; ALVES, 2011). A região oeste do Paraná, na década de 70, apresentava condições que facilitavam as transformações nas condições técnicas e de produção na agricultura, como por exemplo, terras férteis naturalmente, topografia plana, propiciando a mecanização e produtores mercantis que desconheciam o sistema de acumulação capitalista.

No processo de transformação articulado com a economia nacional e o posicionamento do Brasil na divisão internacional, a soja acabou se tornando protagonista, pois foi privilegiada pelo progresso técnico, haja vista que já fazia parte da cultura agrícola dos produtores.

O predomínio de pequenos estabelecimentos dificultou a mecanização, devido à capacidade operacional dos tratores, por exemplo, que eram maiores que a área disponível, tornando-se um investimento inviável, desperdiçando capital produtivo de custos elevados. Com a estruturação dos agricultores, através de cooperativas e associações informais, que deram abertura ao sistema de crédito rural e a utilização plena de máquinas e equipamentos essas dificuldades foram facilmente superadas.

Essa superação levou a valorização do capital produtivo iniciando um novo processo, o de concentração fundiária. Nos Censos Agropecuários do

IBGE, entre 1970 e 1996 os estabelecimentos da região principalmente proprietários e não proprietários de estabelecimentos com área menor que 50 hectares, reduziram aproximadamente 34%, passando de 83.216 para 54.773.

De 1960 a 1970 novos estabelecimentos rurais ocuparam mais de um milhão de hectares de terra, as lavouras temporárias passaram de 11,8 mil para 599 mil hectares. A soja não figurava no Censo Agropecuário de 1960, já em 1970 ocupava 155 mil hectares. De 1970 a 1975 a área de plantio de soja cresceu cerca de 427 mil hectares, e as lavouras temporárias (inclusive a soja) cresceram cerca de 418 mil hectares. Nesse sentido observa-se que até mesmo as lavouras temporárias cresceram devido à ampliação da área de soja.

A tabela 08 indica a área ocupada em hectares na mesorregião Oeste de 1960 a 1995.

Tabela 8 - Área total dos estabelecimentos, área de lavouras permanentes e temporárias e área colhida de soja – mesorregião Oeste – Paraná – 1960/1995.

Ano	Área Total	Lavouras	Permanentes	Temporárias	Soja	Demais usos	Área de soja/área temp.
1960	621,0	133,4	21,6	11,8	0,0	487,6	0,0
1970	1617,7	659,5	59,4	599,1	155,1	958,2	25,9
1975	1748,4	1087,7	70,4	1017,3	582,2	660,7	57,2
1980	1837,5	1188,1	52,8	1135,3	747,7	649,4	65,9
1985	1819,6	1089,5	22,9	1066,6	667,7	730,1	62,6
1995	1818,2	947,6	19,3	928,3	658,7	870,6	71,0

Fonte: IBGE – Censo agropecuário, IPARDES (2008, p. 31)

Com a substituição progressiva do algodão e do amendoim como matéria-prima da produção de óleos vegetais comestíveis, o Brasil deu à soja um novo caráter, tornando-a independente da produção de suínos. A expansão brasileira da soja devido à alta demanda mundial viabilizou os fluxos capitais internacionais para financiar os projetos de desenvolvimento do período ditatorial.

Se pensarmos na constituição de um “complexo soja” internacional, o Brasil e o Paraná entram na sua composição como fornecedores de soja em grão. Posteriormente, esse “complexo” se internaliza desenvolvendo uma cadeia de produção: produção agrícola, transformação industrial, fábricas de rações, fábrica de óleos vegetais e outros derivados, produção, abate e industrialização de animais,

produção e industrialização de leite, estrutura comercial e de financiamento – e assume grande importância econômica. Atualmente, o Brasil é um dos maiores produtores mundiais de proteína animal, e o Paraná em especial, a região Oeste, que se destaca no contexto nacional (IPARDES, 2008).

Inicialmente foi a expansão da produção de soja e, a partir daí, temos a fundação das cooperativas de produção que tiveram e têm participação decisiva em todo o processo, atuando em todas as etapas de desenvolvimento do “complexo soja” e da produção de proteínas animais, a região Oeste é considerada uma área especializada contando com indústrias de transformação do grão de soja, moderna produção de aves e suínos e indústria de carnes, industrialização de leite, fábrica de rações, serviços de armazenagem e de comercialização, sendo reconhecida como uma área especializada na produção de proteínas animais.

Nesse processo, o sistema produtivo da cadeia de produção, se estende entre os agricultores especializados que acompanham os requisitos técnicos e a necessidade de maior eficiência no uso dos meios de produção, tendo como regra a especialização produtiva, diferente do que ocorreria anteriormente quando o próprio agricultor precisava suprir os insumos da produção animal, porém sem a necessidade de ir ao mercado. Dessa maneira o sistema/cadeia preserva a força mobilizadora.

As cadeias de produção não precisam estar próximas espacialmente, pois, a soja em grãos ou farelo de soja, produzidos na região, fazem parte de outras cadeias de produção de carne, até mesmo de outros países, nesse sentido a relevância econômica desses produtos está ligada não somente a produção pecuária da região ou da produção de óleos vegetais, mas também o fato de serem mercadorias internacionais. Essa situação é bem compreendida através da prática operacional das agroindústrias de frango (IPARDES, 2008).

A partir de 1960, a produção avícola moderna tem início no Paraná e na região Oeste, integrando a agroindústria aos produtores, principalmente pela Sadia. As agroindústrias na época beneficiavam os pequenos produtores, com produção diversificada e mão-de-obra familiar não assalariada. Nessa integração os próprios produtores forneciam parte dos insumos para alimentar os animais, principalmente com soja e milho, baixando os custos da produção e do subsídio da família (IPARDES, 2008).

Na atualidade com as inovações tecnológicas da produção avícola

nas propriedades rurais, a mecanização das atividades de alimentação, controle de temperatura, tamanho dos aviários, estabelece uma relação empresarial na gestão e no emprego e de dependência da cadeia de fornecedores. A agroindústria controla o processo e é responsável pelo fornecimento dos insumos, tirando a dependência da produção dos próprios agricultores, e se abastecendo dos componentes para produção de ração no mercado, inclusive internacional.

Dessa forma o produtor de milho não abastece a agroindústria, mas sim o mercado em geral. Com a expansão do mercado geral, em todas as cadeias produtivas de proteínas animais (e de óleos vegetais) o milho e a soja são os produtos de maior importância em âmbito mundial se tornando de suma importância para o Brasil, o Paraná e região Oeste, devido à eficiência produtiva.

O processo de especialização da produção agropecuária da região está articulado à expansão dos mercados mundiais de soja, milho e de carnes, e às transformações e avanços tecnológicos nas técnicas de produção primária desses produtos que colocaram o Brasil, o Paraná e região Oeste, por eficiência produtiva, como grande fornecedor mundial (IPARDES, 2008).

Através de uma cadeia produtiva regionalizada, que se iniciou no processo de ocupação territorial, nas décadas de 1950 e 1970, houve uma estruturação de produção internacionalizada, que se reflete até os dias de hoje. É possível então que essa especialização produtiva regional se aperfeiçoe.

Em relação à renda, a trajetória estabelecida até o presente não foi suficiente para alterar significativamente as condições de renda da população que aí vive e trabalha.

O processo de ocupação do território impulsionou a industrialização da região, que atualmente é a base agrícola do estado. Com a derrubada das matas e a exploração econômica, houve a transformação da produção agropecuária que ocupava as áreas desmatadas, ocorreu o povoamento decisivo da região entre as décadas de 1950 e 1960.

Cerca de três décadas após o período mais intenso da ocupação do território do Oeste paranaense, a indústria regional continua focada na produção agropecuária e o setor industrial é pouco concentrado, especializado na produção de alimentos. Toledo e Cascavel desde o início do processo mantêm alto grau de industrialização, sendo os principais responsáveis na geração de valor financeiro. Atualmente a produção agropecuária e agroindustrial pontua como estratégia de

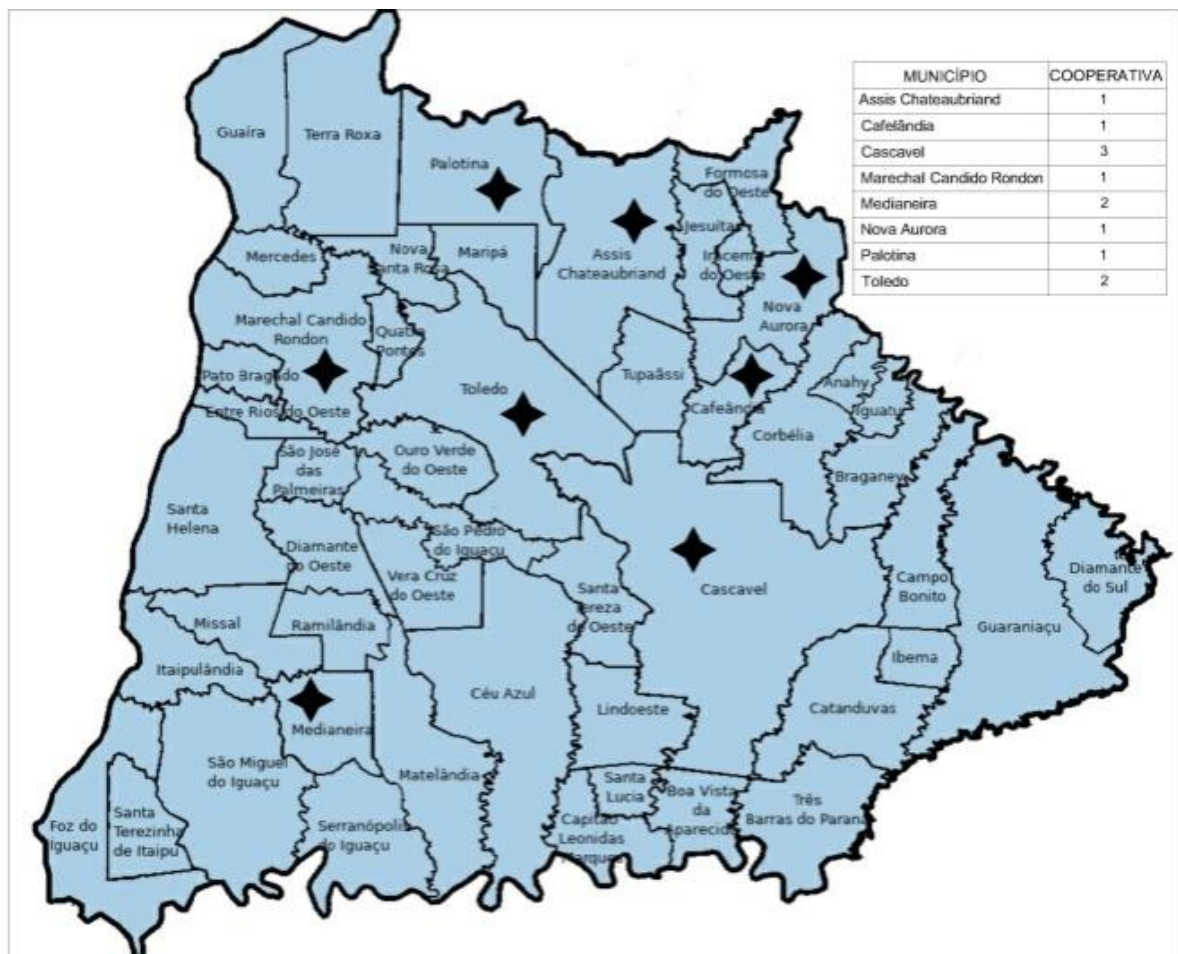
desenvolvimento regional para potencializar o crescimento econômico local.

Os maiores empreendimentos de produção industrial estão localizados, sete em Cascavel, três em Toledo, e outros, sete distribuídos nos municípios de Cafelândia, Marechal Cândido Rondon, Palotina, Medianeira, Matelândia, Céu Azul e Itaipulândia. Analisando a questão espacial e empresarial a produção agroindustrial está concentrada em nove dos 49 municípios do espaço regional (IPARDES, 2008).

Utilizando à base de dados da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná – ADAPAR foram identificados os empreendimentos agroindustriais existentes nos municípios da mesorregião Oeste e apresentados a seguir de forma espacial por tipo de empreendimento.

Na figura 04 é apresentada no mapa a localização dos municípios sedes das cooperativas da mesorregião Oeste.

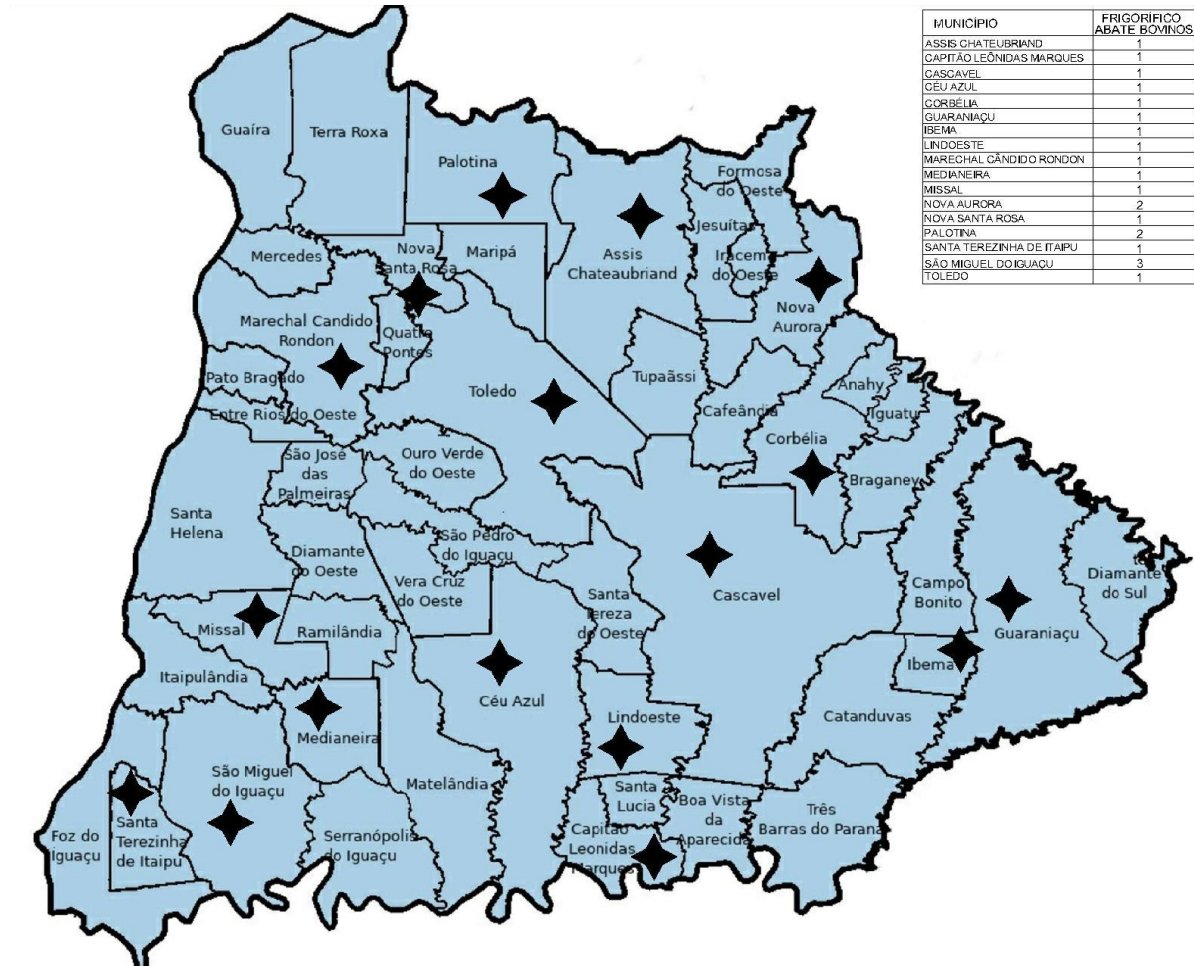
Figura 4 - Mapa de localização das Cooperativas na região Oeste do Paraná



Fonte: ADAPAR, 2020.

Na figura 05 é apresentada no mapa a localização dos municípios que têm empreendimentos classificados como abatedouro (frigorífico) de bovinos da mesorregião Oeste.

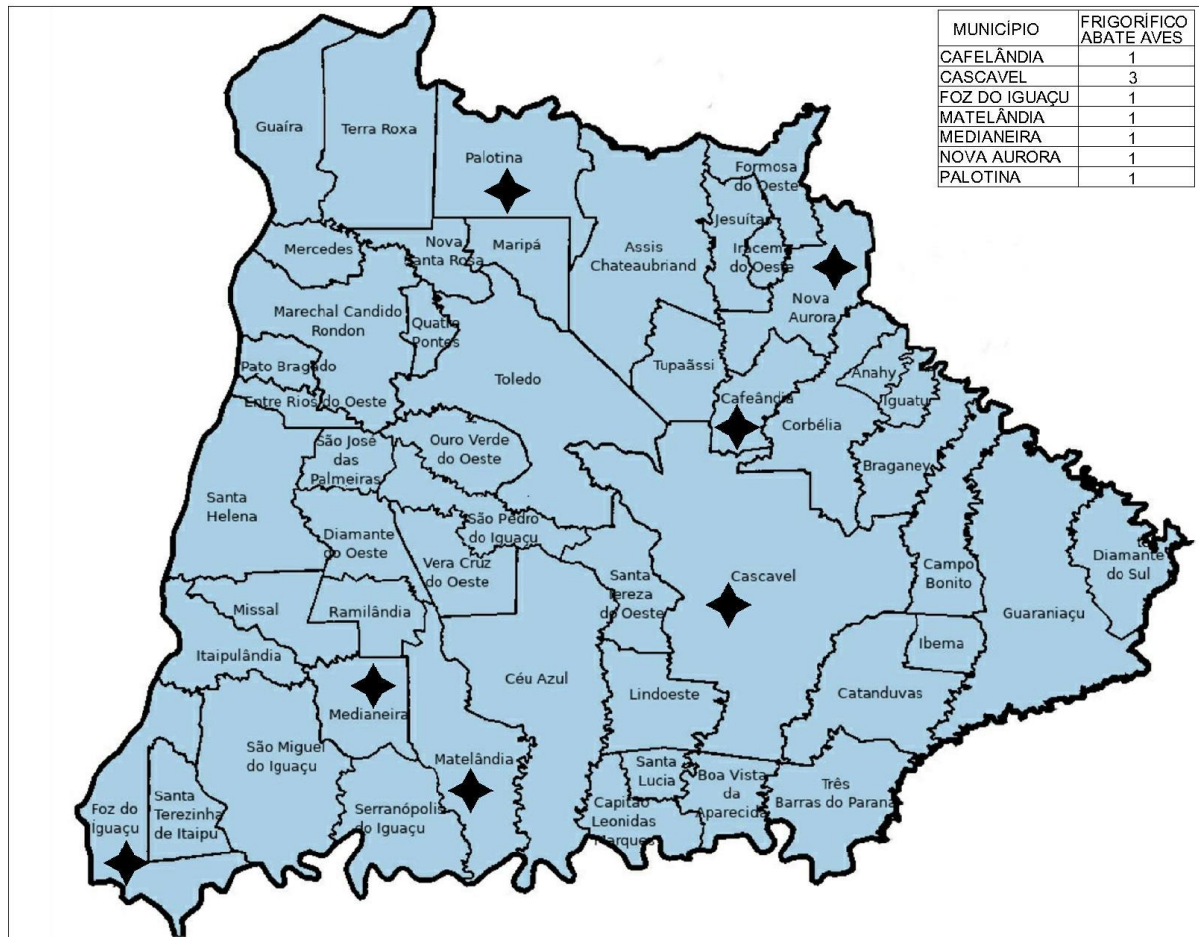
Figura 5 - Mapa de Localização de abatedouro de bovinos na região Oeste do Paraná



Fonte: ADAPAR, 2020.

Na figura 06 é apresentada no mapa a localização dos municípios que têm empreendimentos classificados como abatedouro (frigorífico) de aves da mesorregião Oeste.

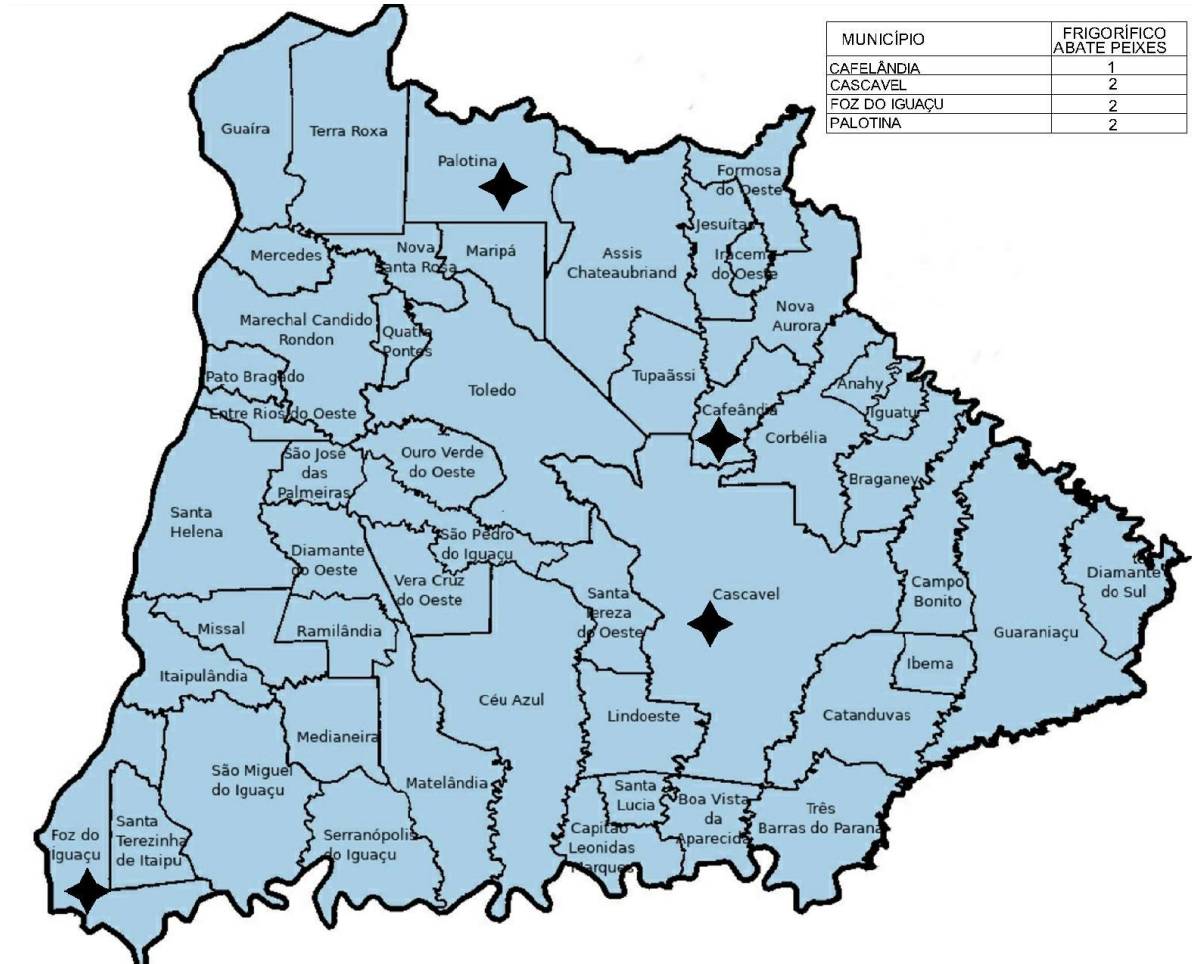
Figura 6 - Mapa de Localização de abatedouro de aves na região Oeste do Paraná



Fonte: ADAPAR, 2020

Na figura 07 é apresentada no mapa a localização dos municípios que têm empreendimentos classificados como abatedouro (frigorífico) de peixes da mesorregião Oeste.

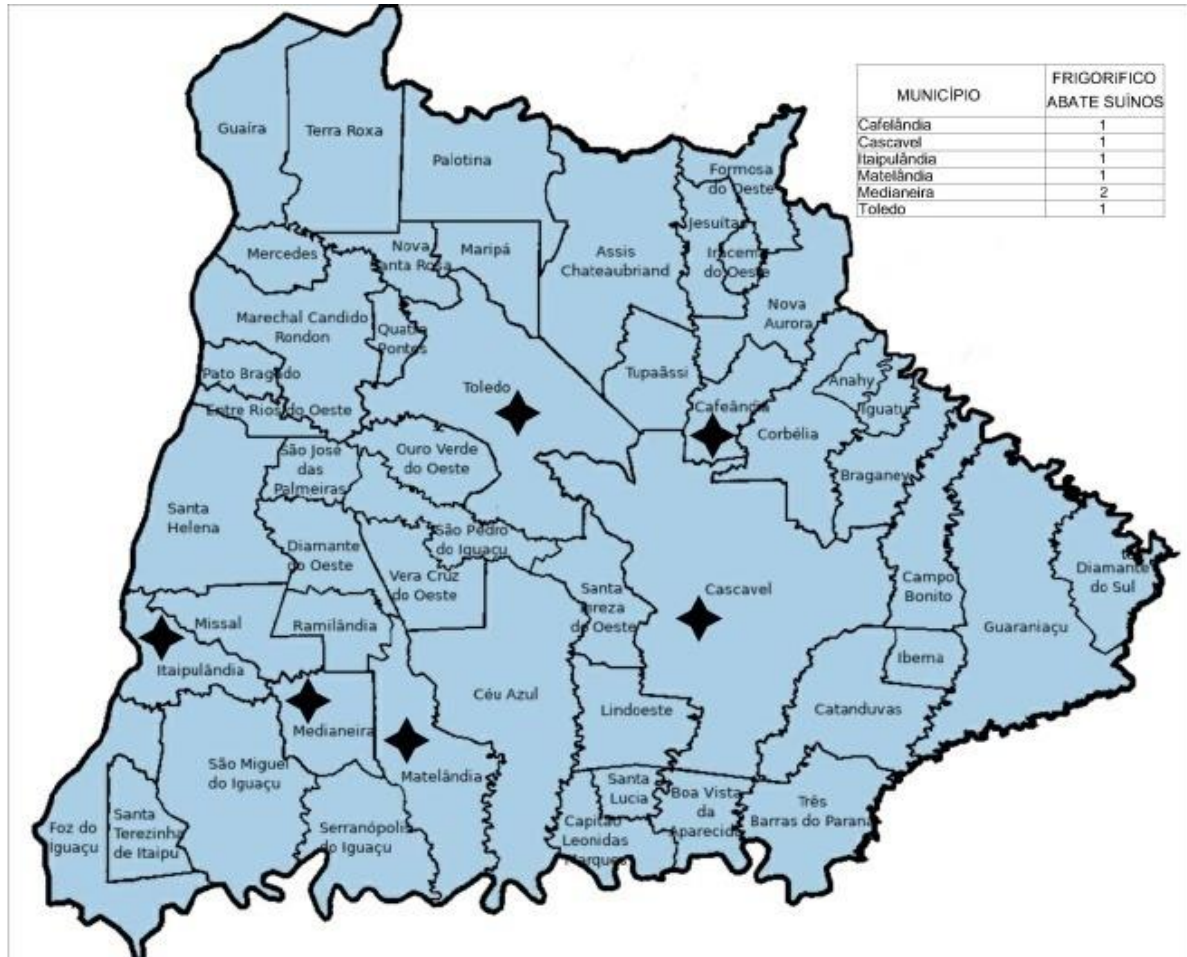
Figura 7 - Mapa de localização de abatedouro de peixes na região Oeste do Paraná



Fonte: ADAPAR, 2020

Na figura 08 é apresentada no mapa a localização dos municípios que têm empreendimentos classificados como abatedouro (frigorífico) de suínos da mesorregião Oeste.

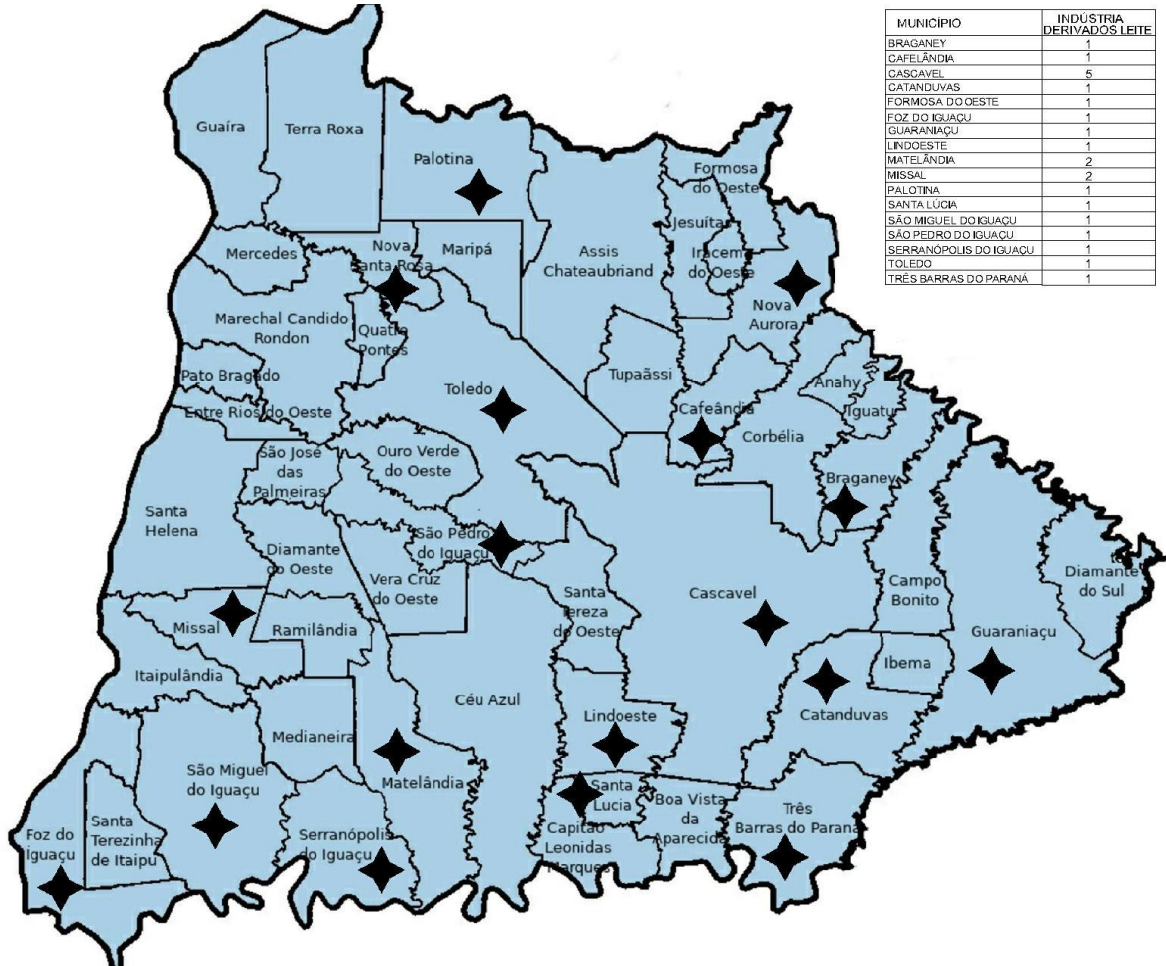
Figura 8 - Mapa de localização de abatedouro de suínos na região Oeste do Paraná



Fonte: ADAPAR, 2020.

Na figura 09 é apresentada no mapa a localização dos municípios que têm empreendimentos classificados como indústria de derivados de leite da mesorregião Oeste.

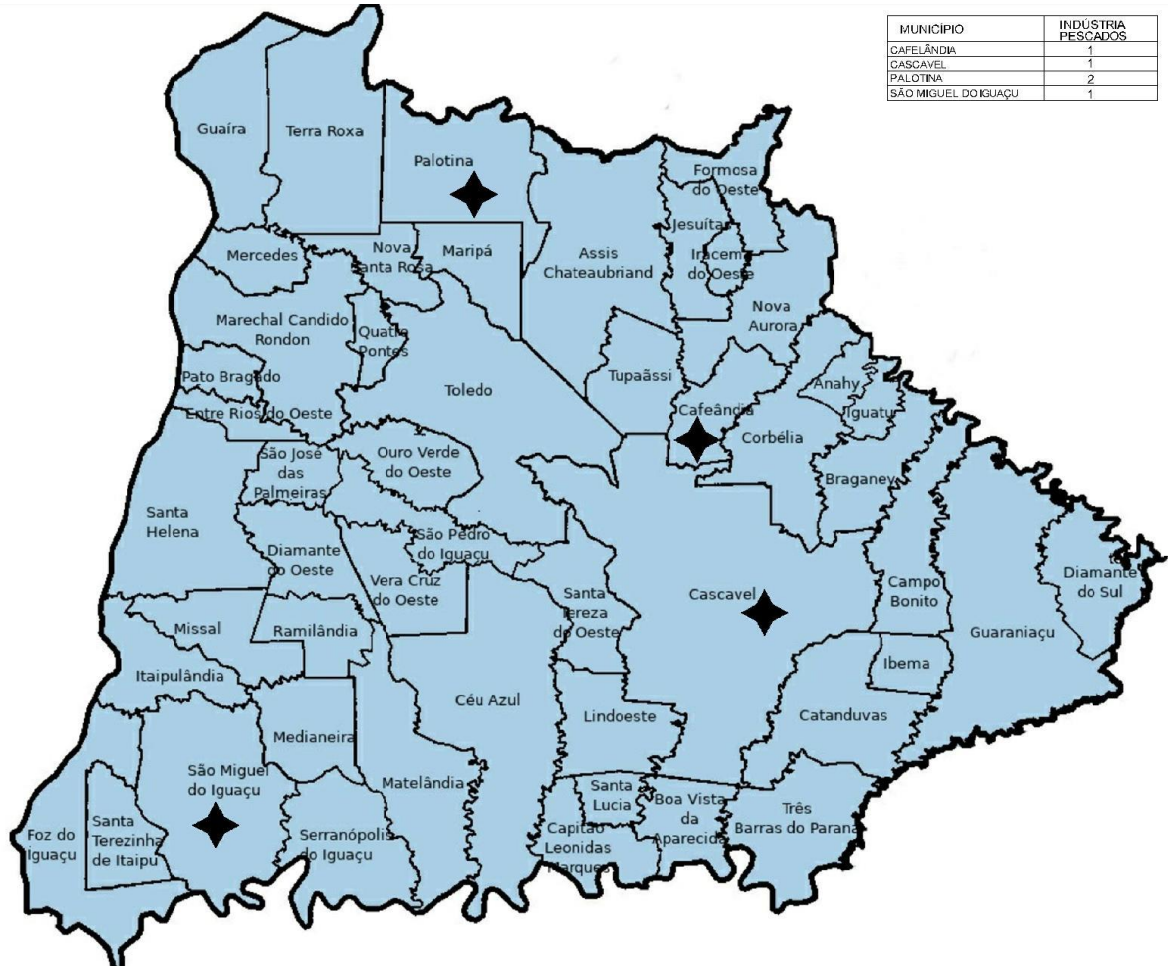
Figura 9 - Mapa de localização de indústria de derivados de leite na região Oeste do Paraná



Fonte: ADAPAR, 2020.

Na figura 10 é apresentada no mapa a localização dos municípios que têm empreendimentos classificados como indústria de pescados da mesorregião Oeste.

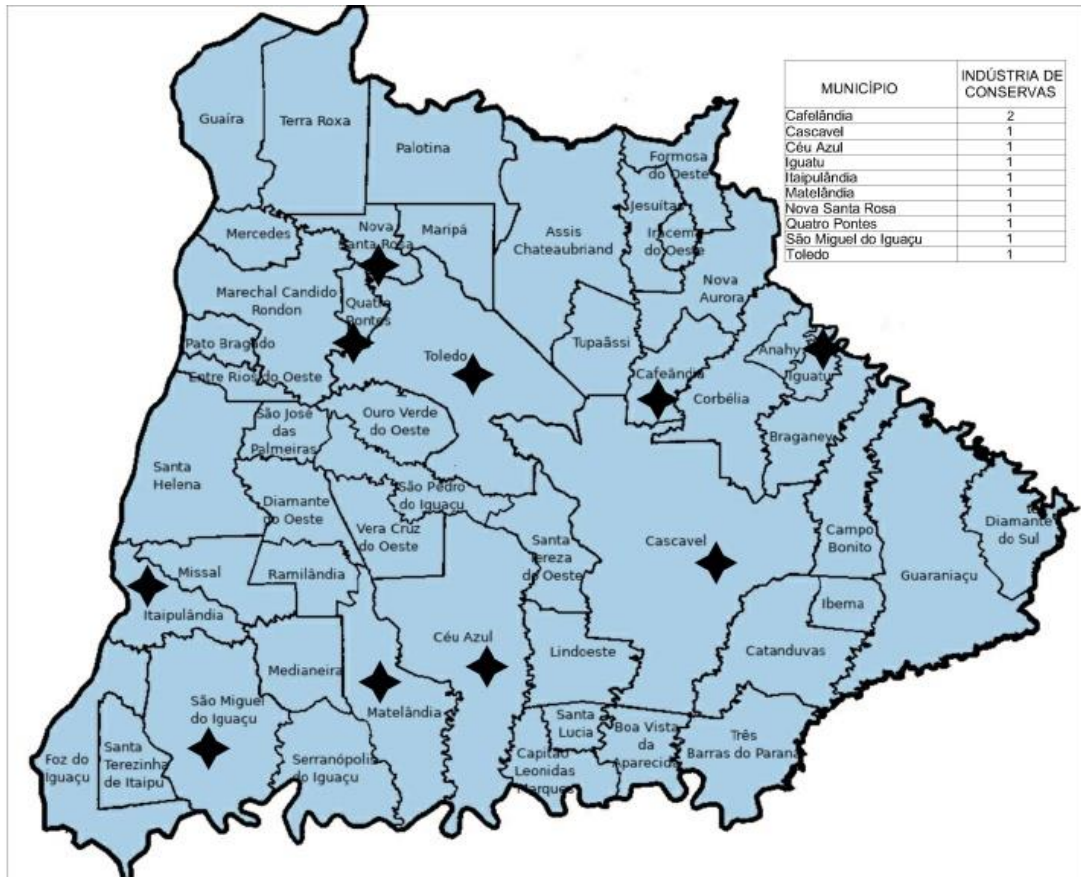
Figura 10 - Mapa de localização de indústria de pescados na região Oeste do Paraná



Fonte: ADAPAR, 2020

Na figura 11 é apresentada no mapa a localização dos municípios que têm empreendimentos classificados como indústria de conservas da mesorregião Oeste.

Figura 11 - Mapa de localização de indústria de conservas na região Oeste do Paraná



Fonte: ADAPAR, 2020

A tabela 9 apresenta um resumo das atividades agroindústrias nos municípios da mesorregião Oeste, possibilitando uma melhor visualização dos municípios e os empreendimentos nele instalados.

A formação da mesorregião Oeste teve grande influência de grupos oriundos da região Sul do Brasil e com vocação e expertise para o agronegócio, a melhoria da infraestrutura, a expansão da atividade cooperativa e a modernização da indústria provocou expansão e desenvolvimento na região, alguns municípios se destacam mais que outros, seja por sua localização, sejam por belezas naturais, sejam por infraestrutura disponível, sejam pela vocação em determinada atividade. No próximo capítulo serão apresentados os resultados coletados e analisados em relação à geração de empregos na mesorregião e como a agroindústria tem papel

participativo nesse processo.

Tabela 9 – Resumo dos empreendimentos agroindustriais nos municípios da mesorregião Oeste.

Município	Cooperativa	Frigorífico - abate bovinos	Frigorífico - abate aves	Frigorífico - abate peixes	Frigorífico - abate suínos	Indústria de Derivados de leite	Indústria de Pescados
Assis	1	1					
Chateaubriand						1	
Braganey						1	
Cafelândia	1		1	1	1	1	1
Capitão Leônidas Marques		1					
Cascavel	3	1	3	2	1	5	1
Catanduvas						1	
Céu Azul		1					
Corbélia		1					
Formosa do Oeste						1	
Foz do Iguaçu			1	2		1	
Guaraniaçu		1				1	
Ibema		1					
Iguatu							
Itaipulândia					1		
Lindoeste		1				1	
Marechal Cândido Rondon	1	1	1	5	1	1	2
Matelândia			1		1	2	
Medianeira	2	1	1		2		
Mercedes							
Missal		1				2	
Nova Aurora	1	2	1				
Nova Santa Rosa		1					
Palotina	1	2	1	2		1	2
Quatro Pontes							
Santa Lúcia						1	
Santa Terezinha de Itaipu		1					
São Miguel do Iguaçu		3				1	1
São Pedro do Iguaçu						1	
Serranópolis do Iguaçu						1	
Toledo	2	1			1	1	
Três Barras do Paraná						1	

Fonte: ADAPAR, 2020.

4 RESULTADOS E ANÁLISES DA PESQUISA

Neste capítulo são apresentados os resultados referentes à coleta de dados do CAGED, IFDM e IPDM no período de 2007 a 2016, sendo do CAGED os dados correspondentes à geração de empregos formais nos municípios da mesorregião Oeste e os índices desses municípios com base no IFDM e IPDM.

Em relação aos dados correspondentes a geração de empregos formais disponibilizada pelo CAGED estatístico, os mesmos foram extraídos da base de micro dados por meio do software “DARDO” disponibilizado online no próprio site do CAGED, com isso os resultados obtidos foram apresentados em planilha Excel.

Os índices IFDM e IPDM foram extraídos respectivamente do site da FIRJAN/RJ e IPARDES, eles são disponibilizados em planilha Excel, contendo os índices de todos os municípios do Brasil no caso do IFDM e de todos os municípios do Paraná no caso do IPDM.

As tabelas 10 e 11 apresentam os quantitativos totais de empregos formais gerados no estado do Paraná no período de 2007 a 2016, nela observamos que a geração de empregos nesses anos foi superior a um milhão, sendo considerado um bom desempenho, mesmo em períodos de crise.

Tabela 10 - Total de empregos gerados no Paraná de 2007 a 2011.

Ano	2007	2008	2009	2010	2011
Empregos formais	1.067.382	1.250.348	1.195.644	1.403.547	1.505.901

Fonte: CAGED – dados estatísticos

Tabela 11 - Total de empregos gerados no Paraná de 2012 a 2016.

Ano	2012	2013	2014	2015	2016
Empregos formais	1.542.593	1.592.282	1.555.579	1.254.374	1.055.016

Fonte: CAGED – dados estatísticos

As tabelas 12 e 13 apresentam os quantitativos totais de empregos formais gerados nas mesorregiões do estado Paraná, nessas tabelas observa-se que a mesorregião em todos os anos pesquisados apresentou desempenho que lhe condiz como a terceira maior geradora de empregos formais do estado, estando atrás de regiões que tiveram processos de desenvolvimento iniciados anteriormente

ao dessa mesorregião.

Tabela 12 - Total de empregos gerados nas mesorregiões de 2007 a 2011.

Mesorregião	2007	2008	2009	2010	2011
Noroeste Paranaense	68.420	76.090	73.579	80.518	82.781
Centro Ocidental Paranaense	18.473	20.191	20.675	23.105	24.166
Norte Central Paranaense	235.416	284.594	265.505	303.745	325.652
Norte Pioneiro Paranaense	41.597	46.019	38.224	40.449	40.581
Centro Oriental Paranaense	68.773	66.770	61.163	71.083	79.653
Oeste Paranaense	111.575	131.460	125.132	148.062	163.830
Sudoeste Paranaense	35.725	41.588	40.862	49.521	53.321
Centro-Sul Paranaense	26.688	30.766	31.280	34.788	36.454
Sudeste Paranaense	19.493	21.078	21.505	25.532	26.905
Metropolitana de Curitiba	441.222	531.792	517.719	626.743	672.558

Fonte: CAGED – dados estatísticos

Tabela 13 - Total de empregos gerados nas mesorregiões de 2012 a 2016.

Mesorregião	2012	2013	2014	2015	2016
Noroeste Paranaense	82.594	88.615	84.157	65.545	51.786
Centro Ocidental Paranaense	26.649	29.852	29.481	21.984	19.098
Norte Central Paranaense	333.905	346.375	331.830	263.629	220.169
Norte Pioneiro Paranaense	39.056	41.419	40.458	32.276	28.503
Centro Oriental Paranaense	78.272	81.851	89.621	81.751	64.969
Oeste Paranaense	170.825	181.702	184.335	159.864	136.981
Sudoeste Paranaense	56.415	63.674	64.899	54.587	50.746
Centro-Sul Paranaense	38.222	42.390	41.460	37.511	32.086
Sudeste Paranaense	26.442	30.540	30.479	24.372	22.150
Metropolitana de Curitiba	690.213	685.864	658.859	512.855	428.528

Fonte: CAGED – dados estatísticos

Os quantitativos de empregos formais apresentados nas 4 (quatro) tabelas anteriores (10, 11, 12 e 13) foram a base para o desenvolvimento dessa pesquisa, sendo construída a análise de geração de empregos a partir desses números.

4.1 ANÁLISES DOS RESULTADOS

Nesta seção são apresentados os dados que correspondem a geração de empregos formais no período compreendido entre 2007 e 2016 na mesorregião Oeste, considerando a base de dados estatísticos do CAGED e serão analisados de maneira a auxiliar a compreensão da dinâmica regional com base nas atividades de agroindústrias.

De acordo com o IBGE o estado do Paraná é subdividido em 10 (dez) mesorregiões, sendo elas: noroeste paranaense, centro ocidental paranaense, norte central paranaense, norte pioneiro paranaense, centro oriental paranaense, oeste paranaense, sudoeste paranaense, centro sul paranaense, sudeste paranaense e metropolitana de Curitiba. Cada mesorregião tem características distintas em relação à população, vocação econômica, infraestrutura entre outras, e essas diferenças refletem na geração de empregos, as tabelas 13 e 14, apresentam a geração de empregos formais por mesorregião no período de 2007 a 2016 em números absolutos e nas tabelas 14 e 15 em percentual de geração de empregos.

Tabela 14 - Percentual de empregos gerados nas mesorregiões de 2007 a 2011.

Mesorregião	2007	2008	2009	2010	2011
Noroeste Paranaense	6,41%	6,09%	6,15%	5,74%	5,50%
Centro Ocidental Paranaense	1,73%	1,61%	1,73%	1,65%	1,60%
Norte Central Paranaense	22,06%	22,76%	22,21%	21,64%	21,63%
Norte Pioneiro Paranaense	3,90%	3,68%	3,20%	2,88%	2,69%
Centro Oriental Paranaense	6,44%	5,34%	5,12%	5,06%	5,29%
Oeste Paranaense	10,45%	10,51%	10,47%	10,55%	10,88%
Sudoeste Paranaense	3,35%	3,33%	3,42%	3,53%	3,54%
Centro-Sul Paranaense	2,50%	2,46%	2,62%	2,48%	2,42%
Sudeste Paranaense	1,83%	1,69%	1,80%	1,82%	1,79%
Metropolitana de Curitiba	41,34%	42,53%	43,30%	44,65%	44,66%

Fonte: CAGED – dados estatísticos.

Ao analisar as tabelas 14 e 15, destacamos que a mesorregião Oeste paranaense no período de 2007 a 2016 manteve uma geração de empregos formais superior a 10 (dez) por cento, se destacando como a terceira mesorregião na geração de empregos, estando atrás do Norte pioneiro paranaense com variação

entre 21 (vinte e um) e 22 (vinte e dois) por cento e da mesorregião Metropolitana de Curitiba com oscilação entre 41 (quarenta e um) e 44 (quarenta e quatro) por cento.

Ao ampliarmos a análise identificamos que os empregos formais estão distribuídos em um conjunto de 21 (vinte e uma) atividades econômicas, classificadas pelo Código Nacional de Atividade Econômica (CNAE), ⁷que apresenta a desdobramento em classes e subclasses. O CNAE será de grande importância para o desenvolvimento desse trabalho, pois será com base nessa classificação que será possível identificar o quantitativo de empregos formais da mesorregião Oeste vinculados a atividades de agroindústria.

Tabela 15 - Percentual de empregos gerados nas mesorregiões de 2012 a 2016.

Mesorregião	2012	2013	2014	2015	2016
Noroeste Paranaense	5,35%	5,57%	5,41%	5,23%	4,91%
Centro Ocidental Paranaense	1,73%	1,87%	1,90%	1,75%	1,81%
Norte Central Paranaense	21,65%	21,75%	21,33%	21,02%	20,87%
Norte Pioneiro Paranaense	2,53%	2,60%	2,60%	2,57%	2,70%
Centro Oriental Paranaense	5,07%	5,14%	5,76%	6,52%	6,16%
Oeste Paranaense	11,07%	11,41%	11,85%	12,74%	12,98%
Sudoeste Paranaense	3,66%	4,00%	4,17%	4,35%	4,81%
Centro-Sul Paranaense	2,48%	2,66%	2,67%	2,99%	3,04%
Sudeste Paranaense	1,71%	1,92%	1,96%	1,94%	2,10%
Metropolitana de Curitiba	44,74%	43,07%	42,35%	40,89%	40,62%

Fonte: CAGED – dados estatísticos.

Na tabela 16 são apresentadas as atividades econômicas consideradas pelo CAGED de acordo com o CNAE e a respectiva geração de

⁷ A CNAE é o instrumento de padronização nacional dos códigos de atividade econômica e dos critérios de enquadramento utilizados pelos diversos órgãos da Administração Tributária do país. Trata-se de um detalhamento da CNAE – Classificação Nacional de Atividades Econômicas, aplicada a todos os agentes econômicos que estão engajados na produção de bens e serviços, podendo compreender estabelecimentos de empresas privadas ou públicas, estabelecimentos agrícolas, organismos públicos e privados, instituições sem fins lucrativos e agentes autônomos (pessoa física). A CNAE resulta de um trabalho conjunto das três esferas de governo, elaborada sob a coordenação da Secretaria da Receita Federal e orientação técnica do IBGE, com representantes da União, dos Estados e dos Municípios, na Subcomissão Técnica da CNAE, que atua em caráter permanente no âmbito da Comissão Nacional de Classificação - CONCLA.

A tabela de códigos e denominações da CNAE foi oficializada mediante publicação no DOU - Resoluções IBGE/CONCLA nº 01 de 04 de setembro de 2006 e nº 02, de 15 de dezembro de 2006.

Fonte: <http://receita.economia.gov.br/orientacao/tributaria/cadastros/cadastro-nacional-de-pessoas-juridicas-cnpj/classificacao-nacional-de-atividades-economicas-2013-cnae/apresentacao>.

empregos formais no período de 2007 a 2011 na mesorregião Oeste.

Tabela 16 - Total de empregos gerados por grupo de atividade econômica na mesorregião Oeste de 2007 a 2011.

Atividade Econômica	2007	2008	2009	2010	2011
Agricultura, Pecuária, Produção Florestal, Pesca e Aquicultura.	4.431	5.140	4.924	5.952	6.126
Indústrias Extrativas	101	122	113	193	192
Indústrias de Transformação	31.887	38.187	34.876	41.525	44.872
Eletricidade e Gás	12	140	87	176	101
Água, Esgoto, Atividades de Gestão de Resíduos e Descontaminação.	309	240	334	516	950
Construção	9.686	13.341	12.684	16.519	19.173
Comércio, Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas.	31.603	38.119	38.026	43.810	48.016
Transporte, Armazenagem e Correio.	4.211	5.087	4.831	6.349	7.406
Alojamento e Alimentação	6.082	6.788	6.986	8.706	9.281
Informação e Comunicação	1.189	1.223	1.119	1.215	1.607
Atividades Financeiras, de Seguros e Serviços Relacionados.	777	902	911	1.063	1.181
Atividades Imobiliárias	404	240	274	368	434
Atividades Profissionais, Científicas e Técnicas.	1.126	1.380	2.087	2.081	3.157
Atividades Administrativas e Serviços Complementares	10.430	10.749	6.408	7.438	7.899
Administração Pública, Defesa e Seguridade Social.	319	279	872	567	990
Educação	2.631	3.416	3.820	4.219	4.706
Saúde Humana e Serviços Sociais	2.626	2.762	3.353	3.701	3.737
Artes, Cultura, Esporte e Recreação.	776	678	764	820	935
Outras Atividades de Serviços	2.739	2.577	2.571	2.758	2.951
Serviços Domésticos	76	89	92	85	113
Organismos Internacionais e Outras Instituições Extraterritoriais.	160	1	0	1	3
Total de Empregos	111.575	131.460	125.132	148.062	163.830

Fonte: CAGED – dados estatísticos

Na tabela 17 é apresentada a respectiva geração de empregos formais no período de 2012 a 2016 na mesorregião Oeste.

Tabela 17 - Total de empregos gerados por grupo de atividade econômica na mesorregião Oeste de 2012 a 2016.

Atividade Econômica	2012	2013	2014	2015	2016
Agricultura, Pecuária, Produção Florestal, Pesca e Aquicultura.	6.079	6.098	6.208	6.544	5.998
Indústrias Extrativas	204	187	190	173	149
Indústrias de Transformação	45.831	49.072	49.114	42.627	33.258
Eletricidade e Gás	57	102	43	40	119
Água, Esgoto, Atividades de Gestão de Resíduos e Descontaminação.	790	970	702	541	511
Construção	18.500	17.010	18.672	16.067	13.363
Comércio, Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas.	50.312	52.592	52.245	44.419	41.017
Transporte, Armazenagem e Correio.	7.619	9.383	9.402	7.807	6.818
Alojamento e Alimentação	10.449	10.530	11.232	10.234	9.847
Informação e Comunicação	1.478	1.522	1.421	1.360	1.260
Atividades Financeiras, de Seguros e Serviços Relacionados.	1.257	1.226	1.252	1.218	1.154
Atividades Imobiliárias	511	477	411	364	405
Atividades Profissionais, Científicas e Técnicas.	3.602	3.418	2.930	2.529	2.426
Atividades Administrativas e Serviços Complementares	10.289	13.604	15.354	13.076	9.077
Administração Pública, Defesa e Seguridade Social.	832	972	896	518	351
Educação	4.830	5.065	4.993	4.297	4.125
Saúde Humana e Serviços Sociais	3.887	4.792	4.805	4.193	3.827
Artes, Cultura, Esporte e Recreação.	1.038	1.125	1.045	1.059	779
Outras Atividades de Serviços	3.176	3.339	3.208	2.601	2.420
Serviços Domésticos	84	218	210	190	72
Organismos Internacionais e Outras Instituições Extraterritoriais.	0	0	2	7	5
Total de Empregos	170.825	181.702	184.335	159.864	136.981

Fonte: CAGED – dados estatísticos

Na tabela 18 é apresentada em percentual a geração de empregos por atividade econômica no período de 2007 a 2011 na mesorregião Oeste.

Tabela 18 - Percentual de empregos gerados por grupo de atividade econômica na mesorregião Oeste de 2007 a 2011.

Atividade Econômica	2007	2008	2009	2010	2011
Agricultura, Pecuária, Produção Florestal, Pesca e Aquicultura.	3,97%	3,91%	3,94%	4,02%	3,74%
Indústrias Extrativas	0,09%	0,09%	0,09%	0,13%	0,12%
Indústrias de Transformação	28,58%	29,05%	27,87%	28,05%	27,39%
Eletricidade e Gás	0,01%	0,11%	0,07%	0,12%	0,06%
Água, Esgoto, Atividades de Gestão de Resíduos e Descontaminação.	0,28%	0,18%	0,27%	0,35%	0,58%
Construção	8,68%	10,15%	10,14%	11,16%	11,70%
Comércio, Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas.	28,32%	29,00%	30,39%	29,59%	29,31%
Transporte, Armazenagem e Correio.	3,77%	3,87%	3,86%	4,29%	4,52%
Alojamento e Alimentação	5,45%	5,16%	5,58%	5,88%	5,67%
Informação e Comunicação	1,07%	0,93%	0,89%	0,82%	0,98%
Atividades Financeiras, de Seguros e Serviços Relacionados.	0,70%	0,69%	0,73%	0,72%	0,72%
Atividades Imobiliárias	0,36%	0,18%	0,22%	0,25%	0,26%
Atividades Profissionais, Científicas e Técnicas.	1,01%	1,05%	1,67%	1,41%	1,93%
Atividades Administrativas e Serviços Complementares	9,35%	8,18%	5,12%	5,02%	4,82%
Administração Pública, Defesa e Seguridade Social.	0,29%	0,21%	0,70%	0,38%	0,60%
Educação	2,36%	2,60%	3,05%	2,85%	2,87%
Saúde Humana e Serviços Sociais	2,35%	2,10%	2,68%	2,50%	2,28%
Artes, Cultura, Esporte e Recreação.	0,70%	0,52%	0,61%	0,55%	0,57%
Outras Atividades de Serviços	2,45%	1,96%	2,05%	1,86%	1,80%
Serviços Domésticos	0,07%	0,07%	0,07%	0,06%	0,07%
Organismos Internacionais e Outras Instituições Extraterritoriais.	0,14%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%

Fonte: CAGED – dados estatísticos

Na tabela 19 é apresentada em percentual a geração de empregos por atividade econômica no período de 2012 a 2016 na mesorregião Oeste.

Tabela 19 - Percentual de empregos gerados por grupo de atividade econômica na mesorregião Oeste de 2012 a 2016.

Atividade Econômica	2012	2013	2014	2015	2016
Agricultura, Pecuária, Produção Florestal, Pesca e Aquicultura.	3,56%	3,36%	3,37%	4,09%	4,38%
Indústrias Extrativas	0,12%	0,10%	0,10%	0,11%	0,11%
Indústrias de Transformação	26,83%	27,01%	26,64%	26,66%	24,28%
Eletricidade e Gás	0,03%	0,06%	0,02%	0,03%	0,09%
Água, Esgoto, Atividades de Gestão de Resíduos e Descontaminação.	0,46%	0,53%	0,38%	0,34%	0,37%
Construção	10,83%	9,36%	10,13%	10,05%	9,76%
Comércio, Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas.	29,45%	28,94%	28,34%	27,79%	29,94%
Transporte, Armazenagem e Correio.	4,46%	5,16%	5,10%	4,88%	4,98%
Alojamento e Alimentação	6,12%	5,80%	6,09%	6,40%	7,19%
Informação e Comunicação	0,87%	0,84%	0,77%	0,85%	0,92%
Atividades Financeiras, de Seguros e Serviços Relacionados.	0,74%	0,67%	0,68%	0,76%	0,84%
Atividades Imobiliárias	0,30%	0,26%	0,22%	0,23%	0,30%
Atividades Profissionais, Científicas e Técnicas.	2,11%	1,88%	1,59%	1,58%	1,77%
Atividades Administrativas e Serviços Complementares	6,02%	7,49%	8,33%	8,18%	6,63%
Administração Pública, Defesa e Seguridade Social.	0,49%	0,53%	0,49%	0,32%	0,26%
Educação	2,83%	2,79%	2,71%	2,69%	3,01%
Saúde Humana e Serviços Sociais	2,28%	2,64%	2,61%	2,62%	2,79%
Artes, Cultura, Esporte e Recreação.	0,61%	0,62%	0,57%	0,66%	0,57%
Outras Atividades de Serviços	1,86%	1,84%	1,74%	1,63%	1,77%
Serviços Domésticos	0,05%	0,12%	0,11%	0,12%	0,05%
Organismos Internacionais e Outras Instituições Extraterritoriais.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%

Fonte: CAGED – dados estatísticos

A tabela 20 apresenta um resumo dos empregos totais gerados na mesorregião Oeste x empregos gerados na indústria de transformação na mesorregião Oeste.

Tabela 20 – Resumo dos empregos totais gerados na mesorregião Oeste x empregos gerados na indústria de transformação na mesorregião Oeste de 2007 a 2016.

Empregos gerados	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Mesorregião - Oeste	111.575	131.460	125.132	148.062	163.830	170.825	181.702	184.335	159.864	136.981
Indústrias de Transformação	31.887	38.187	34.876	41.525	44.872	45.831	49.072	49.114	42.627	33.258
	28,58%	29,05%	27,87%	28,05%	27,39%	26,83%	27,01%	26,64%	26,66%	24,28%

Fonte: CAGED – dados estatísticos

De acordo com os dados apresentados nas tabelas 17 e 18, identificamos que no período de 2007 a 2016 a atividade econômica de “Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas” oscilou entre 27% e 30% de participação na geração de empregos formais na mesorregião Oeste, sendo nesse período a atividade que mais gerou empregos, a atividade “Indústrias de transformação” oscilou entre 24% e 29% no período, demonstrando ser a segunda atividade que mais gerou empregos e atividade de “Construção” que oscilou entre 8% e 11% se destacou como a terceira atividade em geração de empregos.

Ainda em relação às tabelas 17 e 18, temos as atividades de “Atividades administrativas e serviços complementares e “Alojamento e alimentação” se destacando na geração de empregos com oscilação entre 4% e 9% e 5% e 7% respectivamente, a atividade de alojamento e alimentação se destaca pela forte vocação turística da cidade de Foz do Iguaçu, sendo considerado o terceiro maior destino turístico do Brasil.

As atividades “Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura” e “Transporte, armazenagem e correio” merecem destaque na geração de empregos, pois respectivamente apresentaram oscilações relevantes, demonstrando que as atividades relacionadas ao agronegócio contribuem significativamente para o resultado da mesorregião.

Na tabela 21 temos o quantitativo de empregos formais gerados no período de 2007 a 2011 por município que compõem a mesorregião Oeste.

Tabela 21 - Total de empregos gerados por municípios na mesorregião Oeste de 2007 a 2011.

Municípios - Mesorregião Oeste	2007	2008	2009	2010	2011
Anahy	22	43	36	62	65
Assis Chateaubriand	1.167	1.655	1.593	1.672	1.705
Boa Vista da Aparecida	159	130	189	214	187
Braganey	73	100	112	126	117
Cafelândia	2.746	3.089	3.055	3.418	3.830
Campo Bonito	58	90	59	56	58
Capitão Leônidas Marques	1.175	1.254	1.068	1.207	1.112
Cascavel	39.425	45.417	46.324	55.812	60.361
Catanduvas	202	265	223	330	390
Céu Azul	910	1.111	1.011	1.084	1.222
Corbélia	819	1.018	924	1.123	1.048
Diamante do Sul	21	44	49	17	19
Diamante D Oeste	52	52	39	69	98
Entre Rios do Oeste	304	359	620	427	500
Formosa do Oeste	180	202	176	303	240
Foz do Iguaçu	17.477	19.807	20.150	24.780	28.025
Guaira	1.442	1.752	1.744	1.734	1.952
Guaraniaçu	583	664	693	796	771
Ibema	334	429	421	400	397
Iguatu	46	48	28	58	49
Iracema do Oeste	49	90	58	64	58
Itaipulândia	611	707	724	1.280	1.129
Jesuítas	171	228	212	211	268
Lindoeste	127	113	111	128	104
Marechal Candido Rondon	6.686	9.015	7.731	8.319	7.881
Maripá	234	293	286	367	497
Matelândia	2.363	2.160	2.654	3.469	3.737
Medianeira	4.004	5.154	5.001	5.949	8.339
Mercedes	235	228	306	298	385
Missal	421	462	449	616	621
Nova Aurora	328	474	486	759	799
Nova Santa Rosa	350	442	458	473	513
Ouro Verde do Oeste	102	189	236	226	198
Palotina	3.930	4.781	4.156	4.256	5.004
Pato Bragado	521	563	620	747	722
Quatro Pontes	244	300	313	320	557
Ramilândia	45	62	50	69	57
Santa Helena	1.702	1.592	1.767	1.800	2.404
Santa Lucia	105	121	207	207	199
Santa Tereza do Oeste	489	604	566	765	996
Santa Terezinha de Itaipu	1.050	1.111	965	1.190	1.351
São Jose das Palmeiras	54	55	98	77	84
São Miguel do Iguaçu	1.662	2.030	1.857	2.017	2.446
São Pedro do Iguaçu	112	150	143	151	135
Serranópolis do Iguaçu	81	166	210	284	155
Terra Roxa	1.104	1.222	1.308	1.640	1.660
Toledo	16.894	20.683	14.709	17.626	20.222
Três Barras do Paraná	347	459	487	546	467
Tupãssi	170	244	205	239	383
Vera Cruz do Oeste	189	233	245	281	313
Total	111.575	131.460	125.132	148.062	163.830

Fonte: CAGED – dados estatísticos

Em números absolutos podemos observar que as cidades de Cascavel, Foz do Iguaçu e Toledo são as que apresentam os melhores resultados em geração de empregos na Mesorregião e esses municípios também são os que apresentam maior relevância e destaque, sendo a cidade de Cascavel considerada um nó logístico tendo rodovias federais cruzando-a e a sede da Ferroeste – Ferrovia do Oeste do Paraná, interligando a cidade até o porto de Paranaguá.

A cidade de Foz do Iguaçu é um dos principais destinos turístico no Brasil e em âmbito mundial, tem interligação com cidades do Paraguai e Argentina, sendo a fronteira com o Paraguai considerada a mais movimentada do país, tem instalada a usina hidrelétrica de ITAIPU e as Cataratas do Iguaçu.

Na tabela 22 temos o quantitativo de empregos formais gerados no período de 2012 a 2016 por município que compõem a mesorregião Oeste.

Na tabela 23 apresentamos um conjunto de 11 (onze) municípios que apresentam média de geração de empregos acima de 1% de participação se comparado com o total de empregos gerados na mesorregião no período de 2007 a 2011.

Na tabela 24 apresentamos a continuação do conjunto de 11 (onze) municípios que apresentaram média de geração de empregos acima de 1% de participação se comparado com o total de empregos gerados na mesorregião no período de 2012 a 2016.

Tabela 22 - Total de empregos gerados por municípios na mesorregião Oeste de 2012 a 2016.

Municípios - Mesorregião Oeste	2012	2013	2014	2015	2016
Anahy	82	68	69	85	50
Assis Chateaubriand	1.798	1.786	1.802	1.659	1.556
Boa Vista da Aparecida	113	168	250	210	216
Braganey	138	138	137	101	80
Cafelândia	4.151	4.663	4.874	4.484	3.170
Campo Bonito	69	79	69	107	80
Capitão Leônidas Marques	1.090	1.314	1.159	1.037	925
Cascavel	62.173	64.887	66.489	54.487	44.071
Catanduvas	375	504	351	323	409
Céu Azul	1.318	1.295	1.168	875	803
Corbélia	990	1.198	1.504	1.330	1.062
Diamante do Sul	33	27	30	27	43
Diamante D Oeste	136	83	91	55	57
Entre Rios do Oeste	499	704	632	532	477
Formosa do Oeste	292	281	229	262	219
Foz do Iguaçu	29.988	31.336	31.013	26.255	25.492
Guaira	2.376	2.420	2.428	1.705	1.837
Guaraniaçu	719	786	780	779	775
Ibema	567	631	686	505	456
Iguatu	43	46	62	71	53
Iracema do Oeste	101	81	68	60	50
Itaipulândia	1.207	1.260	1.371	955	960
Jesuítas	318	319	285	362	275
Lindoeste	137	156	147	228	171
Marechal Candido Rondon	7.803	8.778	8.278	7.576	6.215
Maripá	427	458	481	492	353
Matelândia	4.428	4.523	4.655	5.720	3.357
Medianeira	8.416	9.228	9.964	9.858	8.123
Mercedes	331	352	324	285	272
Missal	553	609	634	547	494
Nova Aurora	1.026	1.228	1.141	1.260	1.220
Nova Santa Rosa	650	658	721	592	584
Ouro Verde do Oeste	195	256	315	238	215
Palotina	4.826	5.579	6.204	5.950	4.907
Pato Bragado	705	742	667	634	487
Quatro Pontes	309	409	398	518	316
Ramilândia	47	67	57	38	51
Santa Helena	2.195	2.323	2.298	1.709	2.107
Santa Lucia	218	246	259	287	242
Santa Tereza do Oeste	961	1.099	1.218	1.079	1.028
Santa Terezinha de Itaipu	1.244	1.721	1.405	1.021	984
São Jose das Palmeiras	104	116	107	98	97
São Miguel do Iguaçu	2.578	2.756	2.642	2.700	2.177
São Pedro do Iguaçu	146	164	178	188	123
Serranópolis do Iguaçu	215	251	231	171	201
Terra Roxa	1.578	1.576	1.406	1.202	1.056
Toledo	22.035	23.046	23.717	20.019	18.102
Três Barras do Paraná	383	453	480	480	457
Tupãssi	412	487	410	387	252
Vera Cruz do Oeste	327	347	451	321	274
Total	170.825	181.702	184.335	159.864	136.981

Fonte: CAGED – dados estatísticos

Tabela 23 - Municípios com geração de empregos acima de 1% em relação ao total gerado na mesorregião Oeste no período de 2007 a 2011.

Municípios - Mesorregião Oeste	2007	2008	2009	2010	2011
Cafelândia	2,46%	2,35%	2,44%	2,31%	2,34%
Cascavel	35,33%	34,55%	37,02%	37,70%	36,84%
Foz do Iguaçu	15,66%	15,07%	16,10%	16,74%	17,11%
Guaira	1,29%	1,33%	1,39%	1,17%	1,19%
Marechal Candido Rondon	5,99%	6,86%	6,18%	5,62%	4,81%
Matelândia	2,12%	1,64%	2,12%	2,34%	2,28%
Medianeira	3,59%	3,92%	4,00%	4,02%	5,09%
Palotina	3,52%	3,64%	3,32%	2,87%	3,05%
Santa Helena	1,53%	1,21%	1,41%	1,22%	1,47%
São Miguel do Iguaçu	1,49%	1,54%	1,48%	1,36%	1,49%
Toledo	15,14%	15,73%	11,75%	11,90%	12,34%

Fonte: CAGED – dados estatísticos

Tabela 24 - Municípios com geração de empregos acima de 1% em relação ao total gerado na mesorregião Oeste no período de 2012 a 2016.

Municípios - Mesorregião Oeste	2012	2013	2014	2015	2016
Cafelândia	2,43%	2,57%	2,64%	2,80%	2,31%
Cascavel	36,40%	35,71%	36,07%	34,08%	32,17%
Foz do Iguaçu	17,55%	17,25%	16,82%	16,42%	18,61%
Guaira	1,39%	1,33%	1,32%	1,07%	1,34%
Marechal Candido Rondon	4,57%	4,83%	4,49%	4,74%	4,54%
Matelândia	2,59%	2,49%	2,53%	3,58%	2,45%
Medianeira	4,93%	5,08%	5,41%	6,17%	5,93%
Palotina	2,83%	3,07%	3,37%	3,72%	3,58%
Santa Helena	1,28%	1,28%	1,25%	1,07%	1,54%
São Miguel do Iguaçu	1,51%	1,52%	1,43%	1,69%	1,59%
Toledo	12,90%	12,68%	12,87%	12,52%	13,21%

Fonte: CAGED – dados estatísticos

Durante o período de 2007 a 2016 a atividade econômica classificada como agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura contribuiu com a geração de empregos da mesorregião na média de 3,83% do total de empregos, na tabela 25 apresentamos os 20 municípios que tiveram maior participação para essa geração de empregos.

Tabela 25 – Principais municípios com geração de empregos na atividade econômica de agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura de 2007 a 2016.

Municípios - Mesorregião Oeste	Média de 2007 a 2016
Cascavel	30,56%
Toledo	10,00%
Palotina	6,13%
Santa Helena	5,38%
Marechal Candido Rondon	4,83%
São Miguel do Iguaçu	4,10%
Entre Rios do Oeste	2,81%
Medianeira	2,48%
Nova Aurora	2,34%
Guaraniaçu	2,17%
Assis Chateaubriand	2,02%
Corbélia	1,90%
Cafelândia	1,51%
Matelândia	1,48%
Catanduvas	1,41%
Vera Cruz do Oeste	1,40%
Ouro Verde do Oeste	1,12%
Itaipulândia	1,10%
Foz do Iguaçu	1,04%
Santa Tereza do Oeste	1,04%
Total	84,81%

Fonte: CAGED – dados estatísticos

A geração de empregos nessa atividade econômica durante o período de 2007 a 2016 teve uma média anual de 5.750 empregos formais e esse conjunto de 20 municípios contribuiu com uma média de 4.876 empregos durante esse período.

Na atividade econômica classificada como indústria de transformação temos o conjunto de atividades que caracterizam a agroindústria, inicialmente foi identificado que no período 2007 a 2016 houve uma geração média de empregos anualmente de 41.125 vagas formais, equivalente a 29,11% de todos os empregos formais da mesorregião Oeste, a tabela 26 apresenta os 7 (sete) municípios que tiveram maior participação para essa geração de empregos.

Tabela 26 - Principais municípios com geração de empregos na atividade econômica de indústria de transformação de 2007 a 2016.

Municípios - Mesorregião Oeste	Média de 2007 a 2016
Cascavel	28,47%
Toledo	15,85%
Marechal Candido Rondon	7,97%
Matelândia	7,27%
Medianeira	6,75%
Cafelândia	6,34%
Palotina	5,41%
Total	78,06%

Fonte: CAGED – dados estatísticos

A atividade de indústria de transformação concentrada nesses 7 (sete) municípios proporcionou uma média de 32.102 empregos formais ou 78,06% do total, demonstrando a concentração existente em alguns municípios nas atividades agroindustriais dentro da mesorregião Oeste. Esse grupo de atividades econômica esta dividido em subclasses e essas atividades que correspondem às agroindústrias conforme classificação do CNAE.

De acordo com a classificação CNAE foram identificadas 10 (dez) subclasses dentro do grupo indústria de transformação, sendo elas: “Abate e fabricação de produtos de carne”, “Preservação do pescado e fabricação de produtos do pescado”, “Fabricação de conservas de frutas, legumes e outros vegetais”, “Fabricação de óleos e gorduras vegetais e animais”, “Laticínios”, “Moagem, fabricação de produtos amiláceos e de alimentos para animais”, “Torrefação e moagem de café”, “Fabricação de outros produtos alimentícios”, “Fabricação de bebidas alcoólicas” e “Fabricação de bebidas não alcoólicas”.

A tabela 27 apresenta a distribuição dos empregos desse conjunto de 10 subclasses nos 7 (sete) municípios que mais geraram empregos nessa categoria na mesorregião Oeste.

Tabela 27 - Municípios que mais geraram empregos em atividade vinculados a agroindústria.

Municípios - Mesorregião Oeste	Média de empregos indústria transf.	Média de empregos agroindústria	Percentual de ind. Transf. X agroindústria
Cascavel	11749	5092	43%
Toledo	6510	2530	39%
Marechal Candido Rondon	3228	2154	67%
Matelândia	3029	2878	95%
Medianeira	2808	1942	69%
Cafelândia	2589	2510	97%
Palotina	2190	1809	83%

Fonte: CAGED – dados estatísticos

Os resultados apresentados nessa tabela são de grande importância para esclarecer o objetivo dessa pesquisa, pois fica evidenciado que dentre os 7 (sete) municípios que mais geraram empregos formais na indústria de transformação que representou uma média de 29,11% de todos os empregos gerados na mesorregião, alguns tiveram a vinculação dos empregos desse grupo variando na média de 39% para o município de Toledo, média de 95% para Matelândia e média de 97% para a cidade Cafelândia.

A tabela 28 apresenta os 20 municípios que tiveram média percentual de geração de empregos em atividades de agroindústria superior a 10% da média total dos empregos gerados no município no mesmo período, em decorrência da representatividade do município de Cascavel, ele compõe esse grupo mesmo apresentando resultado médio de 9% de geração de empregos na agroindústria.

De acordo com os resultados apresentados na tabela 28 fica evidente que alguns municípios têm grande dependência das agroindústrias para a geração e manutenção dos empregos formais, na subseção seguinte será apresentada de maneira mais detalhada à geração de empregos no período de estudo e como se comportou os indicadores IFDM e IPDM desses municípios.

Tabela 28 – Comparativo dos municípios com percentual médio acima de 10% em geração de empregos na agroindústria na mesorregião Oeste de 2007 a 2016.

Municípios - Mesorregião Oeste	Média de empregos de 2007 a 2016	Média de empregos na agroindústria de 2007 a 2016	
Matelândia	3.707	77%	2844
Cafelândia	3.748	68%	2565
Palotina	4.959	37%	1816
Itaipulândia	1.020	33%	332
Maripá	389	31%	119
Três Barras do Paraná	456	28%	129
Nova Aurora	872	28%	242
Marechal Candido Rondon	7.828	27%	2149
Ouro Verde do Oeste	217	27%	58
Medianeira	7.404	26%	1951
Mercedes	302	19%	59
Quatro Pontes	368	17%	64
Céu Azul	1.080	17%	184
Tupãssi	319	17%	54
Braganey	112	14%	16
Toledo	19.705	13%	2510
Missal	541	13%	68
Santa Lucia	209	11%	23
Guaíra	1.939	11%	213
Iracema do Oeste	68	10%	7
Cascavel	53.945	9%	5089

Fonte: CAGED – dados estatísticos

4.1.1 Conclusão dos resultados

De acordo com a tabela 28 foi apresentado um conjunto de 20 municípios que tiveram um percentual de geração de empregos na agroindústria superior a 10%. Para elaboração do estudo de caso foi escolhido os municípios de Matelândia, Cafelândia e Palotina por terem a maior média percentual de geração de empregos no período. Enquanto os municípios de Marechal Candido Rondon, Medianeira, Toledo e Cascavel foram escolhidos por apresentaram resultados relevantes quanto à geração de empregos na área de agroindústria e também pela

representatividade na geração total desses municípios.

Foi realizado um estudo detalhado desses municípios, sendo avaliado o desempenho diante dos índices IFDM da Firjan e IPDM da Iparde/PR. O Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM) foi criado em 2008, tendo em vista a necessidade de se monitorar anualmente o desenvolvimento socioeconômico brasileiro, considerando as diferentes realidades da menor divisão federativa: o município. Desde sua primeira edição, o IFDM acompanhou a evolução de todos os municípios do país.

O IFDM é um indicador composto que aborda, com igual ponderação, três áreas consagradas do desenvolvimento humano: Emprego & Renda, Educação e Saúde. Assim, o IFDM de um município consolida em um único número o nível de desenvolvimento socioeconômico local, através da média simples dos resultados obtidos em cada uma dessas três vertentes.

No quadro 03 é apresentado o resumo dos componentes do IFDM.

Quadro 3 - Resumo dos componentes do IFDM

Emprego & Renda	Educação	Saúde
<ul style="list-style-type: none"> • Geração de emprego formal • Taxa de formalização do mercado de trabalho • Geração de renda • Massa salarial real no mercado de trabalho formal • Índice de Gini de desigualdade de renda no trabalho formal 	<ul style="list-style-type: none"> • Atendimento à educação infantil • Abandono no ensino fundamental • Distorção idade-série no ensino fundamental • Docentes com ensino superior no ensino fundamental • Média de horas aula diárias no ensino fundamental • Resultado do IDEB no ensino fundamental 	<ul style="list-style-type: none"> • Proporção de atendimento adequado de pré-natal • Óbitos por causas mal definidas • Óbitos infantis por causas evitáveis • Internação sensível à atenção básica (ISAB)

Fonte: Firjan, 2020.

A leitura dos resultados é simples: o índice varia de 0 a 1, sendo que, quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento da localidade. Além disso, sua metodologia possibilita determinar com precisão se a melhora relativa ocorrida em determinado município decorre da adoção de políticas específicas, ou se o resultado obtido é apenas reflexo da queda dos demais municípios.

Com o objetivo de estabelecer valores de referência que facilitem a análise, foram convencionados quatro conceitos para o IFDM:

- Municípios com IFDM entre 0,0 e 0,4 ► baixo estágio de desenvolvimento;
- Municípios com IFDM entre 0,4 e 0,6 ► desenvolvimento regular;
- Municípios com IFDM entre 0,6 e 0,8 ► desenvolvimento moderado;
- Municípios com IFDM entre 0,8 e 1,0 ► alto estágio de desenvolvimento.

O IFDM tem defasagem temporal, em média, de dois anos. Isso se dá, em função das publicações das estatísticas públicas do Ministério do Trabalho, da Educação e da Saúde, que divulgam seus resultados em diferentes períodos e defasagens.

O IPDM é um índice que mede o desempenho dos 399 municípios do Estado do Paraná, considerando três dimensões: renda, emprego e produção agropecuária; saúde e educação. Sua elaboração se baseia em diferentes estatísticas de natureza administrativa, disponibilizadas por entidades públicas.

As bases de dados do Índice são estatísticas oficiais disponíveis publicamente, oriundas, em sua maioria, de registros administrativos obrigatórios. Esses grandes bancos de dados possuem periodicidade anual e recorte municipal. A escolha dos indicadores foi feita considerando-se aspectos importantes para o desenvolvimento local, o que permite subsidiar ações conjuntas das três esferas de governo e do empresariado.

O Índice Iparades de Desempenho Municipal (IPDM) considera, com igual ponderação, as três principais áreas de desenvolvimento econômico e social, a saber: a) renda, emprego e produção agropecuária; b) educação; c) saúde.

No quadro 04 é apresentado o resumo dos componentes do IPDM.

Quadro 4 - Resumo dos componentes do IPDM

Emprego, renda e produção agropecuária	Educação	Saúde
<ul style="list-style-type: none"> • Remuneração média absoluta • Taxa de crescimento da remuneração média • Índice de formalização • Taxa de crescimento do estoque de emprego formal • Índice de participação do emprego formal • Participação do VBP agropecuário • Taxa de crescimento do VBP agropecuário 	<ul style="list-style-type: none"> • Atendimento à Educação Infantil • Taxa de não distorção idade-série - séries iniciais, finais e ensino médio • Percentual de docentes com curso superior - séries iniciais, finais e ensino médio • Taxas de não abandono - séries iniciais, finais e ensino médio • Média do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) - séries iniciais e finais 	<ul style="list-style-type: none"> • Percentual de mais de seis consultas pré natais por nascido vivo • Percentual de óbitos por causas maldefinidas • Percentual de óbitos de menores de cinco anos por causas evitáveis por nascidos vivos

Fonte: IPARDES, 2020.

A leitura dos resultados considerando-se o índice final é feita a partir de valores que variam entre 0 e 1, sendo que quanto mais próximo de 1, maior o nível de desempenho do município com relação ao referido indicador ou o índice final.

O estudo de caso dos municípios foi realizado considerando a sua formação territorial, populacional e econômica, bem como o cenário apresentado no período de recorte desse estudo.

4.1.1.1 Município de Matelândia

De acordo com Peris (2003) o asfaltamento da antiga Estrada Estratégica Federal – BR 34, passando a denominar-se BR 277, a construção da Hidrelétrica de Itaipu e a construção da estrada de ferro que liga o município de Cascavel ao porto de Paranaguá influenciou drasticamente toda a mesorregião Oeste.

O município de Matelândia foi criado pela Lei Estadual nº 4.245, de 25 de julho de 1960. Nos primeiros anos de existência a chegada de imigrantes foi

intensa, e em sua maioria oriunda de Santa Catarina e da região de Caxias do Sul no Rio Grande do Sul coordenados pela empresa colonizadora Matelândia (PERIS, 2003).

A atividade econômica estava concentrada em agricultura e pecuária de subsistência, pois os imigrantes eram oriundos do meio rural. O consumo de carne de porco sempre foi amplamente estimulado na região Sul e a criação desses animais era uma atividade econômica, sendo a criação de porcos para as famílias fixadas nesses municípios uma atividade com lugar garantido.

A partir da década de 1960 influenciada pela crescente demanda nacional por óleos vegetais e carne suína, o município ampliou significativamente a área dedicada ao plantio de soja e a instalação de frigoríficos e tecnificação da criação de suínos.

A tabela 29 apresenta as variações populacionais do município de Matelândia de 1970 a 2010.

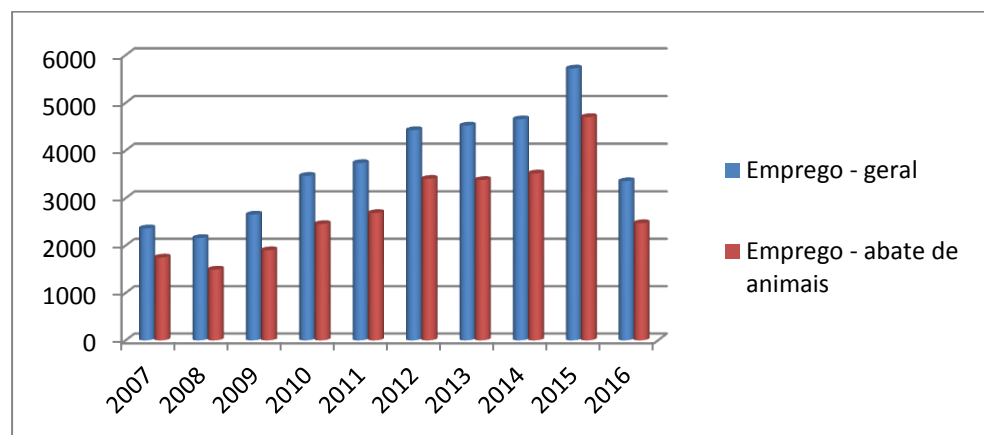
Tabela 29 - Dados populacionais - Matelândia - 1970 a 2010

Ano/Censo	1970	1980	1991	2000	2010
População	24.561	33.440	17.329	14.344	16.078

Fonte: IBGE – Censo demográfico

No gráfico 01 é demonstrado como a participação da atividade de abate de animais na geração de emprego está em relação ao total de empregos gerados no município.

Gráfico 1 – Atividade de abate de animais x emprego geral



Fonte: IPARDES, 2020.

Os resultados apresentados se justificam pela existência de uma unidade de abate de aves da Cooperativa Lar e uma unidade de abate de suínos e uma indústria de derivados de leite da Cooperativa Frimesa, agroindústrias que concentraram em média 77% dos empregos formais no período estudado.

As tabelas 30 e 31 apresentam os índices do IPDM no período de 2010 a 2016, nesse indicador observamos que a média ficou em 0,6881 para o índice geral que contempla os indicadores de renda e emprego, educação e saúde e apresentou a média de 0,5872 somente para o indicador emprego e renda, com isso avaliamos que o desempenho nesse índice esteve acima da média, pois quanto mais próximo de 1 melhor o desempenho do município.

Tabela 30 - IPDM - Índice Geral de 2010 a 2016

Ano	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Média
Índice Geral	0,6404	0,6813	0,6724	0,6595	0,6922	0,7147	0,7561	0,6881

Fonte: IPARDES, 2020.

Tabela 31 - IPDM - Índice Renda e Emprego de 2010 a 2016

Ano	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Média
Renda e Emprego	0,5290	0,5502	0,5471	0,5889	0,6209	0,6367	0,6378	0,5872

Fonte: IPARDES, 2020.

As tabelas 32 e 33 apresentam os índices do IFDM no período de 2010 a 2016, nesse indicador observamos que a média ficou em 0,7759 para o índice geral que contempla os indicadores de renda e emprego, educação e saúde e apresentou a média de 0,7967 somente para o indicador emprego e renda, com isso avaliamos que o desempenho nesse índice esteve moderado em ambos, no entanto o índice de emprego e renda esteve mais próximo de ser considerado de alto estágio de desenvolvimento.

Tabela 32 - IFDM - Índice Geral de 2010 a 2016

Ano	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Média
Índice geral	0,7582	0,7801	0,7648	0,7563	0,7824	0,7823	0,8070	0,7759

Fonte: FIRJAN, 2020.

Tabela 33 - IFDM - Índice Emprego e renda de 2010 a 2016

Ano	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Média
Emprego e renda	0,7562	0,8271	0,7942	0,7986	0,8425	0,7891	0,7691	0,7967

Fonte: FIRJAN, 2020.

Diante dos resultados encontrados a agroindústria presente nesse município desempenha um papel importante para a geração e distribuição de renda, bem como possibilita que as áreas de saúde e educação possam ser bem avaliadas dentro de um conjunto de fatores e indicadores de desempenho do município, sendo validado por dois indicadores diferentes o seu desempenho.

4.1.1.2 Município de Cafelândia

De acordo com Peris (2003) com a promulgação da Lei Estadual nº 7.292 de 1979 foi criado o município de Cafelândia, com território desmembrado de Cascavel. Inicialmente era denominada de Caixão, pois eram localizadas as margens do rio de mesmo nome, até o final dos anos 1940 era habitada por pessoas que trabalhavam em áreas rurais descendentes de caboclos e índios.

Na década de 1950, iniciou o povoamento com imigrantes que vinham do sul do país e misturando-se com os habitantes primitivos, nesse período foi modificado o nome do lugarejo passando a ser chamado de Cafelândia devido as grandes plantações de café existentes (PERIS, 2003).

A tabela 34 apresenta as variações populacionais do município de Cafelândia de 1991 a 2010.

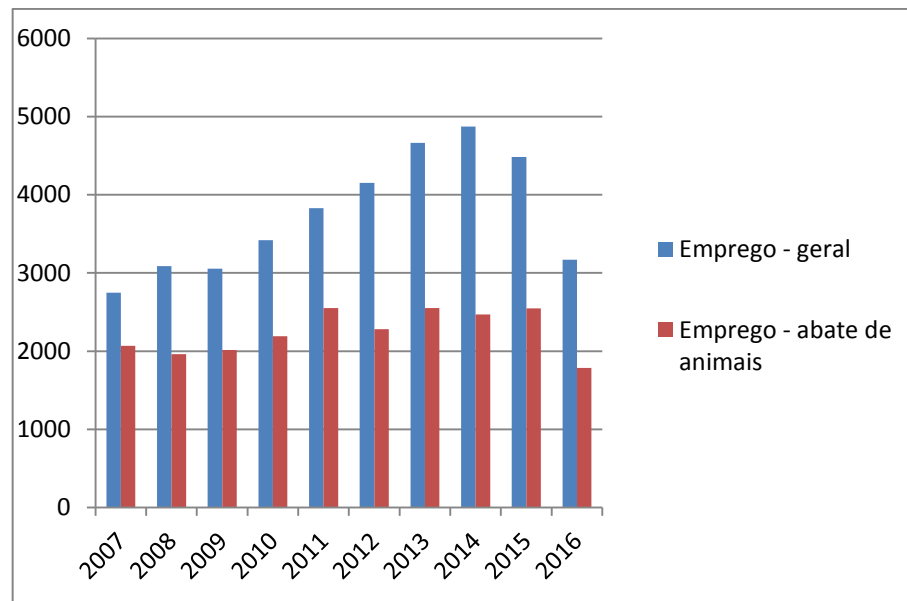
Tabela 34 - Dados populacionais - Cafelândia - 1991 a 2010

Ano/Censo	1991	2000	2010
População	8.093	11.143	14.652

Fonte: IBGE – Censo demográfico

No gráfico 02 é demonstrado como a participação da atividade de abate de animais na geração de emprego está em relação ao total de empregos gerados no município.

Gráfico 2 – Atividade de abate de animais x emprego geral



Fonte: IPARDES, 2020.

Os resultados apresentados se justificam pela existência de uma unidade de abate de aves, suínos e pescados, indústria de pescados, conservas e derivados de leite, as agroindústrias que concentraram em média 68% dos empregos formais no período estudado.

As tabelas 35 e 36 apresentam os índices do IPDM no período de 2010 a 2016, nesse indicador observamos que a média ficou em 0,7797 para o índice geral que contempla os indicadores de renda e emprego, educação e saúde e apresentou a média de 0,6481 somente para o indicador emprego e renda, com isso avaliamos que o desempenho nesse índice esteve acima da média, pois quanto mais próximo de 1 melhor o desempenho do município.

Tabela 35 - IPDM - Índice Geral de 2010 a 2016

Ano	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Média
Índice Geral	0,7687	0,7956	0,7726	0,7622	0,7632	0,7923	0,8029	0,7797

Fonte: IPARDES, 2020

Tabela 36 - IPDM - Índice Renda e Emprego de 2010 a 2016

Ano	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Média
Renda e Emprego	0,6275	0,6531	0,6313	0,6662	0,6608	0,6407	0,6572	0,6481

Fonte: IPARDES, 2020.

As tabelas 37 e 38 apresentam os índices do IFDM no período de 2010 a 2016, nesse indicador observamos que a média ficou em 0,8283 para o índice geral que contempla os indicadores de renda e emprego, educação e saúde e apresentou a média de 0,7560 somente para o indicador emprego e renda, com isso avaliamos que o desempenho nesse índice esteve moderado em emprego e renda e alto estágio desenvolvimento no geral.

Tabela 37 - IFDM - Índice Geral de 2010 a 2016

Ano	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Média
Índice geral	0,7788	0,8112	0,8254	0,8434	0,8599	0,8471	0,8326	0,8283

Fonte: FIRJAN, 2020.

Tabela 38 - IFDM - Índice Emprego e renda de 2010 a 2016

Ano	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Média
Emprego e renda	0,7544	0,7631	0,7749	0,7707	0,8073	0,7375	0,6839	0,7560

Fonte: FIRJAN, 2020.

Diante dos resultados encontrados a agroindústria presente nesse município desempenha um papel importante para a geração e distribuição de renda, bem como possibilita que as áreas de saúde e educação possam ser bem avaliadas dentro de um conjunto de fatores e indicadores de desempenho do município, sendo validado por dois indicadores diferentes o seu desempenho.

4.1.1.3 Município de Palotina

O município de Palotina foi criado pela Lei Estadual nº 4245 em 1960, a colonização foi realizada pela empresa Pinho e Terra Ltda., a maioria dos imigrantes eram do Rio Grande do Sul da região da cidade de Santa Maria, mas teve grupos vindos de Minas Gerais, São Paulo, Bahia e outros estados, mas sem muita prosperidade, pois foram trazidos por atravessadores e sem nada garantido na sua chegada a esse novo município.

Desde o início a vocação desse município e adjacentes foi a agricultura e suinocultura, o milho era alimento básico para os suínos e esses animais eram a principal fonte de renda de Palotina, na década de 1960 com o

avanço de imigrantes vindos do Rio Grande do Sul, o cultivo da soja foi introduzido também pois era a base da alimentação dos suínos (PERIS, 2003).

Segundo Peris (2003) no período de formação do município muitas culturas tiveram oportunidade de serem cultivadas (hortelã, fumo, algodão, café, mandioca, feijão, trigo, entre outras), mas devido a características de relevo, clima e conhecimento dos agricultores o cultivo da soja e trigo se destacou como base alimentar para a suinocultura que se tornou presente cada vez mais.

A tabela 39 apresenta as variações populacionais do município de Palotina de 1980 a 2010.

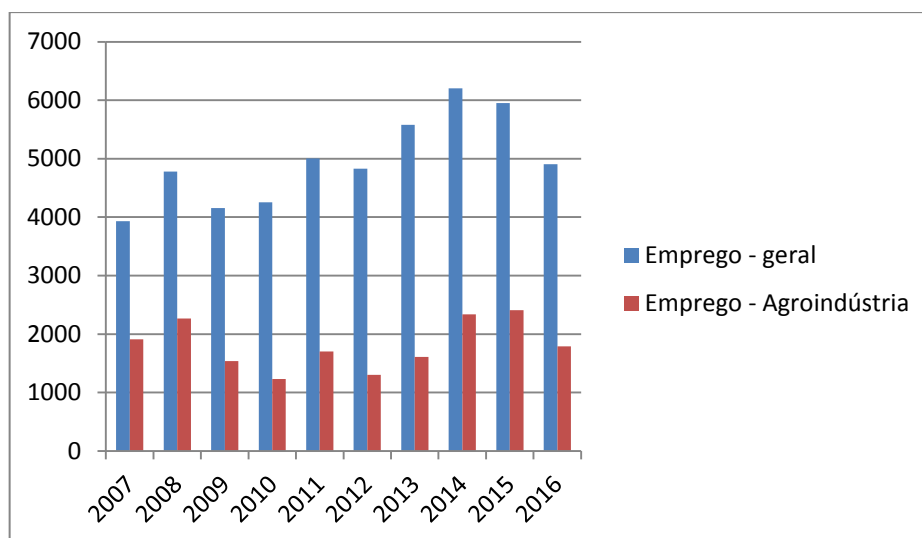
Tabela 39 - Dados populacionais – Palotina - 1980 a 2010

Ano/Censo	1980	1991	2000	2010
População	28.253	30.705	25.771	28.683

Fonte: IBGE – Censo demográfico

No gráfico 03 é demonstrado como a geração de empregos na agroindústria está em relação ao total de empregos gerados no município.

Gráfico 3 – Empregos na agroindústria x emprego geral



Fonte: IPARDES, 2020.

Os resultados apresentados se justificam pela existência de unidades agroindústrias de abate de aves, bovinos e pescados, indústria de pescados e derivados de leite, elas concentraram em média 37% dos empregos formais no período estudado, conforme apresentado na tabela 28 – Comparativo dos

municípios com percentual médio acima de 10% em geração de empregos na agroindústria na mesorregião Oeste de 2007 a 2016.

As tabelas 40 e 41 apresentam os índices do IPDM no período de 2010 a 2016, nesse indicador observamos que a média ficou em 0,7815 para o índice geral que contempla os indicadores de renda e emprego, educação e saúde e apresentou a média de 0,6376 somente para o indicador emprego e renda, com isso avaliamos que o desempenho nesse índice esteve acima da média, pois quanto mais próximo de 1 melhor o desempenho do município.

Tabela 40 - IPDM - Índice Geral de 2010 a 2016

Ano	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Média
Índice Geral	0,7398	0,7664	0,7523	0,7841	0,7977	0,8102	0,8198	0,7815

Fonte: IPARDES, 2020

Tabela 41 - IPDM - Índice Emprego e renda de 2010 a 2016

Ano	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Média
Renda e Emprego	0,6160	0,6369	0,6040	0,6420	0,6568	0,6510	0,6567	0,6376

Fonte: IPARDES, 2020

As tabelas 42 e 43 apresentam os índices do IFDM no período de 2010 a 2016, nesse indicador observamos que a média ficou em 0,8102 para o índice geral que contempla os indicadores de renda e emprego, educação e saúde e apresentou a média de 0,7565 somente para o indicador emprego e renda, com isso avaliamos que o desempenho nesse índice esteve moderado em emprego e renda e alto estágio desenvolvimento no geral.

Tabela 42 - IFDM - Índice Geral de 2010 a 2016

Ano	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Média
Índice geral	0,7740	0,7954	0,7843	0,8316	0,8380	0,8312	0,8168	0,8102

Fonte: FIRJAN, 2020.

Tabela 43 - IFDM - Índice Emprego e renda de 2010 a 2016

Ano	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Média
Emprego e renda	0,7696	0,7782	0,7308	0,7893	0,7866	0,7376	0,7035	0,7565

Fonte: FIRJAN, 2020.

Diante dos resultados encontrados a agroindústria presente nesse município desempenha um papel importante para a geração e distribuição de renda, bem como possibilita que as áreas de saúde e educação possam ser bem avaliadas dentro de um conjunto de fatores e indicadores de desempenho do município, sendo validado por dois indicadores diferentes o seu desempenho.

4.1.1.4 Município de Marechal Cândido Rondon

Marechal Cândido Rondon é uma cidade típica germânica onde os traços do povo e as construções *enxaimel* preservam a cultura europeia. A ocupação do território local foi estimulada a partir das ações da empresa colonizadora, denominada Industrial Madeireira Rio Paraná S/A - Maripá, em meados dos anos 1950. A busca do alargamento da fronteira agrícola, aliada à proposta de exploração da erva mate, a policultura de subsistência, dentre outros fatores econômicos, foi determinante da formação do núcleo populacional que deu origem ao município de Marechal Cândido Rondon (PERIS, 2003).

A Companhia Colonizadora Maripá, além de explorar as riquezas vegetais presentes no território Oeste do Paraná, desmembrou o espaço em pequenas propriedades rurais e comercializou-as para colonos oriundos dos vizinhos Estados de Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

Em 1953, a vila General Rondon passou a ser distrito de Toledo e, em 25 de julho de 1960, através de Lei Estadual nº 4245, passou à condição de município, recebendo o nome de Marechal Cândido Rondon.

A tabela 44 apresenta as variações populacionais do município de Marechal Cândido Rondon de 1970 a 2010.

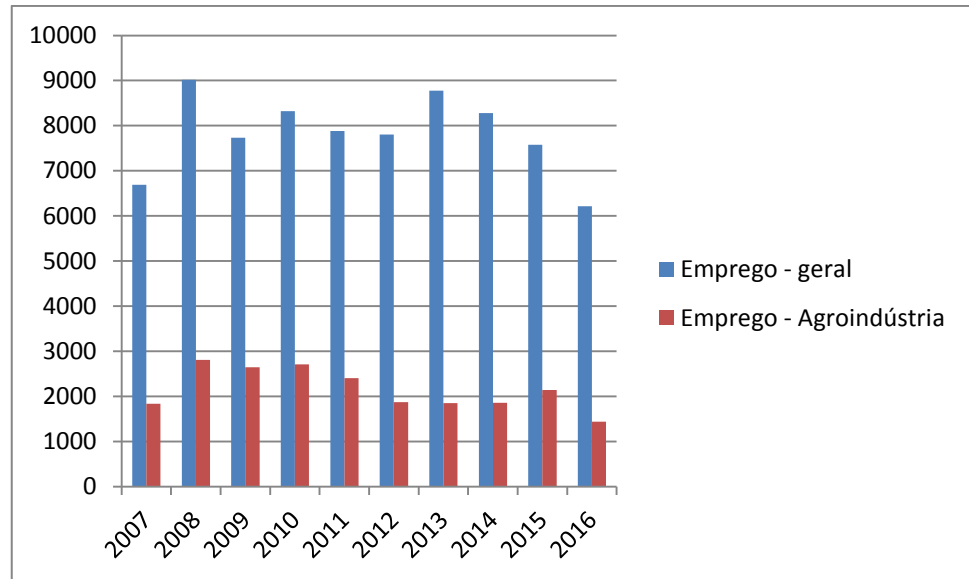
Tabela 44 - Dados populacionais – Marechal Cândido Rondon - 1970 a 2010

Ano/Censo	1970	1980	1991	2000	2010
População	43.776	56.210	49.430	41.007	46.819

Fonte: IBGE – Censo demográfico

No gráfico 04, é demonstrado como a geração de empregos na agroindústria está em relação ao total de empregos gerados no município.

Gráfico 4 – Empregos na agroindústria x emprego geral



Fonte: IPARDES, 2020.

O município de Marechal Cândido Rondon apresentou uma média de 7828 empregos formais no período de 2007 a 2016, ficando em 3º lugar na geração de empregos dentro do grupo com concentração superior a 10% de empregos gerados na agroindústria conforme tabela 28, apresentada na página 84. Outro fator relevante está na existência de unidades agroindustriais de abate de bovinos, aves, suínos, peixes, indústria de pescados e derivados de leite, elas concentraram em média 27% dos empregos formais no período estudado.

As tabelas 45 e 46 apresentam os índices do IPDM no período de 2010 a 2016, nesse indicador observamos que a média ficou em 0,7333 para o índice geral que contempla os indicadores de renda e emprego, educação e saúde e apresentou a média de 0,5952 somente para o indicador emprego e renda, com isso avaliamos que o desempenho nesse índice esteve acima da média, pois quanto mais próximo de 1 melhor o desempenho do município.

Tabela 45 - IPDM - Índice Geral de 2010 a 2016

Ano	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Média
Índice Geral	0,6763	0,6845	0,7045	0,7534	0,7768	0,7703	0,7673	0,7333

Fonte: IPARDES, 2020

Tabela 46 - IPDM - Índice Emprego e renda de 2010 a 2016

Ano	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Média
Renda e Emprego	0,5753	0,5922	0,5734	0,6068	0,6148	0,5949	0,6089	0,5952

Fonte: IPARDES, 2020

As tabelas 47 e 48 apresentam os índices do IFDM no período de 2010 a 2016, nesse indicador observamos que a média ficou em 0,8145 para o índice geral que contempla os indicadores de renda e emprego, educação e saúde e apresentou a média de 0,7704 somente para o indicador emprego e renda, com isso avaliamos que o desempenho nesse índice esteve moderado em emprego e renda e alto estágio desenvolvimento no geral.

Tabela 47 - IFDM - Índice Geral de 2010 a 2016

Ano	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Média
Índice geral	0,7525	0,7698	0,7939	0,8479	0,8503	0,8391	0,8480	0,8145

Fonte: Firjan, 2020.

Tabela 48 - IFDM - Índice Emprego e renda de 2010 a 2016

Ano	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Média
Emprego e renda	0,7760	0,7765	0,7661	0,8073	0,7806	0,7315	0,7545	0,7704

Fonte: Firjan, 2020.

Diante dos resultados encontrados a agroindústria presente nesse município desempenha um papel importante para a geração e distribuição de renda, bem como possibilita que as áreas de saúde e educação possam ser bem avaliadas dentro de um conjunto de fatores e indicadores de desempenho do município, sendo validado por dois indicadores diferentes o seu desempenho.

4.1.1.5 Município de Medianeira

O município de Medianeira teve o seu nascimento planejado em outubro de 1949, na cidade gaúcha de Bento Gonçalves, quando os fundadores da Colonizadora Industrial e Agrícola Bento Gonçalves Ltda., iniciaram os estudos para a implantação do Projeto de Colonização. Os pioneiros, em sua maioria de origem italiana e alemã, vinham à procura de terras férteis do extremo oeste paranaense. Cada grupo trouxe consigo elementos de sua cultura e de seus costumes que foram

misturados e incorporados na vivência das pessoas do município e região. O marco de fundação se deu em outubro de 1951, com a realização de uma missa com os colonizadores e pioneiros. A criação foi realizada pela promulgação da Lei Estadual nº 4245 em 1960 (PERIS, 2003).

Como em todos os municípios que estavam se formando, em Medianeira não foi diferente, os imigrantes eram oriundos do Rio Grande do Sul e Santa Catarina e ligados a agricultura e pecuária, inicialmente para subsistência dos que ali se instalaram e posteriormente como fonte de renda. O cultivo do milho, feijão e criação de suínos era à base das pequenas propriedades.

A construção da rodovia R25 ligando Medianeira a Capanema no sudoeste do Paraná foi grande marco de desenvolvimento na década de 50, essa estrada ficou conhecida como “Estrada do Colono” sendo utilizada por muitos anos para interligar o Oeste, Sudoeste e os estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

O crescimento populacional foi muito significativo na década de 70, coincidindo com o período da construção da Hidrelétrica de Itaipu em Foz do Iguaçu, asfaltamento da rodovia BR 277 e criação de cooperativas agrícolas.

A tabela 49 apresenta as variações populacionais do município de Medianeira de 1970 a 2010.

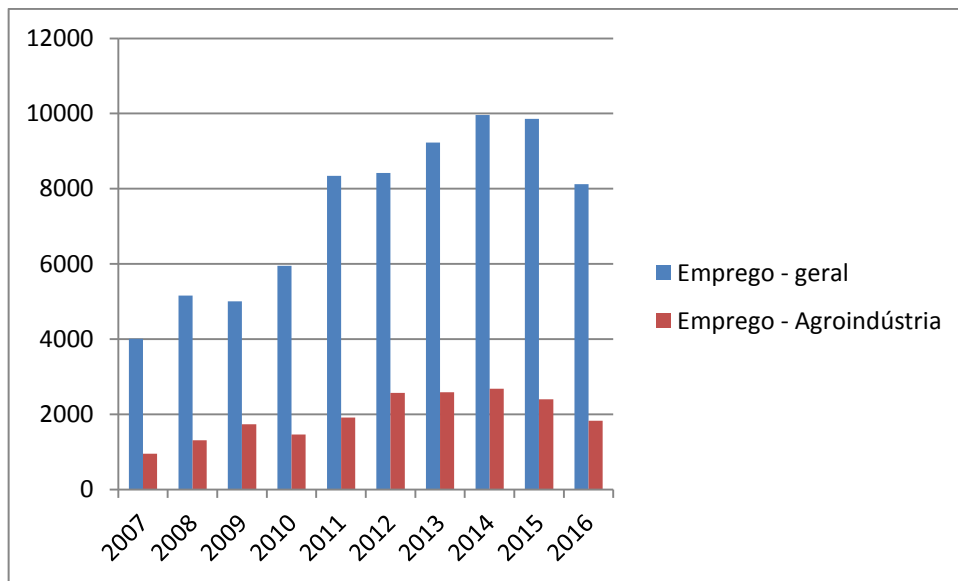
Tabela 49 - Dados populacionais – Medianeira - 1970 a 2010

Ano/Censo	1970	1980	1991	2000	2010
População	31.142	49.367	38.665	37.827	41.817

Fonte: IBGE – Censo demográfico

No gráfico 05, é demonstrado como a geração de empregos na agroindústria está em relação ao total de empregos gerados no município.

Gráfico 5 – Empregos na agroindústria x emprego geral



Fonte: IPARDES, 2020.

O município de Medianeira apresentou uma média de 7404 empregos formais no período de 2007 a 2016, ficando em 4º lugar na geração de empregos dentro do grupo com concentração superior a 10% de empregos gerados na agroindústria conforme tabela 28, apresentada na página 84. Outro fator relevante está na existência de unidades agroindustriais de abate de bovinos, aves e suínos, elas concentraram em média 26% dos empregos formais no período estudado.

As tabelas 50 e 51 apresentam os índices do IPDM no período de 2010 a 2016, nesse indicador observamos que a média ficou em 0,7458 para o índice geral que contempla os indicadores de renda e emprego, educação e saúde e apresentou a média de 0,6330 somente para o indicador emprego e renda, com isso avaliamos que o desempenho nesse índice esteve acima da média, pois quanto mais próximo de 1 melhor o desempenho do município.

Tabela 50 - IPDM - Índice Geral de 2010 a 2016

Ano	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Média
Índice Geral	0,7333	0,7252	0,7149	0,7438	0,7634	0,7643	0,7755	0,7458

Fonte: IPARDES, 2020

Tabela 51 - IPDM - Índice Emprego e renda de 2010 a 2016

Ano	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Média
Renda e Emprego	0,5854	0,6008	0,6084	0,6545	0,6713	0,6464	0,6641	0,6330

Fonte: IPARDES, 2020

As tabelas 52 e 53 apresentam os índices do IFDM no período de 2010 a 2016, nesse indicador observamos que a média ficou em 0,8498 para o índice geral que contempla os indicadores de renda e emprego, educação e saúde e apresentou a média de 0,8428 somente para o indicador emprego e renda, com isso avaliamos que o desempenho nesse índice foi de alto estágio desenvolvimento em ambos os índices.

Tabela 52 - IFDM - Índice Geral de 2010 a 2016

Ano	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Média
Índice geral	0,8279	0,8418	0,8388	0,8733	0,8684	0,8445	0,8541	0,8498

Fonte: FIRJAN, 2020.

Tabela 53 - IFDM - Índice Emprego e renda de 2010 a 2016

Ano	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Média
Emprego e renda	0,8426	0,8899	0,8456	0,9010	0,8643	0,7745	0,7819	0,8428

Fonte: FIRJAN, 2020.

Diante dos resultados encontrados a agroindústria presente nesse município desempenha um papel importante para a geração e distribuição de renda, bem como possibilita que as áreas de saúde e educação possam ser bem avaliadas dentro de um conjunto de fatores e indicadores de desempenho do município, sendo validado por dois indicadores diferentes o seu desempenho.

4.1.1.6 Município de Toledo

Fundada por colonizadores gaúchos que desembarcaram do primeiro caminhão em de março de 1946, no então Território Federal do Iguaçu, Toledo inicialmente era um projeto de colonização de rápido crescimento no interior de Foz do Iguaçu, graças à exploração da madeira e venda de terras no Rio Grande

do Sul e Santa Catarina. A emancipação político administrativa do Município de Toledo e a definitiva separação do Município de Foz do Iguaçu ocorreram em novembro de 1951, através da Lei nº 790, sancionada pelo então governador do Estado do Paraná Bento Munhoz da Rocha Neto.

De acordo com Peris (2003) a colonizadora Maripá foi a responsável por trazer os imigrantes do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, a primeira atividade econômica foi à exploração da madeira, que existia em grande abundância, pois a área ainda estava coberta de densas matas virgens e cerrada vegetação tropical. O nome Toledo provém do Arroio Toledo, um rio que passa ao lado da cidade. Segundo relato dos pioneiros, este rio recebeu o nome de Toledo muitos anos antes da colonização do município, quando haviam pousos instalados na região para extração da erva-mate. Um destes pousos, localizado à beira-rio, era administrado por um senhor chamado Toledo, que deu origem a este nome.

Devido ao processo de gestão da colonizadora Maripá estar dividido entre italianos e alemães, havia uma dicotomia: italiana – alemã e católica – protestante no processo de colonização, por mais que fossem oriundos do Rio Grande do Sul, sendo definido que as comunidades deveriam aglutinar grupos de mesmas etnias, ficando definido que a cidade de Marechal Cândido Rondon concentrariam os grupos alemães e Toledo um misto de italianos e alemães.

Como ocorreu em outros municípios a base econômica estava concentrada na agricultura e produção de suínos, no entanto, em Toledo, a produção de suínos já apresentavam características de exportação desde 1951 de acordo com (PERIS, 2003).

O crescimento populacional foi muito significativo na década de 60, a tabela 54 apresenta as variações populacionais do município de Toledo de 1960 a 2010.

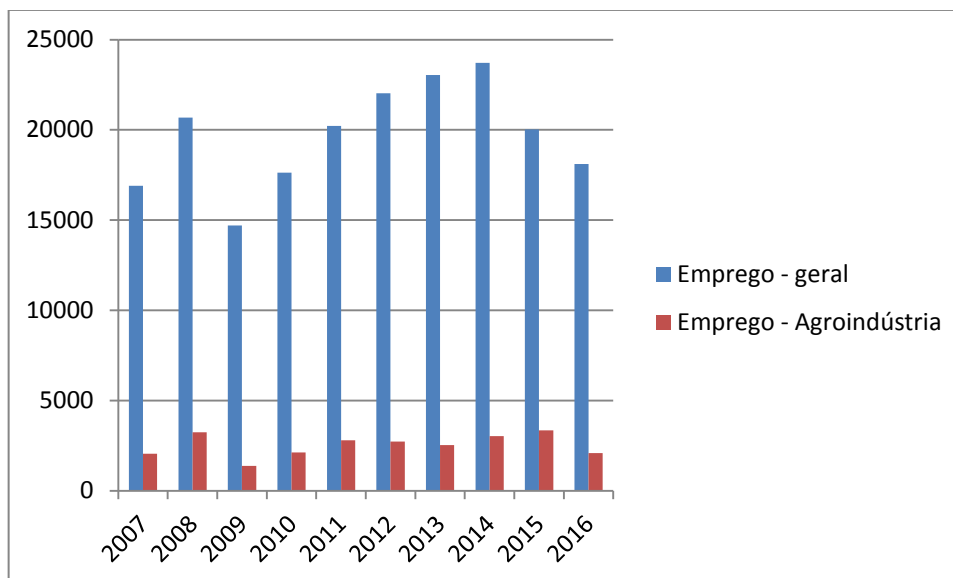
Tabela 54 - Dados populacionais – Toledo - 1960 a 2010

Ano/Censo	1960	1970	1980	1991	2000	2010
População	24.959	68.885	81.287	94.879	98.200	119.313

Fonte: IBGE – Censo demográfico

No gráfico 06, é demonstrado como a geração de empregos na agroindústria está em relação ao total de empregos gerados no município.

Gráfico 6 – Empregos na agroindústria x emprego geral



Fonte: IPARDES, 2020.

O município de Toledo apresentou uma média de 19.705 empregos formais no período de 2007 a 2016, ficando em 2º lugar na geração de empregos dentro do grupo com concentração superior a 10% de empregos gerados na agroindústria conforme tabela 28, apresentada na página 84. Outro fator relevante está na existência de unidades agroindustriais de abate de bovinos, suínos, derivados de leite e indústria de conservas, elas concentraram em média 13% dos empregos formais no período estudado.

As tabelas 55 e 56 apresentam os índices do IPDM no período de 2010 a 2016, nesse indicador observamos que a média ficou em 0,7713 para o índice geral que contempla os indicadores de renda e emprego, educação e saúde e apresentou a média de 0,6633 somente para o indicador emprego e renda, com isso avaliamos que o desempenho nesse índice esteve acima da média, pois quanto mais próximo de 1 melhor o desempenho do município.

Tabela 55 - IPDM - Índice Geral de 2010 a 2016

Ano	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Média
Índice Geral	0,7404	0,7424	0,7331	0,7715	0,7865	0,8019	0,8229	0,7713

Fonte: IPARDES, 2020

Tabela 56 - IPDM - Índice Emprego e renda de 2010 a 2016

Ano	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Média
Renda e Emprego	0,6475	0,6546	0,5997	0,7002	0,7012	0,6648	0,6748	0,6633

Fonte: IPARDES, 2020

As tabelas 57 e 58 apresentam os índices do IFDM no período de 2010 a 2016, nesse indicador observamos que a média ficou em 0,8537 para o índice geral que contempla os indicadores de renda e emprego, educação e saúde e apresentou a média de 0,8402 somente para o indicador emprego e renda, com isso avaliamos que o desempenho nesse índice foi de alto estágio desenvolvimento em ambos os índices.

Tabela 57 - IFDM - Índice Geral de 2010 a 2016

Ano	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Média
Índice geral	0,8079	0,8276	0,8587	0,8695	0,8729	0,8604	0,8786	0,8537

Fonte: FIRJAN, 2020.

Tabela 58 - IFDM - Índice Emprego e renda de 2010 a 2016

Ano	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Média
Emprego e renda	0,8506	0,8788	0,8951	0,8760	0,8557	0,7523	0,7731	0,8402

Fonte: FIRJAN, 2020.

Diante dos resultados encontrados a agroindústria presente nesse município desempenha um papel importante para a geração e distribuição de renda, bem como possibilita que as áreas de saúde e educação possam ser bem avaliadas dentro de um conjunto de fatores e indicadores de desempenho do município, sendo validado por dois indicadores diferentes o seu desempenho.

4.1.1.7 Município de Cascavel

Segundo Peris (2003) o município de Cascavel foi criado pela Lei Estadual nº 1542 de 1953, sendo desmembrado de Foz do Iguaçu, diferente de muitos municípios da região a sua expansão foi viabilizada pela facilidade para

aquisição de terras devolutas do governo estadual, mediante comprovação de posse da mesma.

Desde os primeiros anos de sua emancipação foi identificada a atuação em atividades terciárias no município, caracterizando-o como um importante centro de fornecedor de bens e serviços, somado a isso ainda tem a característica da localização geográfica, entroncamento de algumas estradas que foram inicialmente abertas pelos ervateiros e depois ampliadas para integrar a região oeste ao sudoeste do Paraná e Rio Grande do Sul e também para integrar a cidade de Guarapuava e Curitiba na que posteriormente viria a ser a BR 277.

Inicialmente a economia foi concentrada na agricultura e pecuária (cultivo de milho, feijão, arroz, trigo, centeio, batata inglesa e criação de suínos), a atividade industrial era voltada para o extrativismo de madeira e produção alimentar.

Na medida em que as áreas de mata nativa eram esgotadas, a extração madeireira cedia lugar ao setor agropecuário, base econômica do município até os dias atuais. Encerrado o ciclo da madeira, no final da década de 1970, Cascavel iniciou a fase de industrialização da cidade, concomitantemente com o aumento da atividade agropecuária, notadamente soja e milho.

Cascavel possui uma topografia privilegiada, fato que facilitou seu desenvolvimento e permitiu a construção de ruas e avenidas largas e bairros bem distribuídos. Hoje, Cascavel é conhecida como a Capital do Oeste Paranaense, por ser o pólo econômico da região e um dos maiores municípios do Paraná (PERIS, 2003).

O crescimento populacional foi muito significativo na década de 70, a tabela 59 apresenta as variações populacionais do município de Cascavel de 1950 a 2010.

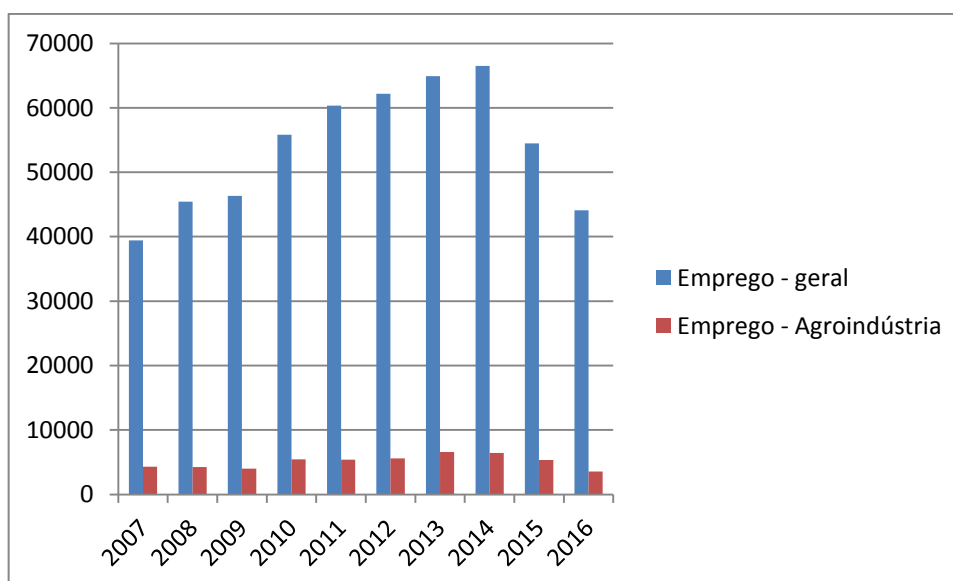
Tabela 59 - Dados populacionais –Cascavel – 1950 a 2010

Ano/Censo	1950	1960	1970	1980	1991	2000	2010
População	4.411	39.598	89.921	163.470	192.990	245.369	286.205

Fonte: IBGE – Censo demográfico

No gráfico 07, é demonstrado como a geração de empregos na agroindústria está em relação ao total de empregos gerados no município.

Gráfico 7 – Empregos na agroindústria x emprego geral



Fonte: IPARDES, 2020.

O município de Cascavel apresentou uma média de 53.945 empregos formais no período de 2007 a 2016, ficando em 1º lugar na geração de empregos dentro do grupo com concentração superior a 10% de empregos gerados na agroindústria conforme tabela 28, apresentada na página 84. Outro fator relevante está na existência de unidades agroindustriais de abate de bovinos, abate de aves, abate de peixes, abate de suínos, abate de ovinos, indústria de pescado, indústria de conservas e derivados de leite, elas concentraram em média 09% dos empregos formais no período estudado, no entanto o valor correspondente a esse percentual é superior à geração de todos os outros municípios que compõem esse recorte.

As tabelas 60 e 61 apresentam os índices do IPDM no período de 2010 a 2016, nesse indicador observamos que a média ficou em 0,7584 para o índice geral que contempla os indicadores de renda e emprego, educação e saúde e apresentou a média de 0,6633 somente para o indicador emprego e renda, com isso avaliamos que o desempenho nesse índice esteve acima da média, pois quanto mais próximo de 1 melhor o desempenho do município.

Tabela 60 - IPDM - Índice Geral de 2010 a 2016

Ano	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Média
Índice Geral	0,7127	0,7425	0,7453	0,7643	0,7732	0,7796	0,7910	0,7584

Fonte: IPARDES, 2020

Tabela 61 - IPDM - Índice Emprego e renda de 2010 a 2016

Ano	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Média
Renda e Emprego	0,6459	0,6584	0,6429	0,6814	0,6837	0,6597	0,6585	0,6615

Fonte: IPARDES, 2020

As tabelas 62 e 63 apresentam os índices do IFDM no período de 2010 a 2016, nesse indicador observamos que a média ficou em 0,8559 para o índice geral que contempla os indicadores de renda e emprego, educação e saúde e apresentou a média de 0,8376 somente para o indicador emprego e renda, com isso avaliamos que o desempenho nesse índice foi de alto estágio desenvolvimento em ambos os índices.

Tabela 62 - IFDM - Índice Geral de 2010 a 2016

Ano	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Média
Índice geral	0,8499	0,8675	0,8683	0,8677	0,8559	0,8379	0,8442	0,8559

Fonte: FIRJAN, 2020.

Tabela 63 - IFDM - Índice Emprego e renda de 2010 a 2016

Ano	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Média
Emprego e renda	0,8808	0,8872	0,8792	0,8720	0,8374	0,7563	0,7504	0,8376

Fonte: FIRJAN, 2020.

O município de Cascavel apresenta características de uma cidade pólo, pois além de contar com uma infraestrutura que favorece o desenvolvimento regional, ela conta com o modal rodoviário bem estabelecido com rodovias federais BR 277, BR 369 e BR 467 e rodovias estaduais PR 180, PR 486 que possibilita a interligação com os estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Mato Grosso de Sul, São Paulo e ainda ao porto de Paranaguá, ao Paraguai e Argentina. O modal ferroviário é constituído pelo ramal da FERROESTE que interliga a cidade ao porto de Paranaguá, transformando-a em um grande hub logístico para escoamento de produção que destinam ao porto e de produtos que tem como destino as regiões próximas a Cascavel.

Atualmente a economia regional é diversificada, pois ela conta com uma infraestrutura educacional bem desenvolvida, um parque industrial bem

desenvolvido com atuação na agroindústria, agronegócios, construção civil, metal mecânica, pesquisa e desenvolvimento, logístico e distribuição e ainda com o seguimento de prestação de serviços bem estabelecido sendo um centro de referência em serviços de saúde regional.

Diante disso, os resultados oriundos da agroindústria contribuem para o desenvolvimento do município e região, mas diferente dos outros a sua dependência é menor, os empregos gerados alcançam números significativos e função da população existente, mas não são determinantes para o desenvolvimento do município.

De acordo com os resultados obtidos na geração de empregos formais e o desempenho dos indicadores de desempenho dos municípios, observa-se que a atividade agroindustrial para alguns municípios tem maior destaque do que em outros, pois naqueles em que a população é menor e as diversificações de oportunidades de empregos são restritas a agroindústria proporciona condições de desenvolvimento tanto que os índices IPDM e IFDM destacam um desempenho moderado e de alto desenvolvimento para eles.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A região Oeste do Paraná teve o início do seu desenvolvimento tardio se comparado a outras regiões do Paraná, principalmente pela falta de pessoas ocupando a região, somente após a década de 1930 que essa realidade começa a mudar, mesmo que timidamente. Após as décadas de 1950 e 1960, isso muda com a chegada de imigrantes, principalmente, os oriundos do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, esses grupos exerciam atividade de agricultura e pecuária de subsistência em sua maioria e essa prática foi replicada nos novos povoados.

Os municípios que surgiram na região com a chegada desses imigrantes tiveram o seu desenvolvimento pautado na atividade agrícola e pecuária, alguns desses municípios, desde o seu começo, já tiveram a economia toda centrada nessas atividades, como foi o caso de Cascavel, Toledo, Palotina entre outros.

O avanço da tecnologia e uso de máquinas na agricultura, ocorrida a partir da década de 1970, melhoria da infraestrutura rodoviária com o asfaltamento de importantes rodovias, que permitiram um melhor escoamento produtivo, construção do ramal ferroviário que interligava a região ao porto de Paranaguá e acesso a implementos e defensivos agrícolas, contribuíram para o desenvolvimento dessa atividade na região.

A chegada das máquinas no campo empurrou os trabalhadores para o meio urbano, que estava passando pelo processo de industrialização fomentado pelos programas governamentais de políticas de desenvolvimento.

O aumento da disponibilidade de crédito concedido aos produtores rurais contribuiu para o desenvolvimento do campo, no entanto, esse crédito chegou para os grandes latifundiários deixando os agricultores de pequeno porte em dificuldades.

O avanço das Cooperativas nos anos 1990, contribuiu para a mudança da dinâmica agrícola e pecuária na região. A instalação e o fortalecimento de Cooperativas contribuíram para o reconhecimento da região como grande produtora de produtos alimentícios *in natura* e processados. A chegada do grupo SADIA em Toledo, a instalação da Copagril em Marechal Cândido Rondon, a instalação da C. Vale em Palotina, a instalação da Copacol em Cafelândia, o fortalecimento da Cooperativa Lar e Frimesa em Medianeira e a Coopavel em

Cascavel, formou um complexo agroindustrial para a região voltado para o beneficiamento dos principais itens produzidos nela.

A agroindústria voltada para o abate de animais, principalmente aves e suínos está muito bem consolidado, com um rebanho médio de suínos estimado em 3,7 milhões de animais no período de 2013 a 2016 e um efetivo médio de galináceos estimado de 97,8 milhões de aves no mesmo período. A produção agrícola tem o grande destaque na soja e milho, com uma produtividade média acima de 3,9 milhões de toneladas nesse mesmo período.

Nessa pesquisa, o foco foi à identificação dos empregos gerados em empresas classificadas como agroindústria na região e os impactos que elas geram nos municípios em que estão instaladas. Alguns municípios tiveram uma média de geração de empregos ao longo de 10 anos de 77% como foi identificado no município de Matelândia, de 68% em Cafelândia e 37% em Palotina. Esses municípios são muito dependentes do bom desempenho econômico desse seguimento. A empregabilidade da mão de obra disponível, a manutenção dos índices de emprego e renda está condicionada ao crescimento e sustentabilidade das atividades da agroindústria.

Por mais que Perroux tenha elaborado a teoria dos pólos em função da indústria. E em decorrência da economia ser liderada por essa atividade na época de seu desenvolvimento e ainda por ter realizados seus estudos em países industrializados, a função motriz de uma indústria pode ser estendida às atividades primárias, tais como exploração de recursos minerais e ou produção agrícola.

Com isso a indústria motriz ligada à atividade agrícola assume a ação de atração de mão-de-obra e produtora de uma série de produtos, dinamiza a vida regional, atraindo outras indústrias e criando a aglomeração populacional que estimulará o desenvolvimento das atividades agrícolas nas áreas fornecedoras de alimentos e de matérias-primas, além de desenvolver a formação de atividades terciárias.

Diante disso, os municípios da região Oeste têm a agroindústria atuando em um complexo industrial, proporcionando crescimento das vendas dos seus produtos e de outros em relação a atividade desenvolvida de maneira a provocar a formação de áreas de influência, transformando-a em uma região polarizada e movida pela sua indústria motriz.

Essa pesquisa possibilitou validar o conceito de pólo de crescimento

de Perroux, no entanto ela é limitada em sua amplitude, haja vista que foi estudado sob a perspectiva de geração de empregos, havendo ainda outras perspectivas que podem contribuir para validar a ideia de que a agroindústria pode ser uma indústria motriz.

Devido às limitações para a elaboração de uma pesquisa e a amplitude que o tema possui, sugere-se ampliar o escopo de análise e observar sob outras perspectivas, para entender como a agroindústria influencia os municípios do Oeste do Paraná, através de, por exemplo, seus efeitos acumulativos.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Cristiano Farias; YAMASHITA, Yaeko. Uso da teoria dos pólos de crescimento e pólos de desenvolvimento para a elaboração de rede de transporte multimodal de cargas para a região amazônica. **REEC – Revista eletrônica de engenharia civil**, v. 9, n. 1, 65-83, 2014.
- AZEVEDO, Paulo Roberto; COLOGNESE, Silvio Antônio; SHIKIDA, Pery Francisco Assis. Agroindústrias familiares no oeste do Paraná: um panorama familiar. **Revista de Administração da UFLA**, v. 1, n. 1, jan-jun. 2000.
- BRAUN, Mirian Beatriz Schneider. BATISTA, Alfredo Aparecido. **Perspectivas do agronegócio e desenvolvimento regional**. Cascavel: Edunioeste, 2012.
- BRAUN, M. B. S. et al. Consolidação e Perspectivas da Agroindústria Paranaense em Relação ao Mercosul: uma análise de 1999 a 2009. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**. Curitiba, n. 122, p. 221-240, jan-jun, 2012.
- BREITBACH, Áurea Corrêa de Miranda. **Estudo sobre o conceito de região**. Porto Alegre: Fundação de Economia Estatística Siegfried Emanuel Heuser, 1988.
- BOUDEVILLE, Jacques R.. Desenvolvimento polarizado e planejamento regional. **Boletim Geográfico**, Rio de Janeiro, 32 (237), 5-15, nov-dez, 1973.
- CASTILHO, Ricardo; FREDERICO, Samuel. Espaço geográfico, produção e movimento: uma reflexão sobre o conceito de circuito espacial produtivo. **Sociedade & Natureza, Uberlândia**, v. 22, p. 461-474, dez. 2010.
- CHARDONNET, Jean. **Os grandes tipos de complexos industriais**. Fondation Nationale Des Sciences Politiques, 1965.
- CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Trad. Magda Lopes. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.
- CONTEL. Fabio Betioli. As divisões regionais do IBGE no século XX (1942, 1970 e 1990). **Terra Brasilis (Nova Série)** [Online], 3, 2014.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e organização espacial**. 8 ed. São Paulo: Ática, 2007.
- DAVID, Cesar de; CORRÊA, Walquíria Kruger. A política agrária e as transformações na agricultura brasileira – de 1960 aos dias atuais. **Geosul**, Florianópolis, v. 17, n. 33, p. 23-43, jan./jun. 2002.
- DELGADO, Guilherme C., Mudança Técnica na Agricultura, Constituição do Complexo Agroindustrial e Política Tecnológica Recente. **Cadernos de Difusão de Tecnologia**, EMBRAPA, Brasília, vol. 2, n. 1, pg. 79-97, jan./abr. 1985.

DINIZ, Clélio Campolina; CROCCO, Marco Aurélio. **Economia regional e urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

DINIZ, Clélio Campolina; LEMOS, Mauro Borges. **Economia e Território**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

ERTHAL, Rui. Os complexos agroindustriais no Brasil – seu papel na economia e na organização do espaço. **Revista geo-paisagem (online)**, ano 5, n. 9, jan-jun, 2006.

FAJARDO, Sergio. **Dinâmica sócio-espacial das cooperativas agropecuárias no contexto do complexo agroindustrial: o caso da “COCARI”, Mandaguari – PR**. 2000. 185 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de Geografia, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2000.

_____. O novo padrão de desenvolvimento agroindustrial e a atuação das cooperativas agropecuárias no Paraná. **Caminhos da Geografia**, Uberlândia: UFU, v.7, n.17, p.31-47, fev. 2006.

_____. Complexo agroindustrial, modernização da agricultura e participação das cooperativas agropecuárias no estado do Paraná. **Caminhos da Geografia**, Uberlândia: UFU, v.9, n.27, p.31-44, set. 2008.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GRAZIANO DA SILVA, José. **A modernização dolorosa – estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

_____. Complexos agroindustriais e outros complexos. **Reforma Agrária**, Campinas, p. 5-34, set. /dez. 1991.

_____. A industrialização e a urbanização da agricultura brasileira. In: “O agrário paulista”. **Revista da Fundação SEADE**, vol. 7 (3), julho-setembro, SP, 2 – 10, 1993.

IPARDES, Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Leituras Regionais: mesorregião geográfica Oeste Paranaense**. Curitiba: IPARDES: BRDE, 2003.

_____. **Economia e Sociedade**. 2 ed. Curitiba: IPARDES, 2006.

_____. **Oeste Paranaense: o 3º espaço relevante: especificidades e diversidades**. Curitiba: IPARDES, 2008.

IZEPÃO, Rosalina Lima. **O planejamento governamental no Paraná: economia, estado e política econômica**. Maringá: Eduem, 2013.

JESUS, Josias Alves de; SPINOLA, Noelio Dantaslé. Seis décadas da teoria dos pólos de crescimento: revisitando Perroux. **Revista de Desenvolvimento Econômico – RDE**, Salvador, ano XVII, n. 2, p. 935-952, dez. 2015.

JOHNSTON, B.; KILBY, P. **A transformação estrutural. Cap. 2**, in: “**Agricultura e transformação estrutural**”. Zahar editores, RJ, 51 – 91, 1977.

KAGEYAMA, Angela *et al.* **O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agro-industriais**. UNICAMP, Campinas (SP), 113 – 223, 1987.

LAUSCHNER, Roque. **Agribusiness, cooperativa e produtor rural**. São Leopoldo: UNISINOS, 1995.

LIMA, Jandir Ferrera de; ALVES, Lucir Reinaldo. Cooperativismo e desenvolvimento rural no Paraná do agronegócio. **VI Prêmio BRDE de Desenvolvimento – PR**, 2011.

LIMA, Ana Carolina da Cruz; SIMÕES, Rodrigo Ferreira. Teorias clássicas do desenvolvimento regional e suas implicações de política econômica: o caso do Brasil. **RDE – Revista de Desenvolvimento Econômico**, Salvador, ano XII, n. 21, jul. 2010.

LOPES, A. Simões. **Desenvolvimento Regional**. Lisboa/PT: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

LOURENÇO, Gilmar Mendes. **A economia paranaense nos anos 90: um modelo de interpretação**. Curitiba: Ed. do Autor, 2000.

MIGLIORINI, Sonia Mar dos Santos. Indústria paranaense: formação, transformação econômica a partir da década de 1960 e distribuição espacial da indústria no início do século XXI. **Revista eletrônica Geografar**, Curitiba, v. 1, n. 1, p. 62-80, jul./dez. 2006.

MARKONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da metodologia científica**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

OLIVEIRA, Gilson Batista. **O desenvolvimento das regiões**. Curitiba: Prottexto, 2008.

PARQUE TECNOLÓGICO ITAIPU – PTI. Observatório territorial. Foz do Iguaçu, 2018.

PERIS, Alfredo Fonseca. **Estratégias de desenvolvimento regional: Região Oeste do Paraná**. Cascavel: Cascavel, 2003.

PEROVANO, Dalton Gean. **Manual de metodologia científica** [livro eletrônico]. Curitiba: InterSaberes, 2016.

PERROUX, François. O conceito de pólo de crescimento. **Regional Economics: Theory and Practice**, Nova York, p. 93-104, 1970.

PERROUX, François. FRIEDMANN, Jonh. TINBERGEN, Jan. A planificação e os pólos de desenvolvimento. **Cadernos de teoria e conhecimento**, Porto, setembro.

1975.

PIACENTINI, Carlos Alberto. **Indicadores do potencial de desenvolvimento endógeno dos municípios paranaenses**. Foz do Iguaçu: Parque Itaipu, 2016.

PRADO, Raquel Maria. **A formação dos complexos agroindustriais: A BRF e o crescimento de Rio Verde em Goiás**. 2017. 179 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Planejamento Territorial) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2017.

RAIHER, Augusta Pelinski. **Economia paranaense: crescimento e desigualdades regionais**. Augusta Pelinski Raiher (organizadora). Ponta Grossa: Editora UEPG, 2012.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. 3 ed. São Paulo, 2015.

RIPPEL, Ricardo. Movimentos migratórios e mobilidade na fronteira: o Oeste do Paraná frente às transformações intra-regionais de 1970 a 2010. **Revista Territórios & Fronteiras**, Cuiabá, vol. 8, n. 2, jul-dez., 2015.

SILVA, João Charlesdan Amorin. **O crescimento dos complexos agroindustriais na microrregião do Sudoeste de Goiás e seus reflexos no Desenvolvimento Regional**. 2015. 111 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade de Taubaté, Taubaté, 2015.

SOUZA, Nali de Jesus de. Teoria dos pólos, regiões inteligentes e sistemas regionais de inovação. **Análise**, Porto Alegre, v. 16, n. 1, p. 87-112, jan./jul. 2005.

_____. **Desenvolvimento regional**. São Paulo: Atlas, 2009.

_____. **Desenvolvimento econômico**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2012.

TRINTIN, Jaime Graciano. **A nova economia paranaense: 1970 – 2000**. Maringá, Pr: Eduem, 2006.

ZARUR, George de Cerqueira Leite. **Região e nação na América Latina**. Brasília: Editora Universidade de Brasília: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. **História do Paraná**. 2 ed. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2010.